



Instrumento Territorial Integrado AMAL



Algarve 2030



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



REPÚBLICA
PORTUGUESA



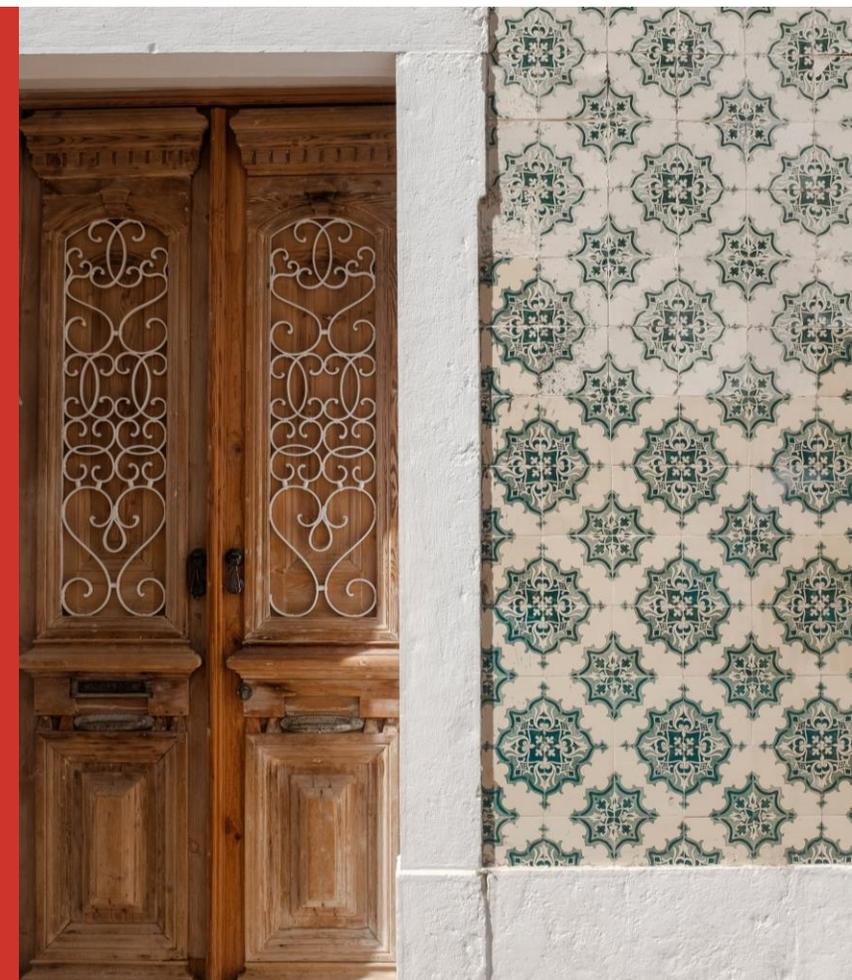
Estudos de apoio para posterior elaboração do Plano de Ação da CIM AMAL

Relatório Final

julho 2023 (revisão jan. 2024)

Índice

1. **Enquadramento conceptual e estratégico** - pág.5
2. **Território de Incidência** - pág.6
3. **Revisitação da Estratégia Algarve 2030** - pág.7
4. **Diagnóstico de necessidades e potencialidades do território** - pág.10
5. **Diagnóstico Territorial** – pág. 18
6. **Abordagem operacional: enquadramento de prioridades** – pág. 32
7. **Contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável** – pág. 36
8. **Plano de Ação ITI CIM AMAL** – pág. 39
 - *Eixo 1. Algarve mais próximo – cuidador, inclusivo e ambientalmente sustentável* – pág. 40
 - *Eixo 2. Algarve território qualificado – atraente, resiliente, eficiente e descarbonizado* – pág. 141
 - *Eixo 3. Algarve território com valor e identidade – identidade, sustentabilidade e valorização cultural* – pág. 194
9. **Dimensões Financeiras de Tagging Climático** – pág. 227
10. **Quadros Resumo** – pág. 230
11. **Modelo de Governação e Gestão Operacional** – pág. 241





Ficha Técnica

Título: Plano de Ação da Comunidade Intermunicipal do Algarve

Data: Relatório Final julho 2023

Data: Revisto em outubro 2023 (reuniões com CCDR)

Data: Revisto em janeiro 2024 (ajustamento ao aviso)

Promotor: Comunidade Intermunicipal do Algarve

Consultoria e Assistência Técnica: Technopolis Group – Portugal

Coordenação: Oliveira das Neves

Equipa Técnica: António Ramos, Augusto Ferreira, Jorge Barbacena



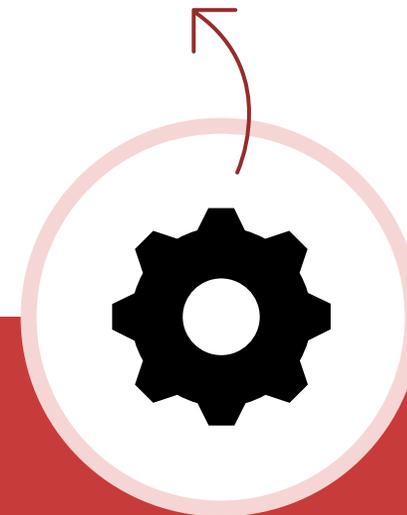


Diagnóstico de
necessidade e
potencialidades
do território

Identificação de prioridades,
objetivos estratégicos, objetivos
específicos, tipologias de
intervenção e das tipologias de
operação a mobilizar no
quadro do Plano de Ação

Identificação de
projetos em função
das prioridades
definidas

Indicadores de realização e
de resultados a mobilizar e
respetivas metas e contributos
para Tagging

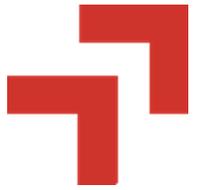


Fundamentação
Estratégia Regional
Algarve 2030

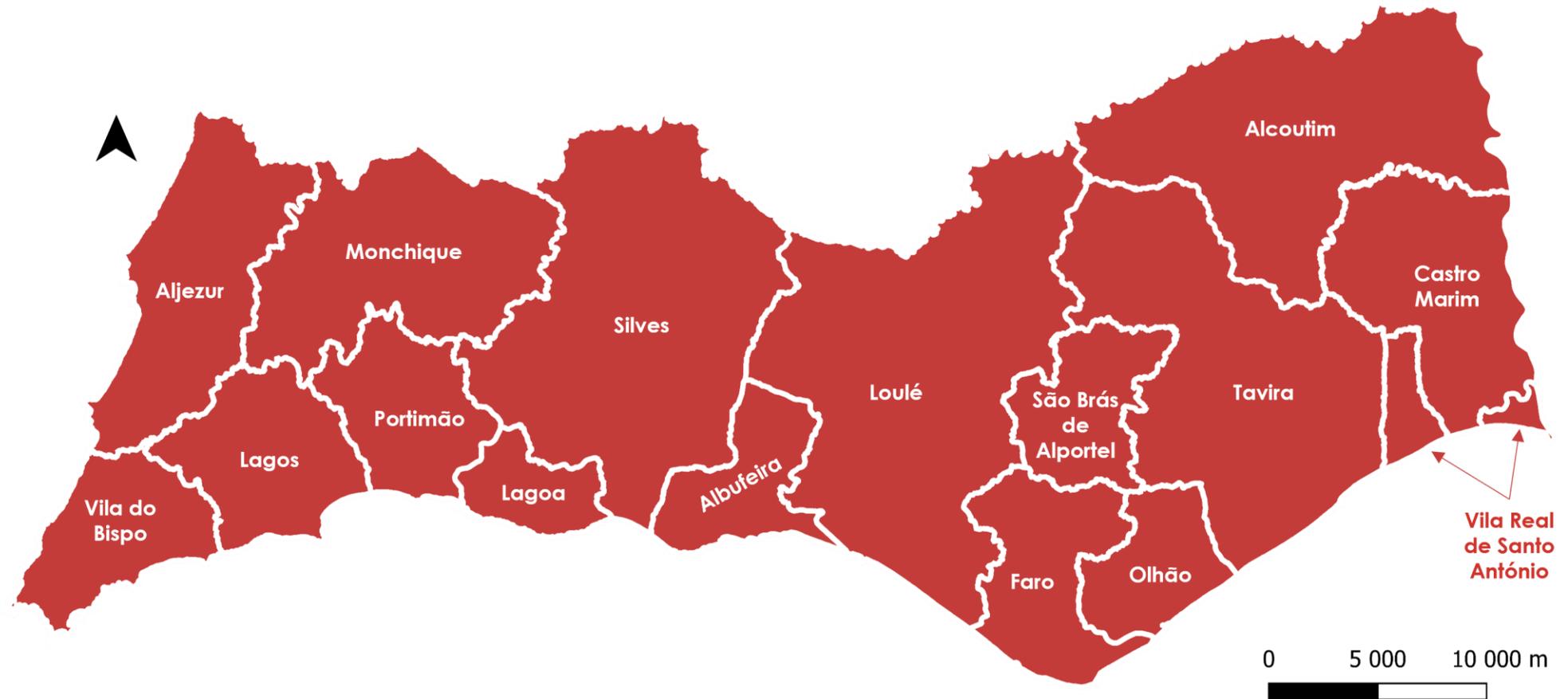
Fundamentação
Enquadramento de
prioridades com base
na Estratégia Regional
Algarve 2030

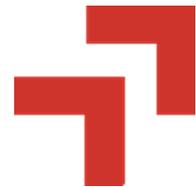
Identificação de Projetos
Envolvimento dos
municípios, estrutura da
CIM e entidades setoriais

Fundamentação
Projetos identificados, metas
regionais, condições
habilitantes e população de
incidência



Delimitação do Território de Incidência





- ↗ A **Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve** procurou sistematizar linhas de intervenção consideradas prioritárias nos diferentes contributos recebidos, não deixando de assumir temas estratégicos para o Algarve, independentemente do enquadramento financeiro ou da escala adequada de intervenção. *Adaptado de Algarve 2030: Estratégia de Desenvolvimento regional – versão de setembro de 2020*
- ↗ Trata-se de uma abordagem concertada, integrada e intersectorial, coordenada no quadro de competências da CCDR Algarve, **estabelecendo uma leitura comum e partilhada, em que emerge a dimensão municipal por via da estreita articulação com a Comunidade Intermunicipal no Algarve (CIM-AMAL)**. *In Algarve 2030: Estratégia de Desenvolvimento regional – versão de setembro de 2020*
- ↗ Desta forma, e tendo em consideração que o território abrangido CIM-AMAL é o mesmo que a região, a Diagnóstico de Necessidades e Potencialidades do Território será realizada com base na Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030.



- Identificam-se assim os dois centros urbanos regionais, que correspondem a **Faro** e a **Portimão**, que estruturam a organização do território, garantem uma oferta diversificada de funções urbanas e destacam-se pela concentração de população residente, pela importância da sua base económica e atratividade das suas funções urbanas.
- Os outros centros urbanos, que articulam relacionamentos de interconexão e de proximidade, que são o suporte básico à organização do território, na prestação de serviços de interesse geral, e são compostos pelas seguintes centralidades: **Loulé, Albufeira e Olhão**, secundados por uma frente linear, quase contínua, entre **Lagos e Vila Real de Santo António**, integrando **Lagoa e Tavira**.
- Assim, além dos centros urbanos identificados, emergem corredores de polaridade que proporcionam o desenvolvimento de eixos favoráveis à cooperação e à integração dos centros, entre si, e na estruturação das próprias unidades territoriais, nomeadamente no:

In Algarve 2030: Estratégia de Desenvolvimento regional – versão de setembro de 2020



In Algarve 2030: Estratégia de Desenvolvimento regional – versão de setembro de 2020

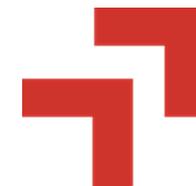


- ↗ **Eixo de articulação central de Albufeira - Guia**, fazendo a articulação com a aglomeração do Algarve Central com Faro - Loulé - Olhão e do Barlavento com Portimão - Lagos - Lagoa e entre a região e o resto do País;
- ↗ **Eixo de articulação do Barrocal com Silves - Loulé - São Brás de Alportel**, com um papel relevante e de equilíbrio na articulação dos espaços e centros do interior com os polos urbanos do litoral, em particular através da inserção nas duas principais aglomerações urbanas da Região;
- ↗ **Eixo de articulação do triângulo vicentino com Aljezur - Vila do Bispo - Sagres - Lagos**, que deverá apoiar a dinamização do território do sudoeste da Região, com papel semelhante ao eixo do Guadiana com Vila Real de Santo António - Castro Marim – Alcoutim, mas no quadrante oposto;
- ↗ **Eixo de articulação transversal serrano assente na rede urbana secundária e na promoção e valorização dos centros tradicionais do interior (sedes de concelho ou de freguesia)**, localizados em cadeia ao longo de um eixo que percorre transversalmente o território em que urge reforçar os serviços de proximidade, integrando Alcoutim - Pereiro - Martim Longo - Cachopo - Benafim - Alte - São Bartolomeu de Messines - São Marcos da Serra - Alferce - Monchique – Marmeleite - Aljezur.

Diagnóstico de Necessidades e Potencialidades do Território

No Contributo dos Municípios do Algarve para a Estratégia Regional (março de 2020), a AMAL sistematizou de forma detalhada:

- i. os **Principais Constrangimentos ao desenvolvimento do Algarve**, organizados pelas Agendas Temáticas do Programa Nacional de Reformas (PNR) que enquadram a programação 2021-2027;
- ii. as **Principais Oportunidades para a Região** na próxima década o que pressupõe uma potenciação decidida dos seus Pontos fortes, capacidades/argumentos competitivos em diversos domínios de intervenção, com relevância para o aproveitamento de Oportunidades na ótica de uma articulação positiva com a Estratégia Regional Algarve 2030.



DEMOGRAFIA, EMPREGO, INCLUSÃO E DESIGUALDADES

Pontos Fracos

- Disparidades acentuadas de evolução demográfica;
- Redução dos índices de juventude e de meia-idade, questionando o rejuvenescimento e a vitalidade demográfica;
- Baixas qualificações no contexto europeu;
- Desemprego em queda e desqualificado e com emprego de longa duração expressivo.

Ameaças

- Prolongamento da trajetória de regressão demográfica;
- Região em envelhecimento crescente acompanhado de fenómenos de isolamento residencial de idosos;
- Peso dos públicos vulneráveis;
- Baixo índice de regeneração da população em idade ativa;
- Taxa de desemprego que se aproxima do desemprego estrutural .

Pontos Fortes

- Rede de infraestruturas escolares (básico e secundário) praticamente concluída;
- Capacidade de atração de população na última década;
- Dinâmicas instaladas de valorização de recursos endógenos, ligadas às áreas rurais, agrícolas e florestais, ao mar, e a atividades potencialmente geradoras de emprego.

Oportunidades

- Melhoria de taxas de escolarização no ensino secundário;
- Melhorias na oferta de modalidades de formação secundária vocacional consideradas essenciais para recuperar jovens fora do sistema;
- Desenvolvimento de um mercado cultural e artístico, geracionado para a procura externa, gerador de emprego qualificado.



INOVAÇÃO E QUALIFICAÇÕES

Pontos Fracos

- Baixos níveis de despesas em I&D;
- Reduzida intensidade de I&DT das empresas regionais, agravada pelo baixo volume de empresas com atividades em inovação;
- Posicionamento moderado da I&D regional no contexto nacional e europeu;
- Baixa incorporação de diplomados do ensino superior e formação avançada nas empresas.

Ameaças

- Taxas de abandono escolar superior às do País,
- Emergência e dificuldades na transferência de conhecimento para incorporação de I&D nas empresas regionais;
- Obstáculos à elegibilidade de despesas em áreas-chave da conceção e implementação de I&DT;
- Não aproveitamento dos inputs da formação avançada por parte das organizações regionais.

Pontos Fortes

- Dinâmica da UALG na oferta de formação superior, investigação e serviços de I&D;
- Oferta de TeSP, formações superior profissionalizantes das Escolas Politécnicas;
- Participação da UALG (Centros de I&D e CRIA) em diversas parcerias de investigação;
- Competências de I&D em domínios relevantes da saúde e da sustentabilidade ambiental e territorial.

Oportunidades

- Emergência de estruturas e iniciativas regionais;
- Dinâmica de iniciativa privada por parte de empresas;
- Nova geração de Estratégias de Especialização Regional Inteligente;
- Prioridade de apoio à Inovação;
- Aprofundamento da participação dos Municípios em projetos inovadores, e reforço das componentes de serviços qualificados.



COMPETITIVIDADE EXTERNA E COESÃO INTERNA

Pontos Fracos

- Atividade turística insuficientemente integrada com os vários segmentos da produção regional;
- Fortes necessidades no domínio da mobilidade inter-regional;
- Pressão sobre a dotação de redes e infraestruturas fruto da presença de população flutuante;
- Congestionamento viário e baixa fluidez dos transportes coletivos;

Ameaças

- Infraestruturas turísticas com necessidades de manutenção e conservação;
- Recursos turísticos costeiros ameaçados por riscos naturais e padrões de ordenamento com insuficiente regulação;
- Disparidades regionais em diversos domínios ameaçam a coesão territorial;
- Necessidades de manutenção/ conservação e renovação de infraestruturas turísticas e qualificação urbana

Pontos Fortes

- Marca Algarve já existente e reconhecida;
- Condições ambientais e socioeconómicas favoráveis à atração de atividades;
- Excelentes condições naturais para a produção de produtos do mar;
- Grau de cobertura da rede regional de teatros e cineteatros e experiência de programação em rede;
- Experiências reconhecidas de associativismo de base local com elevado potencial de intervenção.

Oportunidades

- Visibilidade internacional de recursos territoriais, patrimoniais e culturais;
- Base patrimonial e cultural propícia à diversificação do modelo turístico;
- Emergência de novas atividades produtivas de pequena escala;
- Melhorias das condições infraestruturais e de qualificação do espaço público;
- Dinâmicas de cooperação transfronteiriça e inter-regional.



➤ SUSTENTABILIDADE E VALORIZAÇÃO DOS RECURSOS ENDÓGENOS

Pontos Fracos

- Elevada pressão sobre a zona costeira;
- Presença de sistemas e estruturas naturais frágeis, de sensibilidade elevada;
- Erosão costeira;
- Artificialização de troços costeiros significativos;
- Falta de monitorização e de gestão da utilização da água para diversos usos;
- Insuficiente fiscalização e monitorização da qualidade ambiental;
- Taxa de reciclagem de RU inferior à média nacional.

Ameaças

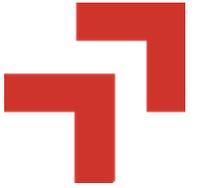
- Pressão turística forte em concelhos de baixa litoralidade;
- Conflitos de interesse e pressão sobre sistemas frágeis, de sensibilidade elevada;
- Troços costeiros com graves problemas de erosão com tendência para agravamento;
- Agravamento da ocorrência de fenómenos extremos e de recuo de linha de costa;
- Forte pressão antrópica sobre a zona costeira.

Pontos Fortes

- Elevada riqueza biológica e ecológica, com espécies endémicas e raras para a conservação, com valor nacional, comunitário e internacional;
- Diversidade de espécies e habitats;
- Recolha seletiva de resíduos superior à média nacional;
- Bom nível de cobertura e de controlo da qualidade da água de abastecimento às populações.

Oportunidades

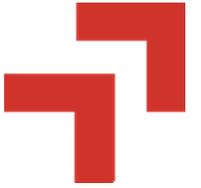
- Aumento da procura com exigência em territórios sustentáveis e de qualidade;
- Maior consciencialização sobre as zonas de risco no litoral e intervenções crescentes de mitigação;
- Reconhecimento internacional dos principais indicadores de qualidade ambiental e paisagística;
- Incorporação de objetivos de sustentabilidade nas várias escalas de planeamento;



A leitura dinâmica destes quadrantes da Matriz SWOT permite deduzir prioridades relativas a um conjunto de

Desafios Estratégicos:

- a) **Recuperar objetivos de política** declinados nas várias abordagens estratégicas do desenvolvimento regional, sobretudo, no contexto da programação dos Fundos comunitários, caso dos objetivos ligados à Diversificação da Base Económica, à Qualificação de Infraestruturas e Equipamentos (na ótica da Coesão Social) e à Capacitação das instituições regionais.
- b) **Acolher num patamar mais exigente de prioridade objetivos** que relevam de novas orientações da Política de Coesão, mas que respondem a dimensões-problema e a necessidades de intervenção pertinentes, como sejam o Ordenamento do território e a Qualificação urbana e a Ação Climática, a Mobilidade e a Transição energética.



Este leque vasto de objetivos, tem escolhas exigentes e não pode ter a esfera municipal como único tomador de iniciativas e intervenções. Assim, é necessário separar, por um lado, atuações centradas na qualificação das envolventes (ecossistemas) e na facilitação/melhoria de custos de contexto e, por outro lado, atuações da esfera do investimento económico, vocacionalmente privado. Estas são as chaves de ligação entre o Diagnóstico/SWOT e a Estratégia e Prioridades Regionais de Intervenção da AMAL.

Na esfera de intervenção da AMAL, importa salientar também a elaboração do **Plano de Desenvolvimento Social Supraconcelhio do Algarve 2022-2027 (PDSSA)**, com envolvimento dos municípios e de diversas entidades parceiras: Segurança Social, IEFP, DGESTE e Administração R Saúde.

O PDSSA 2022-2027 estabelece os seguintes eixos estratégicos de intervenção: **Eixo 1 - Desafios demográficos; Eixo 2 - Coesão social e territorial; Eixo 3 -Qualificação de pessoas, organizações e territórios; Eixo 4 - Riscos sociais e ambientais; e Eixo 5 - Cidadania e igualdade.**



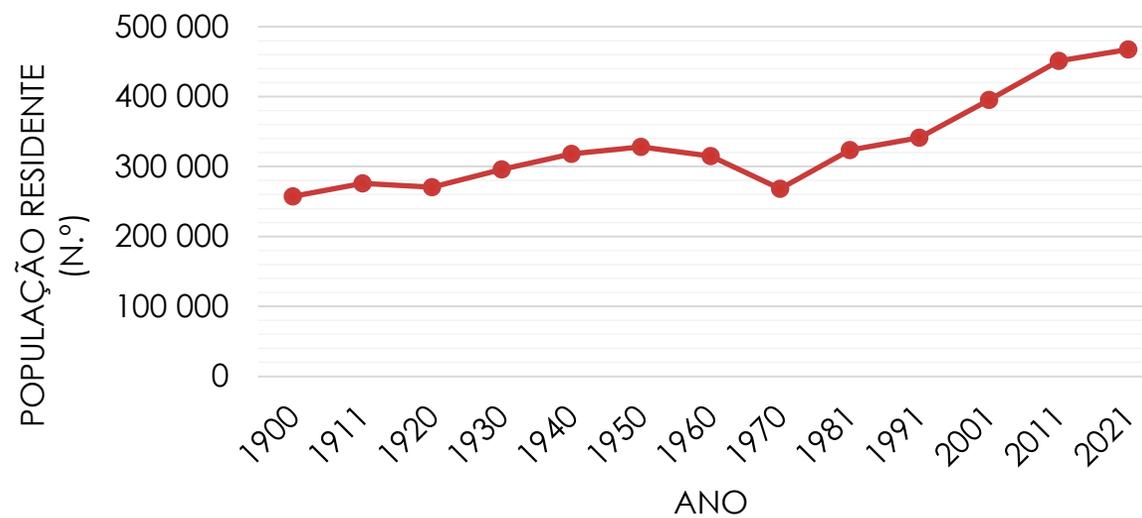
O conjunto de Medidas sistematizadas em parte destes Eixos, constitui uma base de trabalho útil para fundamentar o alinhamento tipologias de operação do Eixo 1 do ITI AMAL, tanto em intervenções transversais, como via projetos dos Municípios. Entre as Medidas estratégicas identificadas no PDSSA 2022-2027, salienta-se:

- respostas públicas gratuitas dirigidas à primeira infância nos territórios de baixa densidade;
- respostas para uma transição saudável da vida ativa para a reforma;
- inclusão de pessoas imigrantes, apoiada em planos locais;
- utilização de transportes públicos interurbanos e melhoria da capacidade de cobertura da rede;
- programa de apoio à melhoria da qualidade do emprego, aprendizagem ao longo da vida e necessidades de reconversão profissional;
- criação de novas respostas de cuidados continuados integrados;
- criação de programa de reforço de profissionais na área da saúde mental;
- estratégia intermunicipal de integração das pessoas em situação de sem-abrigo.



População Residente

- A tendência de crescimento da população residente no Algarve registada até final da primeira década do século XXI, apresentou em 2021, sinais de abrandamento, registando-se o **período de menor crescimento populacional** na região desde o período censitário 1960-1970.
- No entanto, apesar do abrandamento observado na região, esta tem demonstrado um **desempenho destacado em relação às outras regiões de Portugal**, evidenciando inclusive um desempenho **superior à média nacional**.
- De fato, durante o período de 2011 a 2021, houve uma redução na população residente, tanto à escala nacional quanto regional, com exceção das regiões do **Algarve** e da Área Metropolitana de Lisboa.



População Residente na região do Algarve, 1900 - 2021

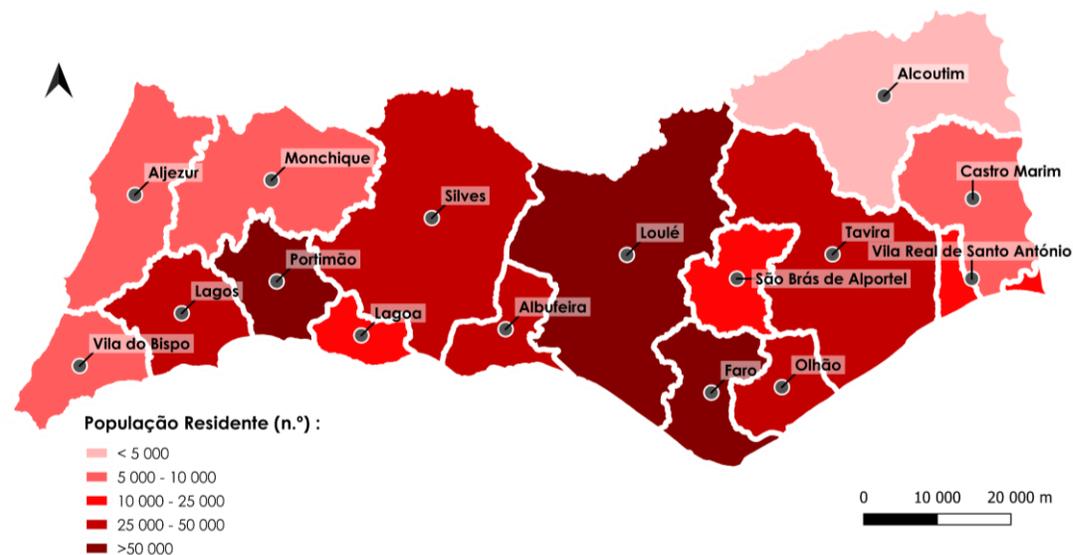
Fonte: INE – Censos



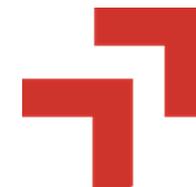
População Residente

- Numa análise da distribuição da população residente pelos 16 municípios integrantes da região, registam-se **disparidades territoriais muito expressivas**, com Loulé a afirmar-se como o concelho mais populoso da região e Alcoutim, no extremo oposto, como o concelho com menos população.
- A **assimetria litoral/interior** é tema recorrente na região. Tais disparidades no que concerne à distribuição da população podem ser evidenciadas ao analisarmos a variação populacional nos últimos períodos censitários. Desde 2001, os **municípios do litoral apresentaram tendências de crescimento populacional**, com Albufeira (40,01%), Portimão (33,53%) e Lagos (31,88%) a destacarem-se com as maiores variações populacionais. Por ideia contrária, os **municípios do interior da região apresentaram durante o mesmo período temporal, fraco crescimento, ou até mesmo perda populacional**, com destaque para Alcoutim (-33,08%) e Monchique (-21,68%) e Castro Marim (- 2,34%) a registarem perda de população desde 2001.

Adaptado de: Algarve 2030: Estratégia de Desenvolvimento regional – versão de setembro de 2020+; atualizado com dados Censos 2021, INE.



População Residente na região do Algarve por município, 2021
Fonte: INE – Censos

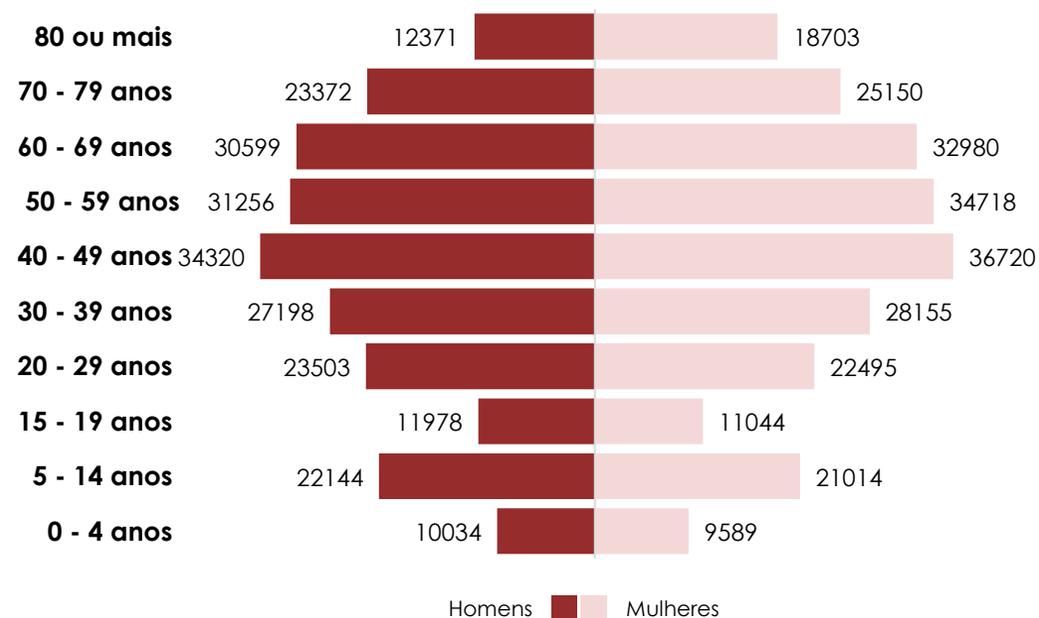


Estrutura Etária

A pirâmide etária da região evidencia **dificuldades de rejuvenescimento** da população residente, cerca de 24% da população encontra-se com 65 ou mais anos, enquanto que apenas 13%, pertence ao grupo etário dos jovens (0-14 anos).

Numa análise da distribuição da população residente por grandes grupos etários, registam-se **disparidades territoriais muito expressivas**, com Portimão a afirmar-se como o concelho mais jovem da região e Alcoutim, no extremo oposto, como o concelho mais envelhecido.

Adaptado de Algarve 2030: Estratégia de Desenvolvimento regional – versão de setembro de 2020



Pirâmide Etária da região do Algarve por sexo, 2021

Fonte: INE – Censos



Grau de Escolaridade

- O Algarve tem apresentado, à semelhança do que se verifica a nível nacional, avanços significativos no que se refere ao grau de escolaridade da população residente. Após o último período censitário, constatou-se que entre 2011 e 2021, a região **reduziu substancialmente** a proporção de indivíduos que não concluíram nenhum grau de ensino.
- Ao longo dos anos, observou-se um aumento do número de indivíduos residentes na região que concluíram o ensino superior, o que contribui para o desenvolvimento da mão de obra. Na última década, o **maior crescimento** foi evidenciado em **Vila do Bispo** (88.95%), tendo em conta o período censitário homólogo, contudo, é em **Faro** que se identifica a maior mancha de população com o ensino superior completo.
- Todavia, é importante salientar que atualmente em **Monchique** identifica-se a maior proporção de indivíduos sem qualquer grau de ensino completo na região.

Adaptado de Algarve 2030: Estratégia de Desenvolvimento regional – versão de setembro de 2020

	Grau de Escolaridade			
	Nenhum	Ensino Básico	Ensino Secundário	Ensino Superior
Algarve	-20,18%	-10,51%	51,02%	49,61%
Albufeira	-8,48%	-8,84%	52,12%	50,28%
Alcoutim	-50,67%	-10,68%	64,56%	68,60%
Aljezur	-21,79%	-7,48%	34,88%	74,12%
Castro Marim	-36,04%	-12,63%	54,77%	59,65%
Faro	-19,80%	-10,16%	41,29%	35,05%
Lagoa	-18,51%	-10,32%	49,39%	56,40%
Lagos	-9,81%	-8,57%	45,65%	59,38%
Loulé	-21,58%	-11,50%	50,62%	51,79%
Monchique	-30,68%	-16,73%	28,53%	61,48%
Olhão	-30,58%	-12,69%	53,39%	47,18%
Portimão	-17,79%	-9,00%	60,62%	54,73%
São Brás de Alportel	-12,73%	-11,12%	49,14%	57,11%
Silves	-20,55%	-11,50%	57,16%	56,07%
Tavira	-19,12%	-8,90%	58,30%	56,63%
Vila do Bispo	-4,42%	-12,13%	70,96%	88,95%
Vila Real de Santo António	-30,43%	-10,80%	48,64%	44,57%

Taxa de variação da população residente por grau de escolaridade no Algarve e por município, 2011 - 2021

Fonte: INE – Censos



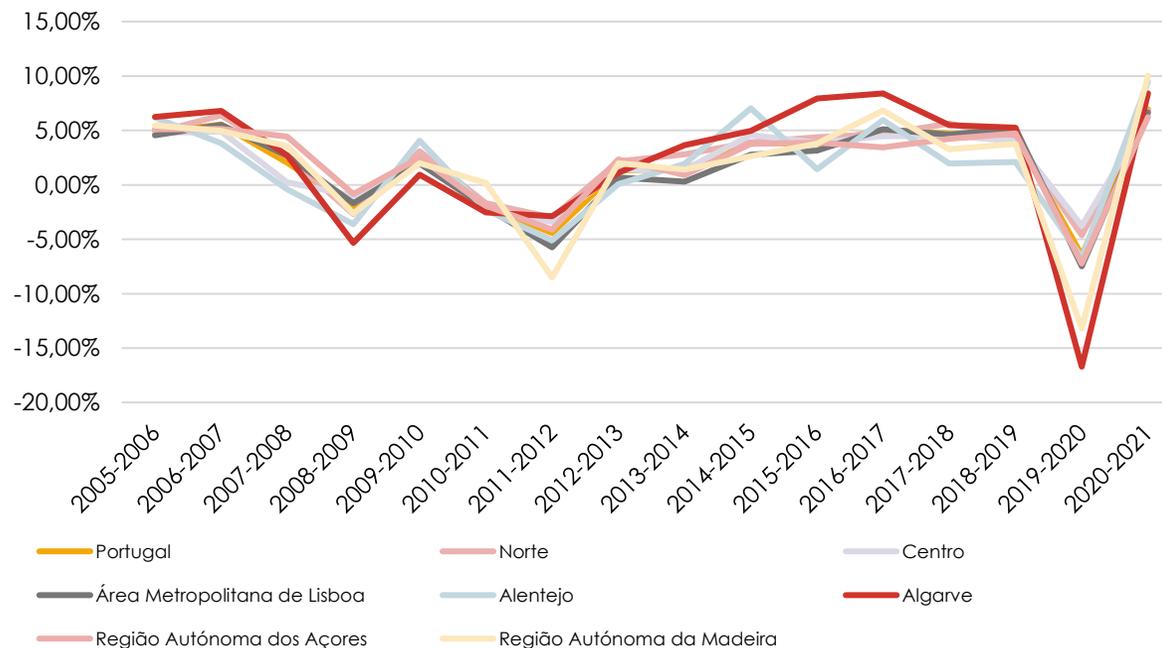
Grau de Escolaridade

- ❏ O aumento populacional evidente ao longo das últimas gerações, é causador de constrangimentos no que toca à **programação de equipamentos coletivos**. A educação é uma das áreas em que se evidencia este fenómeno, nomeadamente ao nível do ensino pré-escolar na região, onde são identificadas **carências significativas na oferta de formação do 1º nível de educação**. A educação pré-escolar, apesar de complementar e/ou supletiva da ação educativa da família, é fundamental para a formação e para o desenvolvimento das crianças. Desta forma, a oferta formativa da região, e conseqüente, capacidade de cobertura das necessidades educativas a esta escala é fundamental.
- ❏ A oferta formativa do Algarve no arranque do ano letivo 2022/2023 apresentava uma capacidade para 7.404 crianças com idades variáveis entre os 3 e os 5 anos, distribuídas por um total de 322 turmas, compostas por 22 a 24 crianças. Com base nos dados de população residente para o ano de 2021, é estimado que cerca de 8.638 crianças algarvias não tenham acesso à educação pré-escolar, verificando-se a **necessidade de constituir 379 novas turmas para corresponder à totalidade de cobertura necessária** para a região.
- ❏ Outra debilidade evidenciada pela região é a **elevada taxa de abandono escolar**, que no ano de 2019, era a maior entre as regiões do território continental português, com 19,9% dos seus jovens entre os 18 e os 24 anos a não terminarem o ensino secundário.



Panorama Macroeconómico

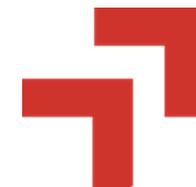
- Após ter atravessado um período particularmente difícil, o Algarve retomou o crescimento económico em 2014, registando desde então uma variação real do Produto Interno Bruto (PIB) bastante acima da média nacional. No entanto, o ritmo de crescimento desacelerou ligeiramente nos anos seguintes, tendo presente a curva da economia portuguesa, alguns sinais da economia europeia, em particular a alemã, e os possíveis efeitos decorrentes da saída do Reino Unido da UE, dois mercados importantes para o Algarve. Acresce recentemente impacto do surto pandémico do COVID 19, nas suas diferentes escalas, da regional à global.
- A produtividade (aparente) do trabalho apresentou uma evolução favorável, mantendo-se, salvo raras exceções, sempre acima da média nacional entre 2014 e 2019, apenas sendo ultrapassada pela AML.
- O impacto da COVID 19 na região, fez-se sentir neste indicador, diminuindo de forma significativa a produtividade (aparente) do trabalho, apresentando a região em 2020, e nos dados provisórios de 2021, valores inferiores à média nacional, sendo ainda ultrapassada pelo Alentejo.



Variação do Produto Interno Bruto (%) ,2005 - 2021

Fonte: INE

Adaptado de Algarve 2030: Estratégia de Desenvolvimento regional – versão de setembro de 2020

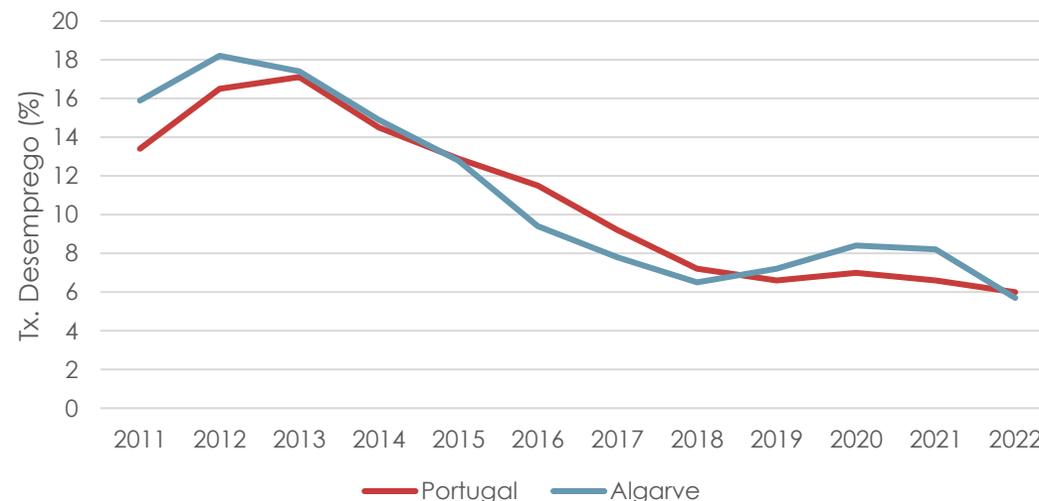


Panorama Macroeconómico

- O dinamismo dos últimos anos proporcionou a recuperação significativa no mercado de trabalho e diminuição expressiva da taxa de desemprego. Relembre-se que, durante o período recessivo, o Algarve enfrentou sérios problemas: a taxa de desemprego excedeu os 18% e a taxa de desemprego dos jovens atingiu uns marcantes 41%, em 2012. No ano seguinte iniciou-se tendência descendente, ainda que a taxa de desemprego se tenha mantido na casa dos dois dígitos e acima da média nacional até 2015. Em 2019 voltou a registar-se uma inversão da curva, em contraciclo com o País, e a taxa subiu para 7,1%. A região apresentou sinais de melhoria a partir de 2022 (5,7%), voltando a encontrar-se abaixo da média nacional (6,0%).

Adaptado de Algarve 2030: Estratégia de Desenvolvimento regional – versão de setembro de 2020

- No âmbito municipal e considerando os dados atualizados do Censos 2021 relativos à população ativa e desempregada, é possível constatar que os municípios de Albufeira, Lagoa, Portimão e Vila Real de Santo António evidenciam as taxas de desemprego mais elevadas na região, superando a marca de 13%.



Taxa de Desemprego em Portugal e no Algarve (2011-2022) (%)

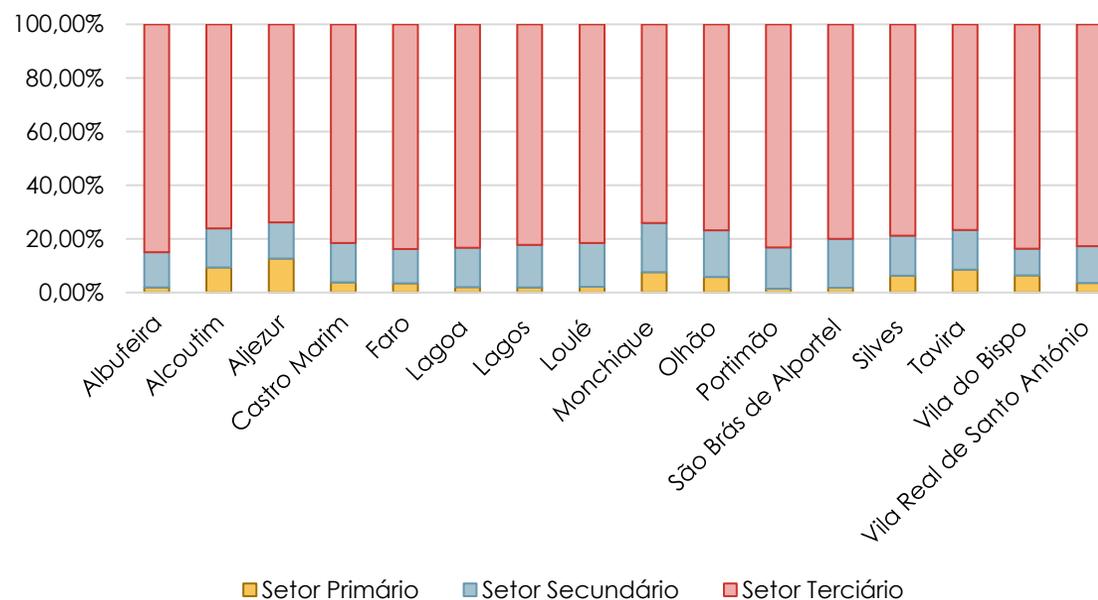
Fonte: INE – Estatística do Emprego



Setores de Atividade Económica

A análise do emprego por setor de atividade económica proporciona uma compreensão dos segmentos com maior capacidade de geração de empregos na região. O setor terciário emerge como o principal propulsor do emprego, com um impacto significativo de 81,41% sobre a totalidade da população economicamente ativa no município, apresentando um leve incremento em relação a 2011. Por outro lado, o setor primário exibe uma influência reduzida na capacidade de criação de empregos na região, abrangendo apenas 3,59% da força de trabalho empregada. No que se refere ao setor secundário, a sua relevância recai sobre 15,00% da população empregada, tendo experimentado uma discreta diminuição desde 2011.

No contexto municipal, observou-se o maior crescimento no setor primário em Albufeira, com um aumento de 46,38% na população empregada. No entanto, é Aljezur que se destaca como o município com maior capacidade de atrair trabalhadores para esse setor. Em relação ao setor terciário, o município de Aljezur também merece destaque significativo, apresentando um crescimento de 21,58% em comparação com o período censitário anterior. Além de contribuir para a formação de mão de obra qualificada na região, é importante ressaltar que Albufeira possui a maior capacidade de atrair trabalhadores para esse setor.



População Empregada por Setor de Atividade Económica (%), 2021

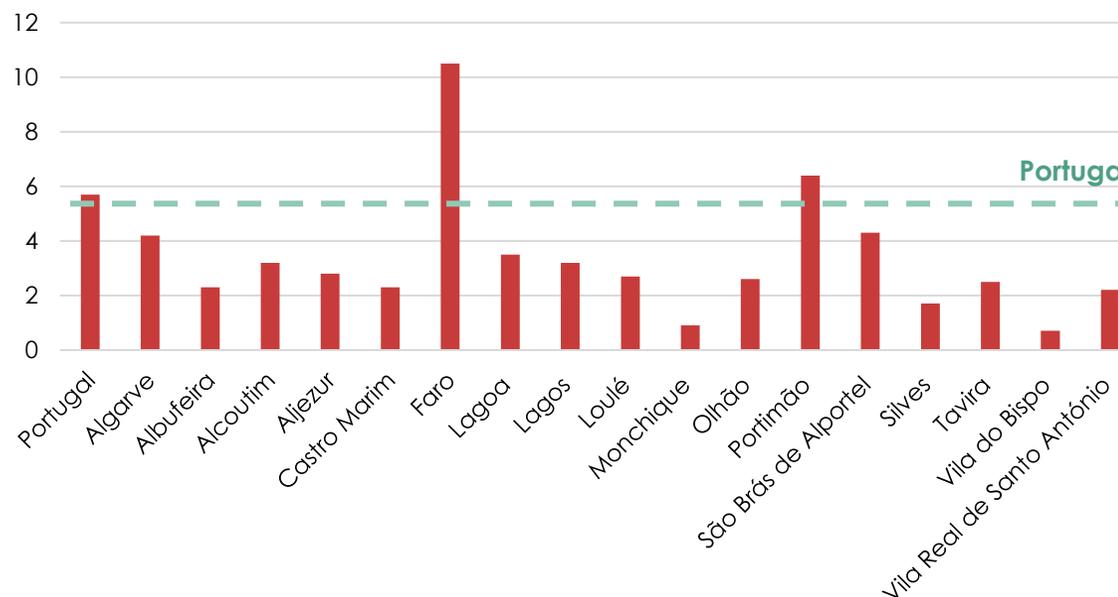
Fonte: INE – Censos



Médicos por 1 000 habitantes

- Um número insuficiente de médicos em relação à população pode significar que os residentes têm dificuldade em encontrar um médico disponível, o que pode levar a tempos de espera mais longos para consultas e tratamentos, bem como a um aumento da sobrecarga de trabalho dos médicos existentes. Ao analisar os dados, verifica-se que o município de Faro apresenta o maior número de médicos por 1000 habitantes na Lezíria do Tejo, com um valor de 10,5 , seguido de Portimão com um valor de 6,4. Comparando com a média nacional, que é de 5,7 médicos por 1000 habitantes, é possível constatar que todos os municípios do Algarve estão abaixo desse valor, com exceção de Faro e Portimão.
- É possível perceber que a região ainda apresenta valores abaixo da média nacional, evidenciando a necessidade de investimentos que permitam melhorar a oferta de cuidados de saúde à população.

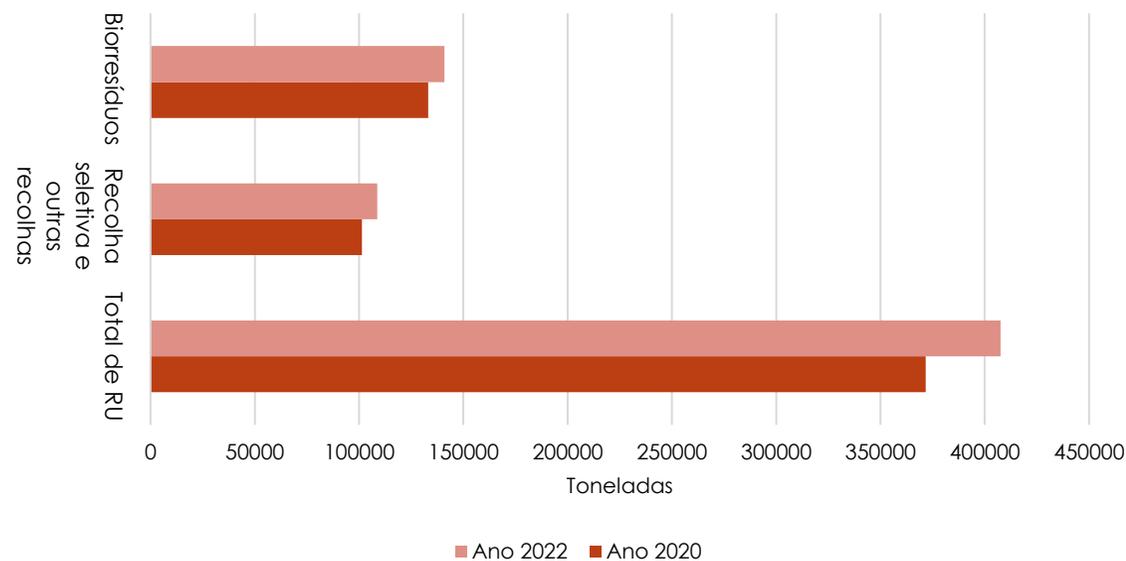
Médicos por 1 000 habitantes em Portugal, no Algarve e por município, 2021
Fonte: INE – Estatísticas da Saúde





Recolha de Resíduos Urbanos

- O panorama nacional e regional enfrenta atualmente desafios significativos em matéria de gestão de resíduos. A alteração da Diretiva Europeia, em 2018, e a consequente aprovação do Decreto-Lei n. °102-D/2020 de 10 de dezembro provocaram alterações significativas nesta temática. A temática dos biorresíduos é abordado de forma relevante, com a necessidade de proceder a alterações com vista à recolha seletiva da biorresíduos, medida a efetivar até 31 de dezembro de 2023, conforme estabelecido no RGGR (Regime Geral de Gestão de Resíduos).
- Em termos práticos a região verificou no período 2020-2022 uma diminuição do peso desta fração de resíduos, sendo que em 2020 representava 35,83% dos resíduos urbanos recolhidos, sendo que em 2022 o valor diminuiu para 34,59%, conforme indicado no Relatório Anual de Resíduos para cada um dos anos em análise.
- A promoção da recolha seletiva de biorresíduos é uma área de extrema importância, tendo em conta a Diretiva Europeia, em que se pretendem promover sistemas eficazes de recolha e tratamento destes resíduos, face ao impacto que estes tem na emissão de gases com efeito de estufa.



Recolha de Resíduos Urbanos (toneladas), 2020 e 2022

Fonte: Relatório Anual de Resíduos (2020,2022)



Alojamentos servidos por drenagem de águas residuais

- A temática da água é igualmente de extrema importância no contexto nacional e regional, o Algarve é uma das regiões que mais debilidades tem nesta temática. A gestão eficiente dos recursos hídricos da região é crucial para garantir o acesso à água potável e preservação deste recurso. Um dos principais desafios ao qual a gestão eficiente dos recursos hídricos enfrenta são as perdas de águas nos sistemas de abastecimento. O Programa Nacional para o Uso Eficiente da Água estabelecia como objetivo para o setor urbano a redução das perdas de águas nos sistemas de abastecimento, estabelecendo o limite de 20% de perdas neste setor, tendo em conta o total de entrada de água.
- O Algarve apresentou durante o período 2019-2021 algumas variações ao nível da entrada de água na região, sendo que o volume de entrada diminuiu neste período em 3,95%, contudo o volume de perdas reais aumentou cerca de 8,61%, o que significa que tendo em conta a proporção de água que entrou no sistema, ocorreu um maior volume de perda da mesma, verificando-se em 2021 que 21,02% da água entrada foi perdida no sistema. Desta forma é fundamental para a região, combater estas perdas e diminuir o valor de água perdida.

	2019	2021	Variação Bruta (2019 – 2021)	Taxa de Variação (2019 – 2021)
Água entrada (m³) (dAA41b)	76 754 910,50	73 722 110,00	-3 032 800,50	-3,95%
Perdas reais de água [l/(ramal.dia)] (AA12b)	3 037,00	2 987,40	-49,60	-1,63%
Volume perdas reais (m³/ano)	14 265 264,90	15 494 053,70	1 228 788,80	8,61%
Perdas reais (%)	18,59%	21,02%	-	-
Água não faturada (m³) (dAA53b)	21 602 757,80	21 022 716,50	-580 041,30	-2,69%
Água não faturada (%) (AA08b)	28,15%	28,52%	-	-

Movimentos de Água na região do Algarve, 2019 e 2021

Fonte: Laboratório Nacional de Engenharia Civil, 2022



Movimentos Pendulares

- A análise dos movimentos pendulares de entrada e saída de pessoal empregado permite uma compreensão mais profunda das tendências socioeconómicas, dos padrões de mobilidade e das necessidades de infraestrutura da região. Ao identificar os movimentos pendulares de empregados, é possível avaliar a distribuição geográfica de empregos e salários, a capacidade de transporte e as pressões ambientais resultantes do movimento pendular.

Entrada de pessoal empregado

- O Algarve é alvo de 1 559 movimentos pendulares diários por parte da população empregada, com a entrada de população de diferentes regiões. De acordo com os dados censitários mais recentes (2021), observa-se que o maior volume de trabalhadores a dar entrada na região provêm do região vizinha do Alentejo. Contudo, existem 442 trabalhadores que fazem mais de 200 km diários, proveniente dos diversos municípios da Área Metropolitana de Lisboa (AML). Também o Norte e o Centro, apresentam alguns movimentos, tendo o Algarve a capacidade de atrair 360 e 211 trabalhadores provenientes destas regiões, respetivamente.



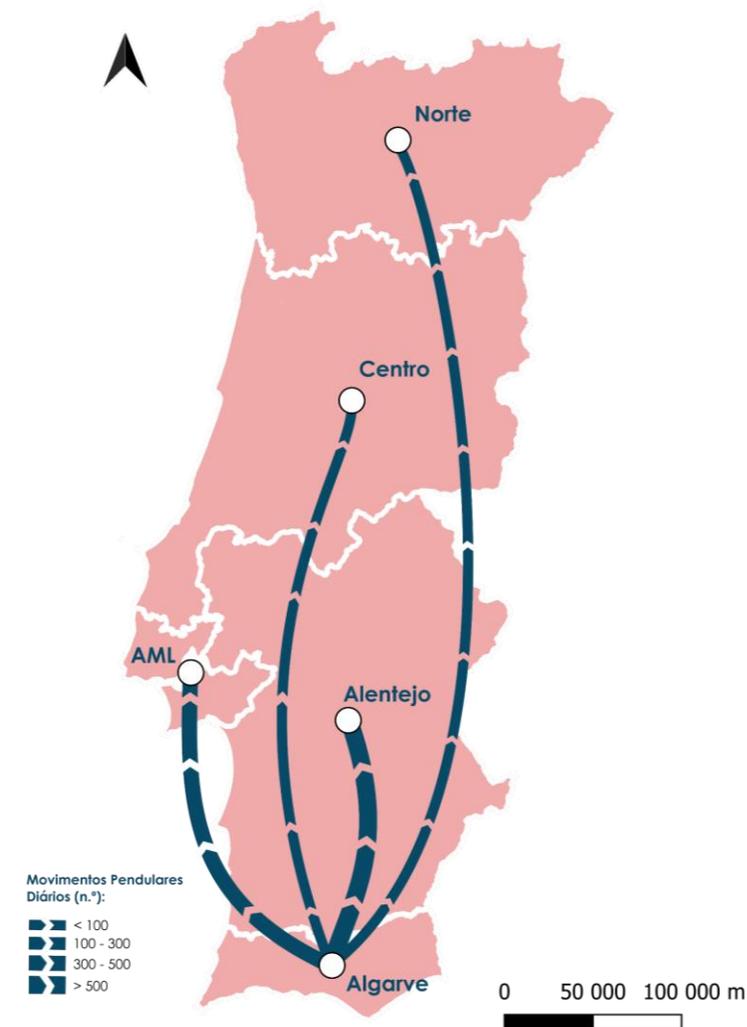
Movimentos Pendulares Diários de População Empregada de NUTS II para o Algarve, 2021
Fonte: INE – Censos 2021



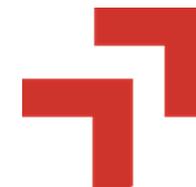
Movimentos Pendulares

Saídas de pessoal empregado

- Além da entrada de mão-de-obra na região, também se verifica o inverso, com a saída diária de 1 299 habitantes da região, que se deslocam diariamente para os seus locais de trabalhos noutros pontos do país.
- O período censitários mais recente permitiu auferir que é a região do Alentejo que surge como principal ponto de atração de mão-de-obra, contribuindo para a deslocação diária de 637 residentes algarvios.
- A Área Metropolitana de Lisboa apresenta igualmente a capacidade de atrair mão de obra, promovendo um movimento diário superior a 200km de 490 residentes algarvios.
- A saída de trabalhadores pode ser vista como um impacto negativo na economia local, especialmente se a saída for de trabalhadores qualificados, o que pode levar a uma redução da produtividade e inovação na região.



Movimentos Pendulares Diários de População Empregada do Algarve para as restantes NUTS II, 2021



Movimentos Pendulares

Movimentos Pendulares Internos

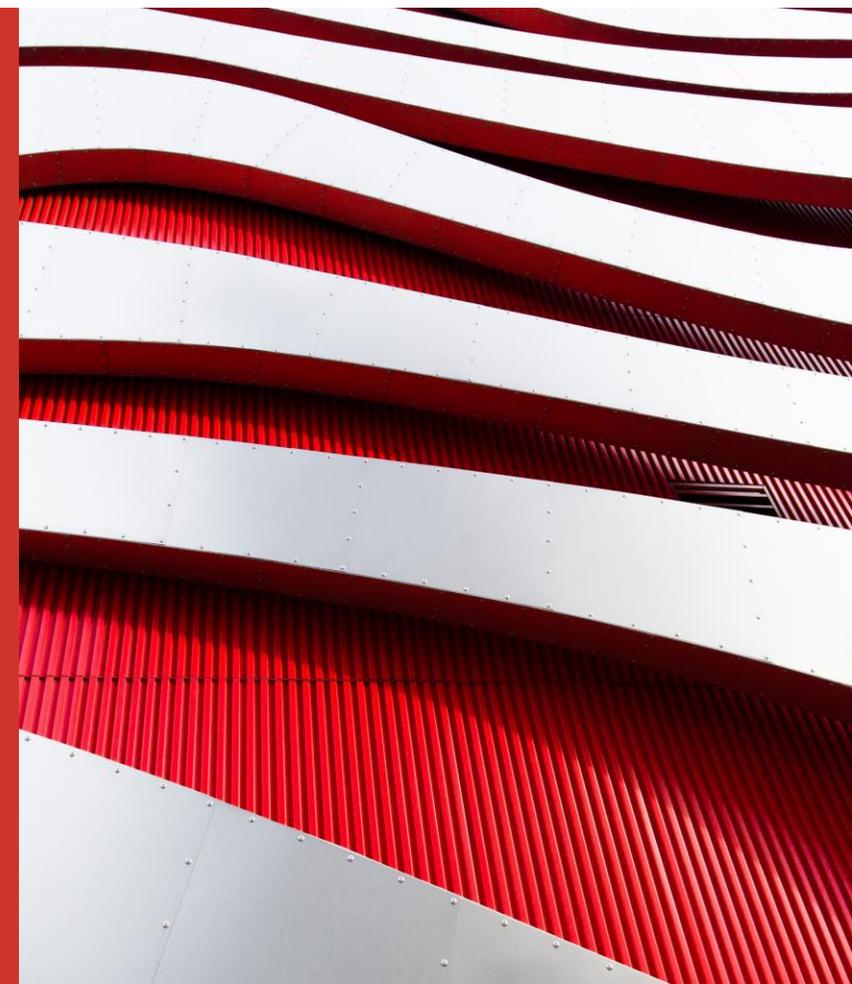
- O Algarve revela movimentos pendulares internos significativos, com algumas disparidades entre os diversos municípios. Alguns municípios possuem uma maior capacidade de atrair mão de obra, ao passo que outros observam uma tendência de perda de trabalhadores. Dentre os municípios com maior aptidão para atrair mão de obra, destaca-se Faro, que apresenta um saldo migratório positivo de 3 583 pessoas, ou seja, a diferença entre o número de trabalhadores que ingressam e saem do município provenientes de outros municípios algarvios. Loulé e Albufeira também se destacam como municípios atrativos, com saldos migratórios positivos.
- Por outro lado, alguns municípios registam uma tendência de perda de mão de obra, sendo os casos mais evidentes Olhão, Silves e São Brás de Alportel, com saldos migratórios negativos de 4 385, 3 261 e 1 172 pessoas, respetivamente.

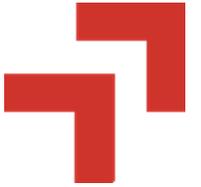
Local de Residência	Local de Trabalho																Saídas do Município
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	São Brás de Alportel	Silves	Tavira	Vila do Bispo	Vila Real de Santo António	
Albufeira		1	9	7	437	149	74	1021	13	69	218	21	546	57	4	30	2656
Alcoutim	2		5	10	18	1	0	5	1	3	0	0	6	10	1	13	75
Aljezur	8	4		5	12	5	70	27	5	6	34	4	15	6	20	5	226
Castro Marim	13	25	10		71	17	4	31	3	17	15	5	10	150	7	621	999
Faro	438	11	8	32		66	85	3309	12	1011	174	262	113	224	0	120	5865
Lagoa	278	4	6	6	110		157	117	18	36	1756	8	532	41	10	8	3087
Lagos	80	0	80	2	119	100		125	21	43	544	13	81	37	280	28	1553
Loulé	1123	3	20	25	2149	122	104		23	246	198	138	221	115	9	73	4569
Monchique	14	2	35	3	35	24	33	28		11	269	1	41	4	5	5	510
Olhão	201	5	10	22	4250	52	62	1092	11		119	145	55	457	3	93	6577
Portimão	429	2	44	8	314	1661	951	283	138	78		27	512	56	50	48	4601
São Brás de Alportel	80	0	3	5	826	8	25	684	2	128	42		30	81	0	18	1932
Silves	2686	7	15	16	289	954	148	496	28	58	683	16		44	14	35	5489
Tavira	79	20	10	107	590	32	33	226	8	408	61	105	35		3	377	2094
Vila do Bispo	4	0	24	8	5	8	234	5	3	1	21	0	7	0		3	323
Vila Real de Santo António	22	36	5	480	223	10	28	106	2	77	50	15	24	443	3		1524
Entradas no Município	5457	120	284	736	9448	3209	2008	7555	288	2192	4184	760	2228	1725	409	1477	



Abordagem Operacional

- Enquadramento de prioridades, no quadro dos objetivos regionais e objetivos centrais da intervenção municipal no contexto dos 3 eixos do Plano de Ação





- Em função das ambições Estratégicas do Algarve e do trabalho desenvolvido, identificamos a mobilização de Objetivos Específicos (OE) por eixo;
- A mobilização proposta, responde (em linha com as tipologias do Programa Algarve 2030) aos objetivos prioritários da Estratégia conjunta CCDR Algarve e AMAL para 2030;
- Os OE têm dimensões de intervenção muito amplas nalguns casos, agregando dimensões claramente Municipais e áreas de intervenção na esfera de coordenação CIM, o que numa versão fina obriga a repartição do OE nestas duas dimensões. Esta repartição procura alinhar as intervenções com as dimensões de competências Municipais e Intermunicipais.
- O Plano de Ação deve ser revisitado à luz dos regulamentos específicos (ainda não disponíveis) e no âmbito da dinâmica económica e social do território durante a sua execução, garantindo estabilidade estratégica mas próxima das respostas ao território, devendo as futuras reprogramações terem por base esta revisão.

Alinhamento dos objetivos estratégicos e as prioridades do PA CIM AMAL

VISÃO ESTRATÉGICA	Plano de Ação AMAL		
	Eixo 1	Eixo 2	Eixo 3
OP 1 Um Algarve mais inteligente 1.1. - Transição Digital 1.2. - Competitividade e Ecossistema de Inovação	X	X	
OP 2 Um Algarve mais verde e hipercarbonico 2.1. - Promover a descarbonização e transição energética 2.2. - Aumentar a resiliência territorial aos novos desafios climáticos 2.3. - Preservar os ecossistemas e os recursos naturais e fomentar a eficiência hídrica e a economia circular 2.4. - Ativar os Territórios com proteção ambiental na afirmação de qualidade de vida e turismo mais sustentável 2.5. - Potenciar a Mobilidade Suave através da adaptação dos centros urbanos	X X X	X X X X	X X X
OP 4 Um Algarve mais social 4.1. - Inovar nas respostas e nos serviços de interesse geral para enfrentar os desafios demográficos	X		
OP 5 Um Algarve mais próximo das pessoas 5.1. - Consolidar o sistema urbano policêntrico para a promoção da coesão territorial e a inserção competitiva da região 5.2. - Valorizar e qualificar o território, as pessoas e os recursos endógenos 5.3. - Induzir práticas de inteligência territorial, através de escolhas mais eficientes 5.4. - Responder aos desafios sociais	X	X X X X	X X X X

- Alinhamento dos objetivos específicos a mobilizar no PA CIM AMAL - âmbito de intervenção

Objetivo Específico	Âmbito de Intervenção
Eixo 1	
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)	CIM
OE2.1 Eficiência energética na Administração Pública Regional e Local	Municípios
OE2.4 Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos	CIM/Municípios
OE2.5 Ciclo Urbano da Água em baixa (sistemas municipais)	Municípios
OE2.6 Gestão de Resíduos: sub investimentos em baixa	CIM/Municípios
OE4.7 Programa de (re)qualificação de adultos	CIM
OE4.11 Promoção do sucesso educativo	CIM
OE5.1 Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	Municípios
OE5.1 Saúde- cuidados de saúde primários	Municípios
OE5.1 Mobilidade a pedido	CIM
Eixo 2	
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR) - Cidades Inteligentes	Municípios
OE2.4 Adaptação às Alterações Climáticas	CIM/Municípios
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Municípios
OE2.8 Mobilidade Sustentável	CIM/Municípios
OE5.1 Reabilitação e regeneração urbanas	Municípios
OE5.1 Ecossistemas de Inovação	Municípios
Eixo 3	
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	CIM/Municípios
OE5.1 Património natural e cultural	Municípios
OE5.1 Produtos turísticos sub-regionais e locais	Municípios
OE5.1 Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos	Municípios



Contributo para os ODS

Compromisso com a
Sustentabilidade



Responsabilidade com Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



- O duplo desafio verde e digital, assume um papel transversal às prioridades do plano. No entanto o compromisso dos Municípios de Algarve com um desenvolvimento equilibrada e coeso, sustenta-se numa abordagem mais integrada, personalizada na resposta aos desafios do Milénio com uma preocupação de assegurar um resposta continua e empenhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS);
- A matriz seguinte procura relacionar os Objetivos Específicos (OE) mobilizados e a relação dos ODS.
- Todos os OE mobilizados contribuem para os ODS
- Só dois ODS não recebem contributos do Plano de Ação
- A AMAL deve assegurar ao longo da implementação do Plano uma monitorização quantitativa e qualitativa do contributo do Plano a Ação para o reforço das respostas dos ODS na Região.



Contributo dos OE para os ODS	Eixo 1										Eixo 2						Eixo 3							
Objetivos de Desenvolvimento Sustentável	OE1.2	OE2.1	OE2.4	OE2.5	OE2.6	OE4.7	OE4.11	OE5.1 Educação	OE5.1 Saúde	OE5.1 Mobilidade a pedido	OE1.2 Cidades Digitais	OE2.4	OE2.7	OE2.8	OE5.1	OE5.1 Ecosistemas de Inovação	OE2.7	OE2.7 Pedreiras	OE5.1 Pat cul mus	OE5.1 Prod tur	OE5.1 Qual Espaço P	OE5.1 Ref	OE5.1 Val cul	
01. Erradicar a Pobreza							X	X																
02. Erradicar a Fome																								
03. Saúde de Qualidade									X	X														
04. Educação de Qualidade							X	X	X															
05. Igualdade de Género	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
saneamento				X									X				X							
07. Energias Renováveis e Acessíveis		X																						
08. Trabalho Digno e Crescimento Económico																								
09. Indústria, Inovação e Infraestruturas											X					X								
10. Reduzir as Desigualdades	X			X	X		X	X	X	X				X			X				X	X	X	X
11. Cidades e Comunidades Sustentáveis	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X	X	X	X			X	X	X	X	X	X
12. Produção e consumo sustentáveis	X			X	X						X					X								
13. Ação climática	X	X	X	X	X					X		X		X				X						
14. Proteger a vida marinha													X				X							
15. Proteger a vida terrestre													X				X	X						
16. Paz, justiça e instituições eficazes								X	X															
17. Parcerias para a implementação dos objetivos																								

Plano de Ação ITI AMAL

- Prioridades de Intervenção
- Enquadramento Estratégico (regional e sub regional)
- Proposta de Indicadores e Metas
- Proposta de Domínio de Intervenção
- Contributos para o Tagging



Eixo 1

Algarve Mais Próximo

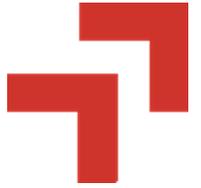
Cuidador, Inclusivo e Ambientalmente
Sustentável



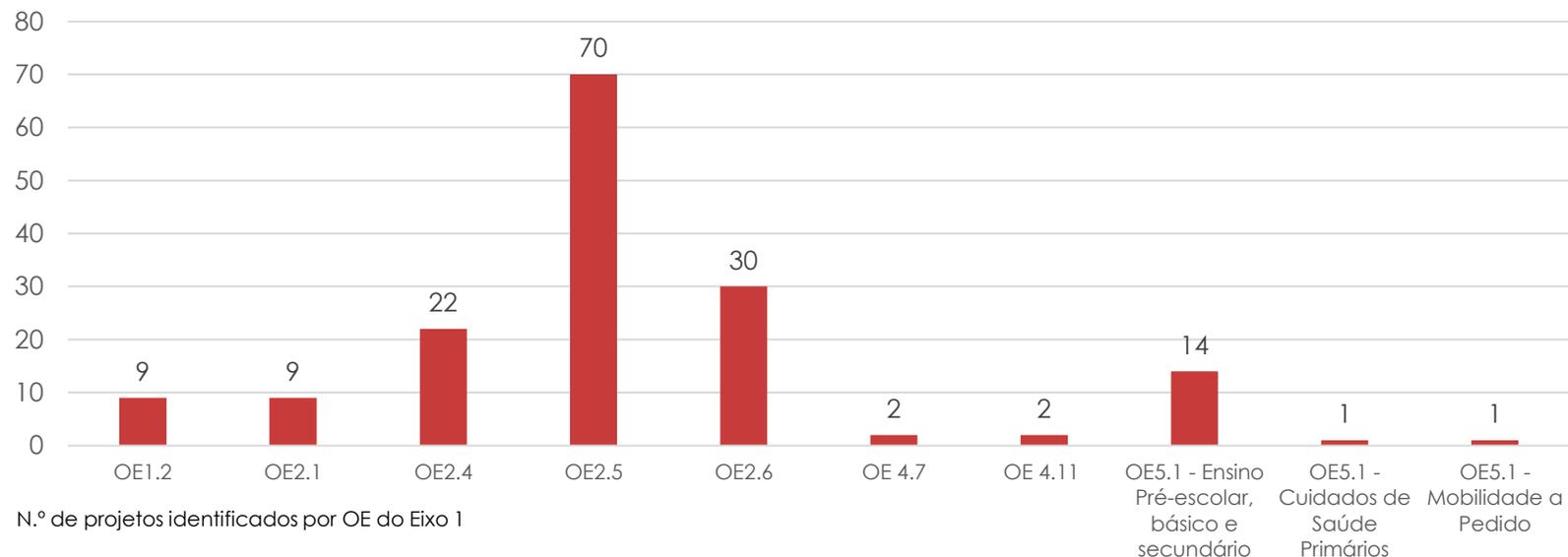
Objetivos Específicos por Âmbito de Intervenção

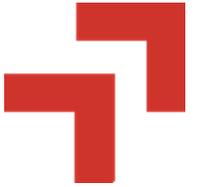
Eixo 1 – Algarve Mais Próximo: cuidador, inclusivo e ambientalmente sustentável

Objetivo Específico	Âmbito de Intervenção
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)	CIM
OE2.1 Eficiência energética na Administração Pública Regional e Local	Municípios
OE2.4 Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos	CIM/Municípios
OE2.5 Ciclo Urbano da Água em baixa (sistemas municipais)	Municípios
OE2.6 Gestão de Resíduos: sub investimentos em baixa	CIM/Municípios
OE4.7 Programa de (re)qualificação de adultos	CIM
OE4.11 Promoção do sucesso educativo	CIM
OE5.1 Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	Municípios
OE5.1 Saúde- cuidados de saúde primários	Municípios
OE5.1 Mobilidade a pedido	CIM



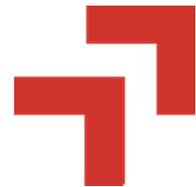
- O primordial enfoque do primeiro eixo estratégico delineado no Plano de Ação da ITI CIM AMAL recai sobre a otimização e aprimoramento da oferta e prestação dos serviços públicos e coletivos de interesse geral da próxima geração. Com uma perspetiva orientada para a conceção de soluções inovadoras e próximas, perfeitamente alinhadas com as exigências emergentes da tripla transição – ambiental, digital e demográfica. Os projetos e iniciativas inseridos neste eixo são concebidos para fomentar a integração funcional adequada entre as áreas urbanas e rurais, sendo elegível no contexto do Eixo 1, todo o território da região do Algarve.
- A articulação entre a CIM AMAL e os municípios algarvios culmina numa intervenção conjunta que se traduz num investimento significativo, mobilizando **109.600.000 €** de fundo. Este montante será distribuído entre **161** projetos criteriosamente selecionados como prioritários para a região em linha com a superação dos estrangulamentos identificados.





Dimensões AMAL

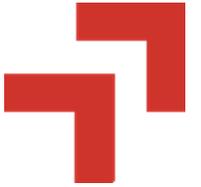
- O Plano de Ação, nos moldes de contratualização definidos no Programa Algarve 2030 é um exercício inovador e inclui dimensões que (em função da natureza de região convergência) não foram mobilizadas em 2020 (e.g. sucesso educativo) ou estavam na esfera de programas temáticos (PO SEUR). Nesse sentido, e em linha com os processos de descentralização em curso e com as áreas de coordenação exercidas pela AMAL, propõe-se algumas dimensões para a esfera de coordenação da CIM no processo de operacionalização.
- **Neste âmbito a mobilização de alguns objetivos específicos, são assumidos pela AMAL com ganhos de escala:**



1.2. Digitalização na administração pública Local (Eixo 1)

O foco da política é: *Assegurar “serviços públicos eletrónicos orientados para os cidadãos e as empresas, que proporcionem formas flexíveis e personalizadas de interação e redução de custos de contexto (e.g. digitalização de serviços municipais e sua disponibilização através de diferentes plataformas, com recurso à identificação eletrónica); ...apoio a ações de qualificação da prestação de serviços e da capacitação dos organismos públicos;*

A intervenção na escala da CIM poderia **trazer sinergias em áreas comuns de redução dos custos de contexto**. Redução de processos de intermediação e articulação complementar com processos de balcões desmaterializados nas freguesias (espaço de cidadão – **financiados na AG e PRR**). Esta abordagem não impede projetos específicos e com maturidade na esfera de intervenção dos Municípios.



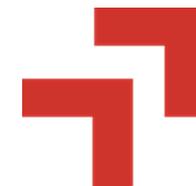
1.2. Digitalização na administração pública Local (Eixo 1)

Enquadramento Regional :

A **Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030** refere que “No que respeita aos objetivos de digitalização da economia, é importante referir que, segundo dados de 2017 (INE), o Algarve apresenta **valores bastante inferiores aos do Continente** em diversas variáveis relativas às empresas e tecnologias de informação e comunicação (TIC). (...) Ao nível da administração pública regista-se nos últimos anos um percurso evolutivo em prol da inteligência e de uma gestão mais próxima dos cidadãos e das empresas, no sentido da modernização e simplificação administrativa, potenciando uma efetiva agenda para a digitalização. (...) Ao longo do QREN e do PT 2020 têm vindo a ser realizados importantes investimentos nesta área **que importa consolidar no próximo período de programação**. Será necessário colmatar lacunas ainda existentes e demonstradas por alguma ineficiência administrativa verificada, **dar resposta a novas necessidades de simplificação e desmaterialização**, bem como responder a novas exigências decorrentes de alterações legislativas e de **descentralização de competências**. (...) tendo em vista a **oferta de serviços mais desmaterializados e alicerçados em modelos de prestação de serviço mais descentralizados e eficazes**, será necessário continuar a apostar na formação/qualificação dos recursos humanos tornando-os mais aptos e capazes de se adaptarem a novas realidades e modelos de funcionamento da administração. (...) Também do lado dos cidadãos será necessário encontrar soluções para uma maior dinamização e qualificação da procura (e-skills), reduzindo-se o ainda elevado grau de iliteracia digital, materializado nas ainda baixas percentagens de indivíduos que utilizam meios eletrónicos para interagir com as entidades públicas. (...) A região deverá continuar a apostar numa administração pública mais eficiente, qualificada, transparente e orientada para responder às necessidades das empresas e cidadãos, capaz de se adaptar à mudança e enfrentar novos desafios sociais.”

Prioridade:

Projetos no contexto da continuação da Medida Algarve + Digital focados na redução de custos de contexto. Podendo apoiar iniciativas diferenciadas (e.g. Processo de licenciamento urbano digital). Foco em medidas de desmaterialização em complemento com os espaços de cidadão a financiar (PRR e AG Algarve 2030)



Digitalização na Administração Pública

- Serviços públicos eletrónicos orientados para os cidadãos e as empresas, que proporcionem formas flexíveis e personalizadas de interação e redução de custos de contexto (e.g. digitalização de serviços municipais e sua disponibilização através de diferentes plataformas, com recurso à identificação eletrónica);
- Projetos inovadores de utilização das TIC na resposta a desafios sociais emergentes (e.g. tecnologias inovadoras na administração pública para desenvolvimento de mecanismos de participação pública eletrónica ou de atendimento à distância; adoção de metodologias e ferramentas “Building Information Modeling”);
- Serviços públicos digitais abertos, seguros, flexíveis e interoperáveis (e.g. desenvolvimento e integração de sistemas internos e de “backoffice” entre diferentes áreas, departamentos e serviços; cibersegurança);
- Projetos de digitalização e eficiência dos serviços públicos (e.g. reengenharia, simplificação, certificação e desmaterialização de processos que, através do recurso às TIC, permitam melhorar processos organizacionais e reduzir custos administrativos e pegada de carbono das entidades públicas);
- Recurso às TIC e a serviços digitais centrados nas pessoas e interoperáveis para melhoria da eficiência na gestão das infraestruturas e equipamentos coletivos, maior envolvimento da população local na governação pública, informação em tempo real aos cidadãos sobre disponibilidades de bens e serviços (públicos e privados) e monitorização de consumos e de fluxos (de pessoas, de energia, de tráfego, etc.), acelerando a inovação na administração local, otimizando a despesa pública e melhorando os processos de tomada de decisão;
- Apoio a ações de qualificação da prestação de serviços e da capacitação dos organismos públicos;
- Redes integradas de cooperação territorial (Municípios, Universidades, Centros I&D, CCDR) para a criação de novos produtos (digitais) que, nomeadamente, permitam oferecer aos residentes e aos turistas serviços mais ajustados ao seu perfil.
- Espaços ou soluções de mobilidade que permitam aos utentes aceder aos serviços públicos eletrónicos de forma mediada (e.g. instalação de espaços do cidadão, que promovam o atendimento digital assistido a serviços da administração pública)



Os contributos esperados com a mobilização destes tipos de ação são os seguintes:

- Promover a **transição digital na administração pública**;
- Criar e desenvolver **redes integradas de cooperação territorial** entre os municípios, as universidades, os centros I&D e a CCDR;
- Acelerar a transição digital da região, envolvendo “redes integradas de cooperação territorial” (Municípios, universidades, Centros I&D, Empresas e Sociedade Civil), quer na estruturação das ações e apoios ao investimento empresarial, potenciadas pela melhoria da conectividade (5G) nos territórios do interior e de baixa densidade.

INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo (2024)	Meta (2029)
1A	RSO1.2	FEDER	Em transição	RCO14	Instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	Instituições Públicas	0	28

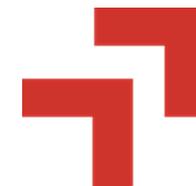
INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
1A	RSO1.2	FEDER	Em transição	RCR11	Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados	Utilizadores/ano	0	0	111.600	SI PT2030	



DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
1A	RS01.2	FEDER	Em transição	016. Soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública	4.500.000,00
1A	RS01.2	FEDER	Em transição	0.17. Soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública, conforme os critérios de redução das emissões de gases com efeito de estufa ou de eficiência energética	500.000,00
1A	RS01.2	FEDER	Em transição	0.36. TIC: outros tipos de infraestruturas de TIC (incluindo recursos/equipamentos informáticos de larga escala, centros de dados, sensores e outros equipamentos sem fios)	4.900.000,00
1A	RS01.2	Total			9.900.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação do Projeto	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Infraestruturas, desmaterialização de processos internos, serviços Web/online aos cidadãos e empresas e cibersegurança	Plano de Ação Algarve + Digital (2ª fase)	Intenção	2024	Algarve	AMAL	833.333 €	500.000 €	60%
	Processos Digitais de proximidade ao munícipe	Intenção	2025	Algarve	Municípios (Algarve + Digital 2ª fase)	950.000 €	570.000 €	60%
	Serviços online epaper para licenciamento do processo urbanístico	Intenção	2025	Algarve	Municípios (Algarve + Digital 2ª fase)	1.666.667 €	1.000.000 €	60%
	Implementação do modelo de governação intermunicipal da nova framework de governação local para a Transição Digital	Intenção	2025	Algarve	Municípios (Algarve + Digital 2ª fase)	216.667 €	130.000 €	60%
	Harmonização intermunicipal de novos serviços digitais locais e consolidação da reengenharia e desmaterialização de processos	Intenção	2025	Algarve	Municípios (Algarve + Digital 2ª fase)	716.667 €	430.000 €	60%
	E-REG Harmonização regulamentar inteligente	Intenção	2025	Algarve	Municípios (Algarve + Digital 2ª fase)	333.333 €	200.000 €	60%
	E-Partilha Desenho e implementação de modelos de serviços partilhados	Intenção	2025	Algarve	Municípios (Algarve + Digital 2ª fase)	116.667 €	70.000 €	60%
	E-Dados Algarve Inteligente	Intenção	2025	Algarve	Municípios (Algarve + Digital 2ª fase)	166.667 €	100.000 €	60%
Espaços Cidadão	Espaços de Cidadão de nova geração de juntas de freguesia (em complemento com o PRR)	Intenção	2024	Algarve	Juntas de Freguesia	1.666.667 €	1.000.000 €	60%
						6.666.667 €	4.000.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **4.000.000 € (100 % da medida programada)**

Proposta de Indicador de realização :

- RCO14 – Instituições públicas apoiadas para o desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais
 - Objetivo Intermediário (2024) : **5 Instituições Públicas**
 - Meta (2029): **11 Instituições Públicas**

Proposta de Indicador de resultado :

- RCR11 – Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados
 - Objetivo Intermediário (2024) : **22.545 utilizadores/ano**
 - Meta (2029): **45.091 utilizadores/ano**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 016. Soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública | **3.500.000 €**
- 017. Soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública, conforme os critérios de redução das emissões de gases com efeito de estufa ou de eficiência energética | **500.000 €**

Contributo para o Tagging :

- 016. Soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública | **0 % | 0 €**
- 017. Soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública, conforme os critérios de redução das emissões de gases com efeito de estufa ou de eficiência energética | **40 % | 200.000 €**
- **Total | 200.000 €**



2.4 Provisão de meios materiais para a proteção civil. (Eixo 1)

- **O foco da política é:** *Assegurar “Meios e sistemas de prevenção, apoio à decisão, combate a incêndios rurais (viaturas, máquinas, ferramentas manuais e motomanuais, e outras); equipamentos de proteção individual; infraestruturas de apoio à Força de Sapadores Bombeiros Florestais e às entidades com responsabilidade na prevenção, combate e socorro do SGIFR (parques de máquinas, bases de estacionamento das brigadas, e outras), após 2025; Ações de implementação do novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR); Planos de prevenção e gestão de riscos, e intervenções na rede de infraestruturas para reforço operacional, da informação, da sensibilização e da capacitação em gestão de crises; Sistemas de informação, de vigilância e monitorização, cartografia de zonas de risco e manuais de procedimentos.”*

Neste contexto a intervenção integrada a partir da esfera intermunicipal pode trazer ganhos de eficiência.

A abordagem neste OE foi alinhado com as Prioridades do Plano de Proteção Civil setorial.



2.4 Provisão de meios materiais para a proteção civil. (Eixo 1)

Enquadramento Regional :

A **Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030** identifica ao nível das “(...) vulnerabilidades ambientais, a forte pressão urbanística, demográfica, empresarial e turística no litoral, motivou a incidência de escolhas na faixa costeira, salientando-se as preocupações com valores patrimoniais ambientais merecedores de elevados índices de proteção e salvaguarda, como a Ria Formosa ou a orla costeira compreendida entre Portimão e Albufeira, assim como a costa Vicentina, a serra do Caldeirão e, com menor intensidade, a serra de Monchique e o vale do Guadiana. Neste conjunto de situações, evidenciam-se vulnerabilidades exógenas relacionadas com riscos e ameaças, desde a dinâmica do litoral, à erosão costeira ou à subida do nível médio das águas do mar, aos incêndios florestais ou ao assoreamento do rio Guadiana. (...) há necessidade de ampliar argumentos de atratividade e diversificação da base económica regional, urgência de respostas aos dilemas da desertificação e da ação climática e à proteção e gestão de riscos naturais, tecnológicos ou mistos, com ocorrência cada vez mais frequentes e com consequências cada vez mais nefastas.

Perante este conjunto de desafios é **importante que as entidades que integram o sistema de proteção civil, Corpos de Bombeiros e Serviços de Proteção Civil, estejam dotadas de meios modernos e adequados e de recursos capacitados para o efeito. Além da importância de proceder ao reequipamento destes profissionais, emerge a necessidade de infraestruturas abordagem intermunicipal** na valorização dos recursos ordenamento e qualificação do território que permitam a aquisição de conhecimentos, nomeadamente, uma unidade local de formação e um campo de treinos. De igual forma, para dotar o sistema de capacidade de decisão operacional é imprescindível proceder à revisão e atualização do Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis, bem como do simulador sísmico e de tsunamis do Algarve, a elaboração de cartografia de risco e a instalação de um sistema de alerta e aviso.”

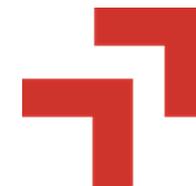
Prioridade:

Prevenção de riscos e alerta; Campanhas de sensibilização;



Meios materiais para a proteção civil e gestão de riscos:

- Meios e sistemas de prevenção, apoio à decisão, combate a incêndios rurais (viaturas, máquinas, ferramentas manuais e moto manuais, e outras) e equipamentos de proteção individual;
- Infraestruturas de apoio à Força de Sapadores Bombeiros Florestais e às entidades com responsabilidade na prevenção, combate e socorro do SGIFR (parques de máquinas, bases de estacionamento das brigadas, e outras), após 2025;
- Ações de implementação do novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR);
- Planos de prevenção e gestão de riscos, e intervenções na rede de infraestruturas para reforço operacional, da informação, da sensibilização e da capacitação em gestão de crises;
- Sistemas de informação, de vigilância e monitorização, cartografia de zonas de risco e manuais de procedimentos.



INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermediário (2024)	Meta (2029)
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCO24	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais	Euros	0	22.500.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCO25	Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres	Km	0	29
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCO28	Área abrangida por medidas de proteção contra incêndios florestais	Hectares	0	70.347,00

INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCR35	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	Pessoas	0,00	0	13.667	SI PT2030	
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCR36	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	Pessoas	0,00	0	93.356	SI PT2030	



DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	046. Apoio às entidades que prestam serviços que contribuem para a economia hipercarbónica e para a resiliência às alterações climáticas, incluindo medidas de sensibilização	1.000.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	058. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: inundações e desabamentos de terra (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes e abordagens baseadas nos ecossistemas)	10.000.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	059. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: incêndios (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas)	18.000.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	060. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: outros, por exemplo, tempestades e secas (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas)	6.500.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	061. Prevenção e gestão de riscos naturais não relacionados com o clima (por exemplo, sismos) e de riscos ligados à atividade humana (por exemplo, acidentes tecnológicos), incluindo ações de sensibilização, proteção civil e sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas	500.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	064. Gestão de água e conservação de recursos hídricos (incluindo gestão de bacias hidrográficas, medidas específicas de adaptação às alterações climáticas, reutilização e redução de fugas)	13.500.000,00
2A	RSO2.4	Total			49.500.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Intervenções e sistemas de prevenção e combate	Estudo de prescrição de fogo controlado para o Algarve	Intenção	2025	Algarve	AMAL	1.100.000 €	660.000 €	60 %
	Aquisição e instalação uniformizada do sistema de aviso (sirenes e sinalética)	Intenção	2025	Algarve	AMAL	2.100.000 €	1.260.000 €	60%
	Implementação de um sistema integrado de videovigilância para antecipar a deteção de incêndios rurais que permita reforçar a capacidade de monitorização em todas as áreas de risco do território regional, que promova um ataque inicial mais célere perante a ocorrência de uma ignição, em complemento à rede de postos de vigilância já existente.	Intenção	2025	Algarve	AMAL	2.250.000 €	1.350.000 €	60%
						5.450.000 €	3.270.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE. Foram identificados os projetos prioritários. Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **3.270.000 € (18,2 % da medida programada)**

Proposta de Indicador de realização :

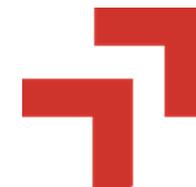
- RCO24 – Investimento em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais.
 - Objetivo Intermédio (2024) : **1.635.000 €**
 - Meta (2029): **3.270.000 €**

Proposta de Indicador de resultado :

- RCR36 – População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais
 - Objetivo Intermédio (2024) : **3.084 Pessoas**
 - Meta (2029): **6.167 Pessoas**

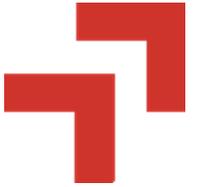
Proposta de Domínio de Intervenção:

- 059. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: incêndios (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas) | **2.770.000 €**
- 061. Prevenção e gestão de riscos naturais não relacionados com o clima (por exemplo, sismos) e de riscos ligados à atividade humana (por exemplo, acidentes tecnológicos), incluindo ações de sensibilização, proteção civil e sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas. | **500.000 €**



Contributo para o Tagging :

- 059. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: incêndios (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas) | **100 % | 2.770.000 €**
- 061. Prevenção e gestão de riscos naturais não relacionados com o clima (por exemplo, sismos) e de riscos ligados à atividade humana (por exemplo, acidentes tecnológicos), incluindo ações de sensibilização, proteção civil e sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas. | **0 % | 0 €**
- **Total | 2.770.000 €**



2.6 – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos (FEDER)

- **O foco da política é:** “ (...)a implementação da Agenda Regional para a Economia Circular através do aumento da circularidade na utilização de matérias-primas e produtos, em particular nos setores mais consumidores de recursos e simultaneamente com maior potencial de reconfiguração de processos de produção (ex: agroalimentar, mar, turismo e construção), alinhando aos objetivos do segundo Plano de Ação da EU para a Economia Circular. Para o setor da construção existe Plano de Ação Regional para os resíduos de construção e demolição (RCD), que estima uma produção superior a 400 000 ton/ano, havendo uma grande quantidade de resíduos que são abandonados e não triados e/ou reciclados, com utilizações de enchimento de vazios de escavação inadequados.

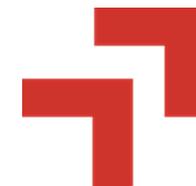
2.6 – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos (FEDER)

Enquadramento Regional :

A **Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030** remete para “(...) a implementação de princípios de economia circular, conduzirá à utilização integral dos recursos e à sua melhor valorização, reduzindo os desperdícios, valorizando os subprodutos e os resíduos, ainda, desenvolvendo soluções de apoio à gestão que permitam otimizar a produtividade das culturas (...) Em linha com a Agenda Regional para Economia Circular, a região deve abraçar um novo modelo económico, baseado na inovação para a desmaterialização, obtendo dos recursos, maior valor e utilidade, pelo maior período possível. Para tal, foram estabelecidas áreas prioritárias e definidos potenciais de circularidade para o turismo, para a gestão de resíduos e para a pesca, definindo-se igualmente um vasto leque de propostas de ação, a implementar por diversos atores, de forma integrada e concertada. (...) o volume de resíduos produzidos na região é elevado e tem vindo a aumentar, situação que não pode ser dissociada do turismo, mas que também traduz a produção de determinadas atividades económicas em particular e, em termos mais globais, as próprias opções e comportamentos de empresas e cidadãos. O Regime Geral de Gestão de Resíduos estabeleceu como meta para 2020 “um aumento mínimo para 70% (em peso) relativamente à preparação para a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização material”. Com vista à concretização desta meta foi ainda definida a obrigatoriedade de utilização ou incorporação de, pelo menos, 5% de materiais reciclados no total de matérias-primas usadas em obras. No caso dos resíduos urbanos (RU), em 2018 foram recolhidas 405,3 mil toneladas o que representa 923 kg de lixo por habitante, valor que é fortemente influenciado pela população flutuante. Cerca de 69% dos RU recolhidos correspondem a recolha indiferenciada, embora esta proporção esteja a diminuir a favor da recolha seletiva (31%), que importa reforçar nos próximos anos. Cerca de 21% dos resíduos provenientes de recolha indiferenciada são preparados para reutilização e reciclagem, estando a região distante da média nacional de 40% e dos objetivos definidos a nível comunitário”

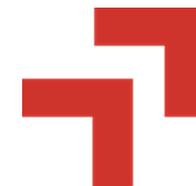
Prioridade:

Plano de Ação para a definição de sistemas de otimização de processos de recolha (AMAL).



Gestão de resíduos: sub investimentos em baixa

- Equipamentos de separação e reciclagem na origem dos bio resíduos (compostagem doméstica e comunitária);
- Equipamentos (contentorização e veículos) para criação de redes de recolha seletiva de bio resíduos;
- Equipamentos (contentorização e veículos) que permitam a recolha diferenciada (ex: bio resíduos, embalagens, papel/cartão, vidro, têxteis, resíduos domésticos perigosos, volumosos, e outros ainda não recolhidos seletivamente) seja de proximidade ou porta-a-porta;
- Implementação de sistemas tarifários do tipo PAYT (Pay-as-you-throw), SAYT (Save-as-you-throw) ou RAYT (Receive-as-you-throw);
- Sistemas de otimização das operações de recolha (com ajustamento de circuitos e frequências de recolha, logística de apoio, utilização de tecnologias de monitorização de equipamentos e/ou dos utilizadores) e outras TIC;
- Reforço e requalificação da rede de ecocentros, visando a sua transformação para centros de reparação, reutilização, preparação para reutilização, podendo funcionar como pontos de venda/doação de produtos de 2.ª mão (pontos físicos, plataformas digitais);
- Projetos de compostagem caseira ou comunitária, associados a redes de hortas urbanas ou periurbanas (onde se promova a prática da compostagem, o uso de compostos orgânicos e a produção local de produtos);
- Digitalização dos serviços de resíduos



INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

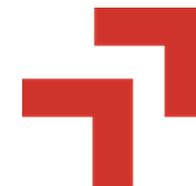
Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermediário (2024)	Meta (2029)
2A	RSO2.6	FEDER	Em transição	RCO107	Investimentos em instalações de recolha seletiva de resíduos	Euros	0	61.666.667,00

INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
2A	RSO2.6	FEDER	Em transição	RCR47	Resíduos reciclados	Toneladas/ano	0	0	50.000,00	SI PT2030	

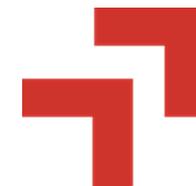
DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
2A	RSO2.6	FEDER	Em transição	067. Gestão de resíduos domésticos: medidas de prevenção, minimização, triagem, reutilização e reciclagem	27.000.000,00
2A	RSO2.6	FEDER	Em transição	069. Gestão de resíduos comerciais e industriais: medidas de prevenção, minimização, triagem, reutilização e reciclagem	10.000.000,00
2A	RSO2.6	Total			52.000.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Sistemas de suporte à gestão	Plano de Ação para a definição de sistemas de otimização no processo de recolha	Intenção	2024	Algarve	AMAL	500.000 €	300.000 €	60%
Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa)	Plano de Ação para a Economia Circular	Intenção	2025	Algarve	AMAL	407.883 €	244.730 €	60%
						907.883 €	544.730 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE. Foram identificados os projetos prioritários. Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **544.730 € (2,02 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

- RCO107- Investimentos em instalações de recolha seletiva de resíduos
 - Objetivo Intermédio (2024) : **145.112 €**
 - Meta (2029): **290.225 €**

Proposta de Indicadores de resultado :

- RCR103 – Resíduos objeto de recolha seletiva
 - Objetivo Intermédio (2024) : **129,5 toneladas/ano**
 - Meta (2029): **259 toneladas/ano**

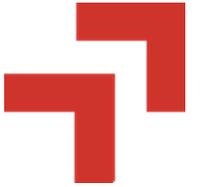
Nota: A mobilização de indicadores para este OE apenas é realizada para a Tipologia de Operação (TO) “Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa)”, não sendo mobilizados indicadores para a TO “Sistemas de suporte à gestão”.

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 067. Gestão de resíduos domésticos: medidas de prevenção, minimização, triagem, reutilização e reciclagem | **544.730 €**

Contributo para o Tagging :

- 067. Gestão de resíduos domésticos: medidas de prevenção, minimização, triagem, reutilização e reciclagem | **40 %** | **217.892 €**
- **Total** | **217.892 €**



4.7. Programa de (re)qualificação de adultos

- **O foco da política** é: “- Centros Qualifica, enquanto Centros especializados em qualificação de adultos e processos RCCC, e portas de entrada ou reentrada no sistema de qualificação nacional, instrumento essencial para intensificar a participação de adultos em processos de Aprendizagem ao Longo da Vida; Formação contínua de professores e outros agentes de educação e formação, com vista a estimular a permanente capacitação das equipas pedagógicas, com vista à melhoria da qualidade do ensino profissional e do combate ao insucesso escolar; Formação de profissionais do setor da saúde, tendo em vista a atualização permanente de competências, e a melhoria dos cuidados de saúde; Sistema de antecipação e adequação de competências para o emprego... No âmbito deste OE, e no que se refere aos Programas de formação de curta duração para a empregabilidade e de Formação de ativos pós-secundária, serão prioritariamente apoiadas as qualificações que contribuam para uma especialização mais inteligente, e para acelerar a transição verde e digital..”
- Neste contexto a intervenção na escala intermunicipal, assegura sinergias na resposta aos estrangulamentos regionais.



4.7. Programa de (re)qualificação de adultos

Enquadramento Regional :

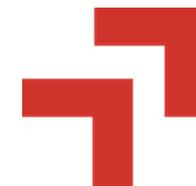
A **Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030** refere-se à temática da (re)qualificação numa abordagem conjunta associada “ao desafio da sustentabilidade demográfica...”

Esta medida no entanto sustenta a formação de ativos no contexto dos processos de descentralização, que não tem particular evidência no diagnóstico da Região. Mas melhor serviço público, impõe recursos humanos mobilizados e qualificados.

Pretende-se valorizar os recursos humanos no contexto das novas competências da descentralização, promovendo a aprendizagem ao longo da vida através de oportunidades de melhoria de competências pessoais e profissionais.

Prioridade:

Valorização dos recursos humanos no contexto das novas competências de descentralização.

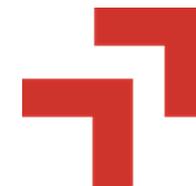


Mais e Melhor (Re)Qualificação de adultos:

Programa de (re)qualificação de adultos, através do apoio a:

- Centros Qualifica, enquanto Centros especializados em qualificação de adultos e processos RVCC, e portas de entrada ou reentrada no sistema de qualificação nacional, instrumento essencial para intensificar a participação de adultos em processos de Aprendizagem ao Longo da Vida;
- Formação contínua de professores e outros agentes de educação e formação, com vista a estimular a permanente capacitação das equipas pedagógicas, com vista à melhoria da qualidade do ensino profissional e do combate ao insucesso escolar;
- Formação de profissionais do setor da saúde, tendo em vista a atualização permanente de competências, e a melhoria dos cuidados de saúde;
- Sistema de antecipação e adequação de competências para o emprego

ESO4.7- Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional; (FSE+)



INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermediário (2024)	Meta (2029)
4A	ESO4.7	FSE+	Em transição	EECO10	Pessoas que completaram o ensino secundário ou estudos pós-secundários	Pessoas	210	1.051
4A	ESO4.7	FSE+	Em transição	EESO03	Participações em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	Número	7.757	38.787
4A	ESO4.7	FSE+	Em transição	EESO04	Participantes apoiados nos Centos Qualifica	Pessoas	6.758	33.791

INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
4A	ESO4.7	FSE+	Em transição	EECR03	Participantes que obtêm uma qualificação uma vez terminada a participação	Pessoas	69	2021	72	SI PT2030	Unidade de medida do valor de referência e da meta= percentagem. Pessoas/participantes na operação é a Unidade de medida do reporte dos dados
4A	ESO4.7	FSE+	Em transição	EESR06	Participações certificadas em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	Percentagem	82,00	2020	85,00	SI PT2030	
4A	ESO4.7	FSE+	Em transição	EESR07	Adultos em processos RVCC ou certificados decorrentes desse processo	Percentagem	90,00	2021	90,00	SI PT2030	

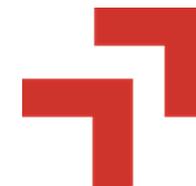
ESO4.7- Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional; (FSE+)



DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
4A	ESO4.7	FSE+	Em transição	145. Apoio ao desenvolvimento de competências digitais	1.700.000,00
4A	ESO4.7	FSE+	Em transição	149. Apoio ao ensino primário e secundário (excluindo infraestruturas)	1.200.000,00
4A	ESO4.7	FSE+	Em transição	151. Apoio à educação de adultos (excluindo infraestruturas)	12.100.000,00
4A	ESO4.7	FSE+	Em transição	160. Medidas destinadas a melhorar a acessibilidade, a eficácia e a resiliência dos sistemas de cuidados de saúde (excluindo infraestruturas)	500.000,00
4A	ESO4.7	Total			15.500.000,00

ESO4.7- Promover a aprendizagem ao longo da vida, em especial através de oportunidades flexíveis de melhoria de competências e de requalificação para todos, tendo em conta as competências nos domínios do empreendedorismo e do digital, antecipar melhor a mudança e as novas exigências em matéria de competências com base nas necessidades do mercado de trabalho, facilitar as transições de carreira e fomentar a mobilidade profissional; (FSE+)



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Sistema de antecipação e adequação de competência para o emprego	Formação de profissionais do setor da saúde	Intenção	2024	Algarve	AMAL	250.000 €	150.000 €	60%
	Formação de agentes de educação	Intenção	2024	Algarve	AMAL	250.000 €	150.000 €	60%
						500.000 €	300.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **300.000 € (100 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

- EESO03. Participações em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência
 - Objetivo Intermédio (2024): **374**
 - Meta (2029): **751**

Proposta de Indicadores de resultado :

- EESR06 – Participações certificadas em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência
 - Objetivo Intermédio (2024): **85%**
 - Meta (2029): **85%**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 149. Apoio ao ensino primário e secundário (excluindo infraestruturas) | **150.000 €**
- 160. Medidas destinadas a melhorar a acessibilidade, a eficácia e a resiliência dos sistemas de cuidados de saúde (excluindo infraestruturas) | **150.000 €**

Contributo para o Tagging :

- Sem contributo para o Tagging



4.11. Igualdade de acesso a serviços da educação

- **O foco da política** é: *“Planos Intermunicipais de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE)...procura-se adotar na região, em escolas não abrangidas pelos TEIP, soluções desenvolvidas no âmbito dos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), cuja execução contribui, noutras regiões, para a significativa redução da taxa de abandono escolar, alavancas para a redução das desigualdades de oportunidades e para a melhoria das condições de vida de todos, independentemente dos fatores sociais. Pretende-se intervir na comunidade educativa e por essa via prevenir situações de insucesso, propícias ao abandono escolar e promotoras de futuras baixas qualificações e maior risco de pobreza. Encontra-se alinhada com a ação de Portugal no âmbito da Garantia para a Infância.”*

Neste contexto a intervenção só faz sentido na escala intermunicipal, devendo ser sustentado num plano intermunicipal e nas ações para a sua implementação, assegurando diferentes intensidades em função da assimetria do fenómeno.



4.11. Igualdade de acesso a serviços da educação

Enquadramento Regional :

A **Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030** afirma que **“O abandono escolar precoce continua a representar um grande desafio para a Região do Algarve. (...) Em 2019, os jovens entre 18-24 anos que deixaram de estudar sem completar o ensino secundário representavam 19,9% no Algarve, proporção largamente superior a Portugal (10,6%)**. Ainda nesta matéria, releva-se o facto de, entre 2012 e 2018, a taxa de alunos de nível secundário integrados em ofertas formativas de dupla certificação de cariz profissional ter estabilizado em torno dos 36% e, portanto, longe do objetivo de atingir os 50% no final da década. (...) Por outro lado, a forma como o rendimento e a riqueza são distribuídos pela sociedade determina até que ponto os indivíduos têm acesso igual aos bens e serviços produzidos pela economia.(...) Para fazer face ao abandono escolar precoce constitui foram identificadas necessidades de investimento de elevada prioridade para melhorar os sistemas de educação e formação, para promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos, e ainda para promover a aprendizagem ao longo da vida de todos os cidadãos, em especial para: *Intervir atempadamente e prevenir o abandono escolar precoce; Investir no ensino escolar, incluindo nas infraestruturas, e melhorar a qualidade do ensino para pessoas com deficiência; Promover o ensino e a formação profissional, modernizar os setores da educação e da formação e melhorar as competências básicas da população adulta, nomeadamente nas competências digitais.*”

Pretende-se desenvolver soluções inovadoras de promoção do sucesso escolar, que contribuam para a redução do abandono e para uma aprendizagem de qualidade, promovendo a inclusão e a igualdade de oportunidades.

Prioridade:

Implementação do Plano de combate ao insucesso escolar

ESO4.11- Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados (FSE+)



Igualdade de acesso a serviços de educação:

Através do apoio a Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar:

- Planos Intermunicipais de Promoção do Sucesso Educativo (PIPSE).

No caso dos Planos Intermunicipais de Promoção do Sucesso Escolar (PIPSE), **pela primeira vez mobilizados no Algarve, procura-se adotar na região, em escolas não abrangidas pelos TEIP, soluções desenvolvidas no âmbito dos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar (PIICIE), cuja execução contribui, noutras regiões, para a significativa redução da taxa de abandono escolar, alavancas para a redução das desigualdades de oportunidades e para a melhoria das condições de vida de todos, independentemente dos fatores sociais.**

Pretende-se intervir na comunidade educativa e por essa **via prevenir situações de insucesso**, propícias ao abandono escolar e promotoras de futuras baixas qualificações e maior risco de pobreza. Encontra-se alinhada com a ação de Portugal no âmbito da Garantia para a Infância.

ESO4.11- Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados (FSE+)



INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
4A	ESO4.11	FSE+	Em transição	EESO07	Agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo	Entidades	16	16
4A	ESO4.11	FSE+	Em transição	EESO30	Crianças e alunos abrangidos pelos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	Número	2.700,00	13.500,00
4A	ESO4.11	FSE+	Em transição	EESO09	Projetos de diversificação e aumento da qualidade das respostas sociais apoiados	Número	2,00	5,00

INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade de	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
4A	ESO4.11	FSE+	Em transição	EESR17	Alunos dos agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudo	Porcentagem	78,00	2020-2021	85,00	DGEEC	

DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
4A	ESO4.11	FSE+	Em transição	147. Medidas de incentivo ao envelhecimento ativo e saudável	1.000.000,00
4A	ESO4.11	FSE+	Em transição	158. Medidas destinadas a reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis	16.500.000,00
4A	ESO4.11	FSE+	Em transição	163. Promoção da integração social das pessoas em risco de pobreza ou de exclusão social, incluindo as mais carenciadas e as crianças	1.200.000,00
4A	ESO4.11	Total			18.700.000,00

ESO4.11- Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados (FSE+)



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Programas (inter) municipais de promoção do sucesso escolar	Plano de Ação para o Combate ao Insucesso Escolar no Algarve	Intenção	2024	Algarve	AMAL	500.000 €	300.000 €	60%
	Implementação das Ações do Plano de Combate ao Insucesso Escolar do Algarve	Intenção	2024	Algarve	AMAL	4.166.667 €	2.500.000 €	60%
						4.666.667 €	2.800.000 €	

ESO4.11- Reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis, incluindo serviços que promovam o acesso a habitação e a cuidados centrados na pessoa, incluindo cuidados de saúde; Modernizar os sistemas de proteção social, inclusive promovendo o acesso à proteção social, com especial ênfase nas crianças e nos grupos desfavorecidos; Melhorar a acessibilidade, inclusive para as pessoas com deficiência, a eficácia e a resiliência dos sistemas de saúde e dos serviços de cuidados continuados (FSE+)



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **2.800.000 € (100% da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

- EESO30 – Crianças e alunos abrangidos pelos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar
 - Objetivo Intermédio (2024): **1.010 crianças e alunos**
 - Meta (2029): **2.021 crianças e alunos**

Proposta de Indicadores de resultado :

- EESR17 – Alunos dos agrupamentos escolares ou escolas não agrupadas abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudos
 - Objetivo Intermédio (2024): **85%**
 - Meta (2029): **85%**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 158. Medidas destinadas a reforçar a igualdade de acesso em tempo útil a serviços de qualidade, sustentáveis e a preços comportáveis – **2.800.000 €**

Contributo para o Tagging :

- Sem contributo para o Tagging



5.1 Mobilidade a Pedido

- **O foco da política é:** *O foco da política é assegurar uma plataforma integrada de articulação com os serviços de interesse geral (agilizando a provisão de políticas).*
- *Neste contexto das competências da AMAL na esfera dos transportes, esta intervenção deve ser assegurada a esta escala.*

Enquadramento Regional :

A **Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030** afirma que *“Os padrões de mobilidade, assentes numa região deficitária ao nível dos transportes públicos, devem ser estudados, sobretudo nos territórios do interior e na conexão destes com o litoral, num esforço de permeabilização recíproca e indutora de dinâmicas económicas, de emprego, de atração de residentes e visitantes. Tal abordagem, carece de soluções à medida, enquadradas por exemplo, por **via de transporte a pedido adequado às diversas realidades registadas, quer em dimensão de procura, quer em estruturação de oferta, face ao padrão de ocupação territorial e à dispersão populacional registada..”***

Pretende-se criar mecanismos alternativos ao transporte individual no sentido de gerar sinergias entre os setores público, privado e social, para responder às diferentes necessidades da população. Trata-se de uma abordagem abrangente e integrada de articulação com os serviços de interesse geral, que contribui para a coesão territorial, a otimização de recursos, a atratividade dos territórios de baixa densidade, a descarbonização no setor de transportes (meta PNEC 2030 - 40%) e a geração de impactos positivos na economia.

Prioridade:

Implementação de Plataforma de articulação do processo de mobilidade a pedido



Eixo 1 – Dimensão funcional na provisão de SIG:

- Infraestruturas de educação (EB1 e Pré-escolar, EB2,3 e Secundárias);
- Infraestruturas de cuidados de saúde primários;
- **Mobilidade a pedido/transporte flexível, sem combustíveis fósseis (alinhada com a provisão de SIG);**

INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RCO74	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas	0	467.475
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RCO75	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para estratégias	0	2

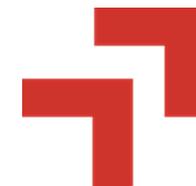


INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RSR10	Projetos transversais de âmbito intermunicipal	Número	0	0	14,00	SI PT2030	
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RSR11	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Número	0	0	21,00	SIPT2030	

DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	082. Material circulante de transportes urbanos limpos	500.000,00
5A	RSO5.1	Total			38.200.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Mobilidade a Pedido	Desenvolvimento de novas funcionalidades da plataforma em linha com o reforço da descentralização de competências	Intenção	2024	Algarve	AMAL	833.333 €	500.000 €	60%
						833.333 €	500.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **500.000 € (100 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

- RCO74 – População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado
 - Objetivo Intermédio (2024): **3.059 Pessoas**
 - Meta (2029): **6.119 Pessoas**

Proposta de Indicadores de resultado :

- RSR11 – Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados
 - Objetivo Intermédio (2024): **1**
 - Meta (2029): **1**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 082. Material circulante de transportes urbanos limpos | **500.000 €**

Contributo para o Tagging :

- 082. Material circulante de transportes urbanos limpos | **100 %** | **500.000 €**
- **Total** | **500.000 €**



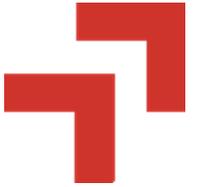
Dimensões Municipais

- O Plano de Ação, definido no Programa Algarve 2030 é um exercício que alinha com a maturidade operacional da CIM AMAL no âmbito de intervenções em quadros comunitários anteriores, com a novidade de ser um exercício mais extensivo às competências da esfera Municipal (incluindo sobretudo dimensões ambientais que estavam na esfera do SEUR). Nesse contexto temos um desafio exigente para a estrutura da AMAL, mas em dimensões em que os Municípios do Algarve (em lógicas coletivas ou individuais) já tinham contacto. A abordagem integrada assegura coerência de dos objetivos de Política e flexibilidade nas escolhas, podendo assegurar modelação na gestão.
 - O reforço progressivo do processo de descentralização de competências na esfera Municipal, aumenta a responsabilidade de intervenção e os desafios de respostas e de mudança de paradigma;
- **Neste âmbito a mobilização de alguns objetivos específicos, são assumidos diretamente pelos Municípios no âmbito do PA AMAL :**



2.1 – Promover a Eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (FEDER)

- **O foco da política** é: “ apoiar ações na área da eficiência energética e da descarbonização da indústria e do turismo - Sistema de Incentivos e na área da Descarbonização da Administração Pública Local e das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR), que deverão ser exemplares no estímulo de uma utilização mais eficiente dos recursos, com redução de consumos de energia primária e redução das emissões de GEE.. (...) O objetivo é, pois, estimular a descarbonização das atividades económicas e promover uma mudança de paradigma na utilização dos recursos, (...) de modo a acelerar a transição para uma economia neutra em carbono, em consonância com o princípio da UE de prioridade à eficiência energética e em linha com os objetivos estabelecidos para as próximas décadas.(...) a descarbonização da Administração Pública Local, CCDR e IPSS, nos diversos vetores e com especial enfoque no parque edificado público, em particular na área dos equipamentos sociais e económicos, da educação e do desporto, incluindo entre outros a habitação social pública contribuindo para a redução da pobreza energética, promovendo a descarbonização e a transição energética das atividades desenvolvidas pela administração, reduzindo a intensidade energética, aumentando a eficiência energética e promovendo um parque edificado de elevado desempenho energético e de baixo carbono.



2.1 – Promover a Eficiência energética e reduzir as emissões de gases com efeito de estufa (FEDER)

Enquadramento Regional :

A Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030

*“Nos últimos quinze anos os financiamentos foram maioritariamente direcionados para as questões da competitividade e inovação empresarial, com maior foco nas áreas do conhecimento e do emprego, tendo subjacente a melhoria da produtividade, sustentabilidade e internacionalização da economia regional. Também no que se refere aos investimentos territoriais, os apoios foram direcionados para a valorização do território, proteção do litoral, **eficiência energética**, salvaguarda dos recursos culturais e patrimoniais e para a regeneração urbana, reforçando o seu papel competitivo e diferenciador, num claro reforço da identidade regional.”*

“O território viu reforçado, neste exercício, o foco das abordagens integradas e da Estratégia Comum Europeia que (re)afirmava e intensificava os desafios que se colocam em torno das alterações climáticas e da necessidade de se caminhar para uma economia de baixo teor carbónico. Neste sentido, eram prioritárias as temáticas do Crescimento Verde, da Eficiência Energética...”

Prioridade:

Edifícios públicos com desempenho energético melhorado



Eficiência energética na administração pública regional e local:

- a) Renovações integradas que tenham em consideração cada edifício e os respetivos sistemas no seu conjunto, envolvendo:
- Melhorias nas componentes passivas da envolvente, por exemplo isolamento térmico das paredes, coberturas, pavimentos e envidraçados, bem como outras soluções de arquitetura bioclimática;
 - Substituição de janelas e portas não eficientes;
 - Sistemas de ventilação e iluminação natural;
 - Melhorias das componentes ativas através de sistemas de climatização para aquecimento, arrefecimento ou ventilação e de aquecimento de águas sanitárias, tais como, bombas de calor, sistemas solares térmicos, caldeiras e recuperadores a biomassa de elevada eficiência, entre outros;
 - Sistemas de gestão inteligente da energia;
 - Instalação de Painéis fotovoltaicos e implementação de sistemas de produção de energia elétrica de origem renovável;
 - Intervenções que visem a eficiência hídrica e material, incluindo substituição de equipamentos ineficientes por outros (mais) eficientes; intervenções que promovam a incorporação de biomateriais, de materiais reciclados, de soluções de base natural e as fachadas e coberturas verdes e as soluções de arquitetura bioclimática em prédios e edifícios e suas frações autónomas.
- b) Capacitação de atores territoriais para o desenvolvimento de ações de sensibilização, informação e planeamento associadas à eficiência energética e transição climática



Os contributos esperados com a mobilização destes tipos de ação são os seguintes:

- Contribuir para as metas nacionais de redução das emissões de GEE em 55% até 2030, de acordo com o PNEC 2030 e o Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050, estimulando a descarbonização da região, alinhada com a estratégia europeia e os objetivos estabelecidos pelo Pacto Ecológico Europeu ;
- Contribuir para as metas nacionais de redução de emissões de -66% a - 72% no setor dos serviços (face a 1005) em 2030;
- Reduzir os consumos de energia por via do reforço da eficiência energética e de incorporação de renováveis no consumo final bruto de energia;
- Gerir os recursos de forma eficiente;
- Reforçar a aposta nas energias renováveis e reduzir a dependência energética da região.

INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
2A	RSO2.1	FEDER	Em transição	RC019	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	Metros quadrados	0	132.909,00



INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
2A	RSO2.1	FEDER	Em transição	RCR26	Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros)	MWh/ano	141.540,00	2022	99.078,00	SI PT2030	

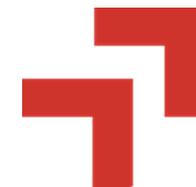
DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
2A	RSO2.1	FEDER	Em transição	042. Renovação do parque habitacional existente para fins de eficiência energética, projetos de demonstração e medidas de apoio, conformes com os critérios de eficiência energética	5.000.000,00
2A	RSO2.1	FEDER	Em transição	045. Renovação de infraestruturas públicas visando a eficiência energética ou medidas de eficiência energética relativas a tais infraestruturas, projetos de demonstração e medidas de apoio, em conformidade com critérios de eficiência energética	18.800.000,00
2A	RSO2.1	Total			38.800.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Eficiência energética na Administração Pública Regional e Local	Eficiência energética e utilização de energias renováveis nos edifícios Municipais	Intenção	2025	Alcoutim	Município de Alcoutim	979 718 €	587 831 €	60%
	Eficiência energética nos edifícios do Município	Intenção	2026	Castro Marim	Município de Castro Marim	979 718 €	587 831 €	60%
	Reformulação da gestão energética do edifício do Teatro Municipal	Em fase de Pré-projeto	2023	Faro	Município de Faro	1 143 005 €	685 803 €	60%
	Escolas Mais Eficientes	Intenção	2024	Monchique	Município de Monchique	734 789 €	440 873 €	60%
	Eficiência em edifícios escolares	Projeto técnico	2024	Portimão	Município de Portimão	1 224 648 €	734 789 €	60%
	Eficiência nos equipamentos coletivos desportivos Piscinas Cobertas	Intenção	2025	São Brás de Alportel	Município de São Brás de Alportel	244 930 €	146 958 €	60%
	Otimização da eficiência energética do edifício dos Paços do Concelho	Em curso	2024	Silves	Município de Silves	750 000 €	450 000 €	60%
	Piscinas Municipais - Eficiência energética	Intenção	2024	Olhão	Município de Olhão	489 859 €	293 915 €	60%
	Eficiência energética no edifício da sede da AMAL	Em curso	2022	Algarve	AMAL	120 000 €	72 000 €	60%
						6.666.667 €	4.000.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE. **Foram identificados os projetos prioritários.** Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **4.000.000 € (100 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

- RCO19 - Edifícios públicos com desempenho energético melhorado
 - Objetivo Intermédio (2024): **6.851 Metros quadrados**
 - Meta (2029): **13.702 Metros quadrados**

Proposta de Indicadores de resultado :

- RCR26 – Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros)
 - Objetivo Intermédio (2024): **139.351 MWh/ano** (redução de 2.189 MWh/ano)
 - Meta (2029): **137.162 MWh/ano** (redução de 4.378 MWh/ano)

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 045. Renovação de infraestruturas públicas visando a eficiência energética ou medidas de eficiência energética relativas a tais infraestruturas, projetos de demonstração e medidas de apoio, em conformidade com critérios de eficiência energética | **4.000.000 €**

Contributo para o Tagging :

- 045. Renovação de infraestruturas públicas visando a eficiência energética ou medidas de eficiência energética relativas a tais infraestruturas, projetos de demonstração e medidas de apoio, em conformidade com critérios de eficiência energética | **100 % | 4.000.000 €**
- **Total | 4.000.000 €**



2.4 Provisão de meios materiais para a proteção civil. (Eixo 1)

Enquadramento Regional :

A **Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030** identifica ao nível das “(...) vulnerabilidades ambientais, a forte pressão urbanística, demográfica, empresarial e turística no litoral, motivou a incidência de escolhas na faixa costeira, salientando-se as preocupações com valores patrimoniais ambientais merecedores de elevados índices de proteção e salvaguarda, como a Ria Formosa ou a orla costeira compreendida entre Portimão e Albufeira, assim como a costa Vicentina, a serra do Caldeirão e, com menor intensidade, a serra de Monchique e o vale do Guadiana. Neste conjunto de situações, evidenciam-se vulnerabilidades exógenas relacionadas com riscos e ameaças, desde a dinâmica do litoral, à erosão costeira ou à subida do nível médio das águas do mar, aos incêndios florestais ou ao assoreamento do rio Guadiana. (...) há necessidade de ampliar argumentos de atratividade e diversificação da base económica regional, urgência de respostas aos dilemas da desertificação e da ação climática e à proteção e gestão de riscos naturais, tecnológicos ou mistos, com ocorrência cada vez mais frequentes e com consequências cada vez mais nefastas.

Perante este conjunto de desafios é **importante que as entidades que integram o sistema de proteção civil, Corpos de Bombeiros e Serviços de Proteção Civil, estejam dotadas de meios modernos e adequados e de recursos capacitados para o efeito. Além da importância de proceder ao reequipamento destes profissionais, emerge a necessidade de infraestruturas abordagem intermunicipal** na valorização dos recursos ordenamento e qualificação do território que permitam a aquisição de conhecimentos, nomeadamente, uma unidade local de formação e um campo de treinos. De igual forma, para dotar o sistema de capacidade de decisão operacional é imprescindível proceder à revisão e atualização do Estudo do Risco Sísmico e de Tsunamis, bem como do simulador sísmico e de tsunamis do Algarve, a elaboração de cartografia de risco e a instalação de um sistema de alerta e aviso.”

Prioridade:

Renovação da frota de intervenção; Renovação dos quartéis Municipais;



Meios materiais para a proteção civil e gestão de riscos:

- Meios e sistemas de prevenção, apoio à decisão, combate a incêndios rurais (viaturas, máquinas, ferramentas manuais e moto manuais, e outras) e equipamentos de proteção individual;
- Infraestruturas de apoio à Força de Sapadores Bombeiros Florestais e às entidades com responsabilidade na prevenção, combate e socorro do SGIFR (parques de máquinas, bases de estacionamento das brigadas, e outras), após 2025;
- Ações de implementação do novo Sistema de Gestão Integrada de Fogos Rurais (SGIFR);
- Planos de prevenção e gestão de riscos, e intervenções na rede de infraestruturas para reforço operacional, da informação, da sensibilização e da capacitação em gestão de crises;
- Sistemas de informação, de vigilância e monitorização, cartografia de zonas de risco e manuais de procedimentos.



INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermediário (2024)	Meta (2029)
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCO24	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais	Euros	0	22.500.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCO25	Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres	Km	0	29
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCO28	Área abrangida por medidas de proteção contra incêndios florestais	Hectares	0	70.347,00

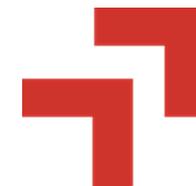
INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCR35	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	Pessoas	0,00	0	13.667	SI PT2030	
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCR36	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	Pessoas	0,00	0	93.356	SI PT2030	



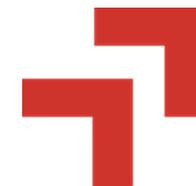
DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	046. Apoio às entidades que prestam serviços que contribuem para a economia hipercarbónica e para a resiliência às alterações climáticas, incluindo medidas de sensibilização	1.000.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	058. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: inundações e desabamentos de terra (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes e abordagens baseadas nos ecossistemas)	10.000.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	059. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: incêndios (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas)	18.000.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	060. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: outros, por exemplo, tempestades e secas (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas)	6.500.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	061. Prevenção e gestão de riscos naturais não relacionados com o clima (por exemplo, sismos) e de riscos ligados à atividade humana (por exemplo, acidentes tecnológicos), incluindo ações de sensibilização, proteção civil e sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas	500.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	064. Gestão de água e conservação de recursos hídricos (incluindo gestão de bacias hidrográficas, medidas específicas de adaptação às alterações climáticas, reutilização e redução de fugas)	13.500.000,00
2A	RSO2.4	Total			49.500.000,00



Identificação dos Projetos (1/2)

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Equipamentos de Ação dos Agentes da Proteção Civil	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Albufeira	Município de Albufeira	701.042 €	420.625 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Alcoutim	Município de Alcoutim	701.042 €	420.625 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Aljezur	Município de Aljezur	701.042 €	420.625 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Castro Marim	Município de Castro Marim	701.042 €	420.625 €	60%
	Construção de instalações destinadas a operações de proteção e socorro, nomeadamente Quartel da Companhia de Sapadores Bombeiros de Faro, Serviço Municipal de Proteção Civil e Polícia Municipal	Intenção	2026	Faro	Município de Faro	5.000 000 €	3.000.000 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Faro	Município de Faro	701.042 €	420.625 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Lagoa	Município de Lagoa	701.042 €	420.625 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Lagos	Município de Lagos	701.042 €	420.625 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Loulé	Município de Loulé	701.042 €	420.625 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Monchique	Município de Monchique	701.042 €	420.625 €	60%
	Infraestruturas e Equipamentos de Bombeiros e Proteção Civil	Projeto técnico	2026	Olhão	Município de Olhão	3.333 333 €	2.000.000 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Olhão	Município de Olhão	701.042 €	420.625 €	60%



Identificação dos Projetos (2/2)

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Equipamentos de Ação dos Agentes da Proteção Civil	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Portimão	Município de Portimão	701.042 €	420.625 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	São Brás de Alportel	Município de São Brás de Alportel	701.042 €	420.625 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Silves	Município de Silves	701.042 €	420.625 €	60%
	Construção de Quartel de Bombeiros	Intenção	2026	Tavira	Município de Tavira	5.000.000 €	3.000.000 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Tavira	Município de Tavira	701.042 €	420.625 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Vila do Bispo	Município de Vila do Bispo	701.042 €	420.625 €	60%
	Veículos para o Corpo de Bombeiros	Intenção	2024	Vila Real de Santo António	Município de Vila Real de Santo António	701.042 €	420.625 €	60%
						24.550.000 €	14.730.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE. **Foram identificados os projetos prioritários.** Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **14.730.000 € (81,8% da medida programada)**

Proposta de Indicador de realização :

- RCO24 – Investimento em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais.
 - Objetivo Intermédio (2024): **7.365.000 €**
 - Meta (2029): **14.730.000 €**

Proposta de Indicador de resultado :

- RCR36 – População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais
 - Objetivo Intermédio (2024): **13.890 Pessoas**
 - Meta (2029): **27.780 Pessoas**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 059. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: incêndios (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas) | **14.730.000 €**

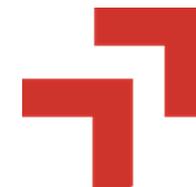
Contributo para o Tagging :

- 059. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: incêndios (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas) | **100 % | 14.730.000 €**
- **Total | 14.730.000 €**



2.5 – Promover o acesso à água e a gestão sustentável da água (FEDER) – Ciclo Urbano da Água em Baixa

- **O foco da política é:** *“A mobilização deste objetivo enquadra apenas ações inerentes ao ciclo urbano da água, relativas aos sistemas públicos de abastecimento de água para consumo humano e de saneamento de águas residuais urbanas. São designados sistemas em baixa às componentes que permitem prestar o serviço de abastecimento de água e de saneamento das águas residuais aos consumidores e incluem a rede de distribuição e o armazenamento de água potável, bem como a rede de drenagem de águas residuais urbanas, cabendo essa responsabilidade aos municípios e empresas públicas da administração local.(...) A mobilização deste objetivo visa contribuir para colmatar as deficiências e fragilidades existentes nos sistemas públicos de abastecimento de água aos consumidores e de saneamento de águas residuais urbanas, constituindo uma prioridade resolver as perdas de água nos sistemas de abastecimento que, em 2019, equivaliam a quase um quarto (24%) do volume distribuído na rede pública regional. Pretende-se ainda promover a alteração de comportamentos para um uso mais parcimonioso e eficiente da água nos usos urbanos e pelos diferentes setores económicos, baseada numa estratégia integrada de gestão, assente quer na oferta e disponibilidade hídrica, quer num racional de procura, sendo imperioso o reconhecimento pela sociedade da escassez do recurso e tendo ainda como enquadramento as novas exigências da Diretiva Água Potável (2020/2184)”*



Enquadramento Regional :

A **Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030** remete para o " contexto de escassez, atual e futuro, expresso em todos os cenários climáticos (...) Urge, assim, considerar a eficiência hídrica como eixo estratégico transversal a todas as políticas setoriais regionais, ficando a sua operacionalidade traduzida em critérios ou condição de aprovação de projetos, elegibilidade de financiamentos de medidas de eficiência hídrica no quadro das diversas políticas setoriais, bem como financiamento específico para implementação de medidas de uso eficiente da água, em estreita articulação com os financiamentos para a reabilitação e regeneração urbana das cidades. (...) Nos últimos anos a região tem estado em situação de seca moderada a extrema em praticamente todos os meses e em toda a região. Tem-se observado um agravamento das características do regime hídrico das linhas de água, maioritariamente intermitente, o reforço dos episódios torrenciais e, também, uma tendência para uma menor recarga dos aquíferos. (...) A água distribuída para abastecimento público, ainda que tenha apresentado uma quebra entre 2011 e 2013, possivelmente influenciada pela recessão económica, mas também por condições meteorológicas, subiu cerca de 12% entre 2014 e 2017 (último ano com informação disponibilizada pelo INE). Uma das questões que urge resolver são as perdas de água nos sistemas de abastecimento público que, em 2017, equivaliam a 26% do volume de água distribuída na rede pública regional (...) Concomitantemente, com a definição e implementação das medidas de eficiência hídrica, será necessário avançar para a concretização de soluções que otimizem as infraestruturas de armazenamento existentes e para o aproveitamento de origens alternativas com o objetivo de aumentar a resiliência do abastecimento público e a oferta às demais atividades, no médio e longo prazo. Neste contexto, assume especial destaque a reutilização de águas residuais tratadas que, no curto e médio prazo, terá efetivamente que constituir-se como uma origem de água para usos específicos (rega de campos de golfe, espaços verdes ou usos urbanos menos nobres)

Prioridade:

Reduzir Perdas (atingir taxas abaixo dos 25% de água não faturada no final do período) complementar intervenções não cobertas no PRR; Assegurar a redução da intrusão de água salgada nos sistemas urbanos costeiros;

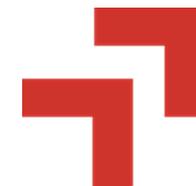
Assegurar as metas nacionais de abastecimento da rede de água (**PENSAARP 2030 - 95% se for área predominantemente urbana, de 90% se for área mediantemente urbana e de 80% se for área predominantemente rural, se for técnica e economicamente viável**)

Assegurar as metas nacionais do serviço de gestão de águas residuais (**PENSAARP 2030 - aumento de 88,4 para 97,0 % no caso**)



Ciclo Urbano da Água em baixa

- Intervenções para a redução de perda (em articulação com o PPR, tendo como base a diferenciação efetuada por subsistemas de abastecimento de água e estudo específico previsto no Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve;
- Reabilitação e/ou construção de infraestruturas para redução da intrusão de água salgada nos sistemas urbanos costeiros (SAR).
- Construção e/ou reabilitação de infraestruturas para assegurar resiliência no abastecimento e saneamento (AA e SAR);
- Alargamento da cobertura de saneamento (SAR);
- Reabilitação e/ou construção de infraestruturas para substituição de origem de água para resolver problemas de qualidade da água com impacto na saúde pública (AA);
- Construção e/ou reabilitação de infraestruturas para melhoria do estado das massas de água que apresentem estado inferior a bom e proteção daquelas em que existe risco de sua degradação associada à ausência ou deficiente funcionamento de rede pública;

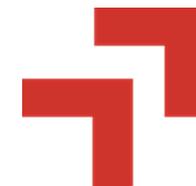


INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermediário (2024)	Meta (2029)
2A	RSO2.5	FEDER	Em transição	RCO30	Comprimentos das condutas, novas ou melhoradas, dos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	Km	0,00	3.907,00
2A	RSO2.5	FEDER	Em transição	RCO31	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, da rede pública de recolha de águas residuais	Km	0,00	17,00
2A	RSO2.5	FEDER	Em transição	RCO32	Capacidade, nova ou melhorada, de tratamento de águas residuais	Equivalente de população	0,00	19.473,00

INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
2A	RSO2.5	FEDER	Em transição	RCR41	População ligada a instalações melhoradas da rede pública de abastecimento de água	Pessoas	0	0	318.432	SI PT2030	
2A	RSO2.5	FEDER	Em transição	RCR42	População ligada, pelo menos, a instalações secundárias da rede pública de tratamento de águas residuais	Pessoas	0	0	23.998	SI PT2030	
2A	RSO2.5	FEDER	Em transição	RCR43	Perda de água nos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	Metros cúbicos por ano	447.205,00	2022	4.472,00	SI PT2030	



DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
2A	RSO2.5	FEDER	Em transição	062. Abastecimento de água para consumo humano (extração, tratamento, infraestruturas de armazenamento e distribuição, medidas de eficiência e fornecimento de água potável)	51.000.000,00
2A	RSO2.5	FEDER	Em transição	063. Abastecimento de água para consumo humano (extração, tratamento, infraestruturas de armazenamento e distribuição, medidas de eficiência e fornecimento de água potável), em conformidade com critérios de eficiência	1.000.000,00
2A	RSO2.5	FEDER	Em transição	064. Gestão de água e conservação de recursos hídricos (incluindo gestão de bacias hidrográficas, medidas específicas de adaptação às alterações climáticas, reutilização e redução de fugas)	9.000.000,00
2A	RSO2.5	FEDER	Em transição	066. Recolha e tratamento de águas residuais conformes com critérios de eficiência energética	5.000.000,00
2A	RSO2.5	Total			66.000.000,00



Identificação dos Projetos (1/4)

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Abastecimento de água	Campanhas de sensibilização para a eficiência hídrica	Intenção	2023	Albufeira	Município de Albufeira	56.400 €	33.840 €	60%
	Aquisição e instalação de medidores de pressão da rede de abastecimento para rega	Intenção	2023	Albufeira	Município de Albufeira	150.000 €	90.000 €	60%
	Conduatas de abastecimento de água a Soudes	Projeto técnico	2025	Alcoutim	Município de Alcoutim	300.000 €	180.000 €	60%
	Conduatas de abastecimento de água à Palmeira	Em fase de Pré-projeto	2025	Alcoutim	Município de Alcoutim	500.000 €	300.000 €	60%
	Conduatas de abastecimento de água a Tesouro, Velhas, Farellos e Clarines	Em fase de Pré-projeto	2026	Alcoutim	Município de Alcoutim	800.000 €	480.000 €	60%
	Conduatas de abastecimento de água a Zorrinhos, Casa Nova do Pereirão, Mestras, Barroso, Arizada e Corte Serranos	Em fase de Pré-projeto	2027	Alcoutim	Município de Alcoutim	1 500 000 €	900.000 €	60%
	Conduatas de abastecimento de água a Preguiças	Intenção	2026	Alcoutim	Município de Alcoutim	300 000 €	180.000 €	60%
	Implementação de novas ZMC	Em fase de Pré-projeto	2025	Alcoutim	Município de Alcoutim	1.000.000 €	600.000 €	60%



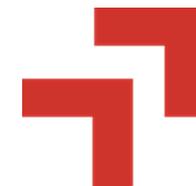
- Projetos associados à temática das **Perdas**



Identificação dos Projetos (2/4)

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Abastecimento de água	Substituição de redes de abastecimento de água e criação de redes diferenciadas de abastecimento, para os principais aglomerados de Altura e Castro Marim	Em fase de Pré-projeto	2026	Castro Marim	Município de Castro Marim	4.950.000 €	2.970.000 €	60%
	Aproveitamento da água de nascente que existe no Teatro Municipal de Faro	Intenção	2024	Faro	Município de Faro	150.000 €	90.000 €	60%
	Construção/Ampliação do reservatório das Sesmarias	Projeto técnico	2023	Lagoa	Município de Lagoa	2.500.000 €	1.500.000 €	60%
	Reabilitação de captações subterrâneas	Projeto técnico	2023	Lagoa	Município de Lagoa	300.000 €	180.000 €	60%
	Reabilitação dos reservatórios	Projeto técnico	2023	Lagoa	Município de Lagoa	450.000 €	270.000 €	60%
	Construção das redes de águas na Estrada da Fóia (Corte Pereiro/Belém)	Intenção	2025	Monchique	Município de Monchique	260.000 €	156.000 €	60%
	Renovação de ramais e parque de contadores domiciliários	Intenção	2025	Monchique	Município de Monchique	650.000 €	390.000 €	60%
	Ligação da conduta adutora Umbria/Alferce	Intenção	2024	Monchique	Município de Monchique	490.000 €	294.000 €	60%



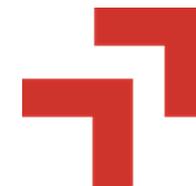


Identificação dos Projetos (3/4)

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Abastecimento de água	Remodelação das redes de abastecimento e drenagem de águas residuais e construção da Estação Elevatória na urbanização do Belém	Intenção	2024	Monchique	Município de Monchique	280.000 €	168.000 €	60%
	Ligação de troços à conduta adutora Cova da Negra (Monchique/Umbria)	Intenção	2025	Monchique	Município de Monchique	340.000 €	204.000 €	60%
	Construção de rede de águas residuais e águas de abastecimento no Semedeiro- ligação ao centro de meios aéreos	Intenção	2025	Monchique	Município de Monchique	196.000 €	117.600 €	60%
	Ampliação da capacidade de reserva de água potável	Em fase de Pré-projeto	2027	São Brás de Alportel	Município de São Brás de Alportel	1.000.000 €	600.000 €	60%
	Regularização de Pressões na Zona de Tunes	Em curso	2023	Silves	Município de Silves	151.150 €	90.690 €	60%
	Rede de abastecimento de água no âmbito da empreitada "Reabilitação das Infraestruturas dos Amendoais"	Projeto técnico	2023	Silves	Município de Silves	150.000 €	90.000 €	60%
	Beneficiação do Reservatório de Vale Lousas	Projeto técnico	2025	Silves	Município de Silves	1.250.800 €	750.480 €	60%



- Projetos associados à temática das **Perdas**



Identificação dos Projetos (4/4)

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Abastecimento de água	Hidropressora de Vale de Lousas e Rede do Cerro Gordo	Projeto técnico	2024	Silves	Município de Silves	402.800 €	241.680 €	60%
	Rede de abastecimento de água no âmbito da empreitada de "Reabilitação das infraestruturas da Rua das Telecomunicações"	Projeto técnico	2024	Silves	Município de Silves	100.000 €	60.000 €	60%
	Reabilitação e/ou construção de infraestruturas	Intenção	2025	Tavira	Município de Tavira	100.000 €	60.000 €	60%
	Expansão da rede de abastecimento de água à Ingrina Sol - Raposeira	Projeto técnico	2023	Vila do Bispo	Município de Vila do Bispo	200.000 €	120.000 €	60%
	Expansão da rede de abastecimento de água à Aldeia da Pedralva	Intenção	2025	Vila do Bispo	Município de Vila do Bispo	800.000 €	480.000 €	60%
	Implementação de medidas de monitorização e controlo de perdas do sistema de abastecimento de água (criação de sub ZMC)	Intenção	2025	Olhão	Município de Olhão	500.000 €	300.000 €	60%
	Arruamento no perímetro Industrial de Algoz (1ª Fase) - componente abastecimento	Projeto técnico	2024	Silves	Município de Silves	500.000 €	300.000 €	60%
	Projetos com elegibilidade sem enquadramento financeiro no PRR - SM1	Intenção	2025	Algarve	Entidades Gestoras	14.241.162 €	8.544.697 €	60%
						34.568.312 €	20.740.987 €	



- Projetos associados à temática das **Perdas**


Identificação dos Projetos (1/4)

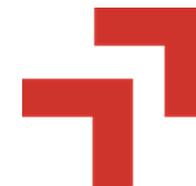
Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Saneamento de Águas Residuais	Ampliação da Rede Geral de Águas Residuais Domésticas – Sistema de Vale Faro Fase 1 – Rua do Forte	Adjudicado	2023	Albufeira	Município de Albufeira	49.468 €	29.681 €	60%
	Remodelação e Ampliação da Rede de Águas Residuais e Pluviais da Zona Norte de Paderne - FASE 1	Adjudicado	2020	Albufeira	Município de Albufeira	1.242.929 €	745.757 €	60%
	Ampliação da rede de águas residuais e pluviais da zona Norte de Ferreiras – Poço das Canas e Assumadas	adjudicado	2021	Albufeira	Município de Albufeira	2.452.865 €	1.471.719 €	60%
	Ampliação da Rede de Águas Residuais Domésticas e Pluviais do Caminho do Poço da Câmara - Guia	Projeto técnico	2023	Albufeira	Município de Albufeira	163.008 €	97.805 €	60%
	Ampliação da Rede de Águas Residuais Domésticas de Vale Pegas - Paderne	Projeto técnico	2023	Albufeira	Município de Albufeira	869.627 €	521.776 €	60%
	Ampliação da Rede de Águas Residuais Domésticas e Pluviais do Caminho do Poço Novo - Guia	Projeto técnico	2023	Albufeira	Município de Albufeira	69.353 €	41.612 €	60%
	Remodelação da Rede de Águas Residuais Domésticas e Pluviais da Rua da Escola Velha - Patã - Albufeira e Olhos D'Água	Adjudicado	2023	Albufeira	Município de Albufeira	171.976 €	103.186 €	60%
	Ampliação da Rede Geral de Águas Residuais Domésticas - Sistema de Vale Faro Fase 1 - Rua do Forte - Albufeira e Olhos D'Água	Adjudicado	2023	Albufeira	Município de Albufeira	50.228 €	30.137 €	60%
	Redes de saneamento de Alcarias	Projeto técnico	2026	Alcoutim	Município de Alcoutim	750.000 €	450.000 €	60%
	Redes de saneamento de Malfrades	Projeto técnico	2026	Alcoutim	Município de Alcoutim	500.000 €	300.000 €	60%


Identificação dos Projetos (2/4)

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Saneamento de Águas Residuais	Redes de saneamento de Lutão	Projeto técnico	2027	Alcoutim	Município de Alcoutim	500.000 €	300.000 €	60%
	Redes de saneamento de Tacões	Projeto técnico	2027	Alcoutim	Município de Alcoutim	500.000 €	300.000 €	60%
	Ampliação e Beneficiação do sistema de saneamento básico nas localidades de Junqueira, Rio Seco e Bernarda	Projeto técnico	2025	Castro Marim	Município de Castro Marim	2.500.000 €	1.500.000 €	60%
	Reabilitação das redes de AR e criação de infraestruturas para redução da intrusão de água salgada nos sistemas urbanos costeiros (SAR) - Castro Marim	Em fase de Pré-projeto	2025	Castro Marim	Município de Castro Marim	1.000.000 €	600.000 €	60%
	Projeto de Execução da Rede de Drenagem de Águas Pluviais e Beneficiação de Descargas Pluviais	Em curso	2024	Faro	Município de Faro	3.690.000 €	2.214.000 €	60%
	Reabilitação de Estações elevatórias de águas residuais	Em fase de Pré-projeto	2024	Lagoa	Município de Lagoa	1.000.000 €	600.000 €	60%
	Execução da rede de saneamento de Urbanização Pintadinho, conduta elevatória e Estação elevatória	Projeto técnico	2023	Lagoa	Município de Lagoa	250.000 €	150.000 €	60%
	Execução da rede de saneamento de Alfanzina, Salicos, Poço Partido	Em fase de Pré-projeto	2026	Lagoa	Município de Lagoa	700.000 €	420.000 €	60%
	Reabilitação da ETAR da Mexilhoeira da Carregação	Em fase de Pré-projeto	2024	Lagoa	Município de Lagoa	400.000 €	240.000 €	60%
	Remodelação de troço de águas residuais nas Caldas de Monchique (Idalina/ Forno)	Intenção	2024	Monchique	Município de Monchique	35.000 €	21.000 €	60%
	Construção da rede de águas residuais Gingeira/Rebolos	Intenção	2025	Monchique	Município de Monchique	35.000 €	21.000 €	60%



- Projetos associados à temática da **Introdução de água salgada**



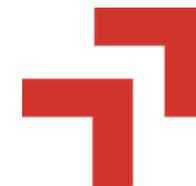
Identificação dos Projetos (3/4)

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Saneamento de Águas Residuais	Remodelação de ramais de águas residuais no Bairro Mariano	Em curso	2024	Monchique	Município de Monchique	22.000 €	13.200 €	60%
	Arranjo exterior da ETAR de Umbria e repavimentação de Pardieiros e Umbria	Em curso	2023	Monchique	Município de Monchique	170.000 €	102.000 €	60%
	Rede de pluviais no âmbito da Requalificação do Centro Histórico de S B de Messines	Projeto técnico	2024	Silves	Município de Silves	865.300 €	519.180 €	60%
	Rede de drenagem de águas pluviais no âmbito da Reabilitação das Infraestruturas na Rua das Telecomunicações	Projeto técnico	2024	Silves	Município de Silves	500.000 €	300.000 €	60%
	Reabilitação da Rede de Saneamento do Poço Barreto e Fazenda Caravela	Projeto técnico	2024	Silves	Município de Silves	512.000 €	307.200 €	60%
	Substituição Parcial da Rede de Saneamento do Algoz	Projeto técnico	2024	Silves	Município de Silves	843.000 €	505.800 €	60%
	Construção de Sistema Elevatório para águas residuais domésticas, conduta elevatória e rede gravítica, no âmbito da empreitada de "Requalificação da Baixa Urbana de Armação de Pêra- 1ª Fase"	Em curso	2021	Silves	Município de Silves	600.000 €	360.000 €	60%
	Drenagem de águas residuais domésticas no âmbito da empreitada de "Requalificação da Rua D. João II em Armação de Pêra"	Projeto técnico	2024	Silves	Município de Silves	100.000 €	60.000 €	60%
	Rede de saneamento no âmbito da empreitada de "Reabilitação das Infraestruturas dos Amendoais"	Projeto técnico	2023	Silves	Município de Silves	150.000 €	90.000 €	60%
	Rede de saneamento no âmbito da empreitada de "Requalificação do Centro Histórico de S.B.Messines"	Projeto técnico	2024	Silves	Município de Silves	506.600 €	303.960 €	60%



Identificação dos Projetos (4/4)

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Saneamento de Águas Residuais	Rede de saneamento no âmbito da empreitada de "Reabilitação das infraestruturas da Rua das Telecomunicações"	Projeto técnico	2024	Silves	Município de Silves	150.000 €	90.000 €	60%
	Beneficiação do Sistema Elevatório Existente na Zona Baixa de Armação de Pêra e Rede de Drenagem Associada	Projeto técnico	2025	Silves	Município de Silves	700.000 €	420.000 €	60%
	Alargamento da cobertura de saneamento - Pedra da Bala - Vila de Sagres	Projeto técnico	2024	Vila do Bispo	Município de Vila do Bispo	300.000 €	180.000 €	60%
	Dotar a Urbanização Quinta da Fortaleza (Budens) de rede de saneamento de águas residuais	Intenção	2024	Vila do Bispo	Município de Vila do Bispo	200.000 €	120.000 €	60%
	Drenagem de águas residuais e reforço do abastecimento de água na Ilha da Armona	Em curso	2023	Olhão	Município de Olhão	3.500.000 €	2.100.000 €	60%
	Eliminação e correção de aflúncias indevidas de águas residuais às redes de drenagem de águas pluviais	Em fase de Pré-projeto	2024	Olhão	Município de Olhão	850.000 €	510.000 €	60%
						26.898.354 €	16.139.013 €	



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Reutilização de Água	Sistema de reutilização de águas residuais urbanas	Em fase de Pré-projeto	2023	Albufeira	Município de Albufeira	150.000 €	90.000 €	60%
	Implementação de sistemas de reutilização de água	Projeto Técnico	2027	São Brás de Alportel	Município de São Brás de Alportel	50.000 €	30.000 €	60%
						26.898.354 €	16.139.013 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

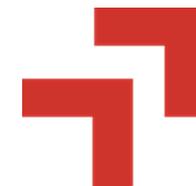
A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE. **Foram identificados os projetos prioritários.** Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **37.000.000 € (100% da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

- RCO30 - Comprimentos das condutas, novas ou melhoradas, dos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água
 - Objetivo Intermédio (2024): **1.447 Km**
 - Meta (2029): **2.894 Km**
- RCO31 - Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, da rede pública de recolha de águas residuais
 - Objetivo Intermédio (2024): **5 Km**
 - Meta (2029): **10 Km**
- RCO32 - Capacidade, nova ou melhorada, de tratamento de águas residuais
 - Objetivo Intermédio (2024): **42 Equivalente de população**
 - Meta (2029): **83 Equivalente de população**

Proposta de Indicadores de resultado :

- RCR41 – População ligada a instalações melhoradas da rede pública de abastecimento de água
 - Objetivo Intermédio (2024): **117.939 Pessoas**
 - Meta (2029): **235.878 Pessoas**
- RCR42 – População ligada, pelo menos, a instalações secundárias da rede pública de tratamento de águas residuais
 - Objetivo Intermédio (2024): **6.968 Pessoas**
 - Meta (2029): **13.935 Pessoas**
- RCR43 – Perda de água nos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água
 - Objetivo Intermédio (2024): **387.580 metros cúbicos/ano** (redução de 59.625 metros cúbicos/por ano)
 - Meta (2029): **327.954 metros cúbicos/ ano** (redução de 119.251 metros cúbicos/ano).



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

Proposta de Domínio de Intervenção:

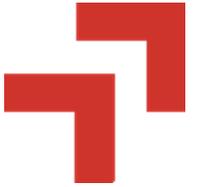
- 062. Abastecimento de água para consumo humano (extração, tratamento, infraestruturas de armazenamento e distribuição, medidas de eficiência e fornecimento de água potável) | **20.740.987 €**
- 066. Recolha e tratamento de águas residuais conformes com critérios de eficiência energética | **16.259.013 €**

Contributo para o Tagging :

- 062. Abastecimento de água para consumo humano (extração, tratamento, infraestruturas de armazenamento e distribuição, medidas de eficiência e fornecimento de água potável) | **0 % | 0 €**
- 066. Recolha e tratamento de águas residuais conformes com critérios de eficiência energética | **40 % | 6.503.605 €**
- **Total | 6 503 605 €**

Constrangimentos para negociação:

- Os projetos estabelecidos para o fundo estabelecido para o domínio de intervenção 066. ultrapassam o valor definido em **11 259 013 €** (domínio com contributo Tagging 40%)
- Os investimentos em abastecimento e o saneamento têm que demonstrar que estão **abaixo dos limiares nacionais e regionais para intervenção** (motivo de não elegibilidade)



2.6 – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos (FEDER)

- **O foco da política é:** “ (...)a implementação da Agenda Regional para a Economia Circular através do aumento da circularidade na utilização de matérias-primas e produtos, em particular nos setores mais consumidores de recursos e simultaneamente com maior potencial de reconfiguração de processos de produção (ex: agroalimentar, mar, turismo e construção), alinhando aos objetivos do segundo Plano de Ação da EU para a Economia Circular. Para o setor da construção existe Plano de Ação Regional para os resíduos de construção e demolição (RCD), que estima uma produção superior a 400 000 ton/ano, havendo uma grande quantidade de resíduos que são abandonados e não triados e/ou reciclados, com utilizações de enchimento de vazios de escavação inadequados.

2.6 – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos (FEDER)

Enquadramento Regional :

A **Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030** remete para “(...) a implementação de princípios de economia circular, conduzirá à utilização integral dos recursos e à sua melhor valorização, reduzindo os desperdícios, valorizando os subprodutos e os resíduos, ainda, desenvolvendo soluções de apoio à gestão que permitam otimizar a produtividade das culturas (...) Em linha com a Agenda Regional para Economia Circular, a região deve abraçar um novo modelo económico, baseado na inovação para a desmaterialização, obtendo dos recursos, maior valor e utilidade, pelo maior período possível. Para tal, foram estabelecidas áreas prioritárias e definidos potenciais de circularidade para o turismo, para a gestão de resíduos e para a pesca, definindo-se igualmente um vasto leque de propostas de ação, a implementar por diversos atores, de forma integrada e concertada. (...) o volume de resíduos produzidos na região é elevado e tem vindo a aumentar, situação que não pode ser dissociada do turismo, mas que também traduz a produção de determinadas atividades económicas em particular e, em termos mais globais, as próprias opções e comportamentos de empresas e cidadãos. O Regime Geral de Gestão de Resíduos estabeleceu como meta para 2020 “um aumento mínimo para 70% (em peso) relativamente à preparação para a reutilização, a reciclagem e outras formas de valorização material”. Com vista à concretização desta meta foi ainda definida a obrigatoriedade de utilização ou incorporação de, pelo menos, 5% de materiais reciclados no total de matérias-primas usadas em obras. No caso dos resíduos urbanos (RU), em 2018 foram recolhidas 405,3 mil toneladas o que representa 923 kg de lixo por habitante, valor que é fortemente influenciado pela população flutuante. Cerca de 69% dos RU recolhidos correspondem a recolha indiferenciada, embora esta proporção esteja a diminuir a favor da recolha seletiva (31%), que importa reforçar nos próximos anos. Cerca de 21% dos resíduos provenientes de recolha indiferenciada são preparados para reutilização e reciclagem, estando a região distante da média nacional de 40% e dos objetivos definidos a nível comunitário”



2.6 – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos (FEDER)

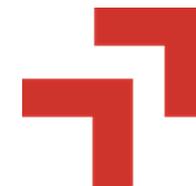
Metas Nacionais para a Região do Algarve em 2030

Regiões	Recolha Indiferenciada (t)	Resultantes de tratamentos (t)	Potencial de materiais recuperados (t)	Capacidade de processamento de MO (t)	Potencial de produção de CDR (t)	Remanescente (t)	Capacidade efetiva VE (t)	10% escórias (t) (*)	Total passível de aterro (t)
Algarve	130954	6315	9167			128102			128102
TOTAL	1639792	82769	78506	205212	95213	1343630	1040000	94706	491277
						Previsão de meta Nacional de deposição em aterro			9%

In: PERSU 2030

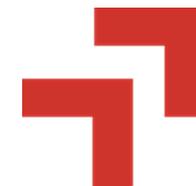
Prioridade:

Implementação do circuito de recolha de bio resíduos, reforço dos processos de compostagem (comunitária e individual), implementação de eficiência na recolha seletiva, implementação de novas estratégias e ferramentas de gestão, sensibilização e de recolha e gestão de dados. A assimetria da dimensão territorial dos Municípios do Algarve, deve incentivar a projetos inovadores Municipais, incluindo no âmbito da economia circular.



Gestão de resíduos: sub investimentos em baixa

- Equipamentos de separação e reciclagem na origem dos bio resíduos (compostagem doméstica e comunitária);
- Equipamentos (contentorização e veículos) para criação de redes de recolha seletiva de bio resíduos;
- Equipamentos (contentorização e veículos) que permitam a recolha diferenciada (ex: bio resíduos, embalagens, papel/cartão, vidro, têxteis, resíduos domésticos perigosos, volumosos, e outros ainda não recolhidos seletivamente) seja de proximidade ou porta-a-porta;
- Implementação de sistemas tarifários do tipo PAYT (Pay-as-you-throw), SAYT (Save-as-you-throw) ou RAYT (Receive-as-you-throw);
- Sistemas de otimização das operações de recolha (com ajustamento de circuitos e frequências de recolha, logística de apoio, utilização de tecnologias de monitorização de equipamentos e/ou dos utilizadores) e outras TIC;
- Reforço e requalificação da rede de ecocentros, visando a sua transformação para centros de reparação, reutilização, preparação para reutilização, podendo funcionar como pontos de venda/doação de produtos de 2.ª mão (pontos físicos, plataformas digitais);
- Projetos de compostagem caseira ou comunitária, associados a redes de hortas urbanas ou periurbanas (onde se promova a prática da compostagem, o uso de compostos orgânicos e a produção local de produtos);
- Digitalização dos serviços de resíduos



INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermediário (2024)	Meta (2029)
2A	RSO2.6	FEDER	Em transição	RCO107	Investimentos em instalações de recolha seletiva de resíduos	Euros	0	61.666.667,00

INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
2A	RSO2.6	FEDER	Em transição	RCR47	Resíduos reciclados	Toneladas/ano	0	0	50.000,00	SI PT2030	

DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
2A	RSO2.6	FEDER	Em transição	067. Gestão de resíduos domésticos: medidas de prevenção, minimização, triagem, reutilização e reciclagem	27.000.000,00
2A	RSO2.6	FEDER	Em transição	069. Gestão de resíduos comerciais e industriais: medidas de prevenção, minimização, triagem, reutilização e reciclagem	10.000.000,00
2A	RSO2.6	Total			52.000.000,00



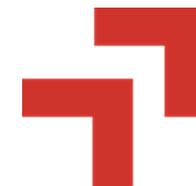
Identificação dos Projetos (1/3)

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Sistemas de suporte à gestão	Sistema de gestão de rotas e operações de recolha	Intenção	2024	Olhão	Município de Olhão	100.000 €	60.000 €	60%
	Sistema de controlo de acesso/utilizadores para implementação de tarifários de resíduos do tipo PAYT/SAYT ou RAYT	Intenção	2027	Olhão	Município de Olhão	500.000 €	300.000 €	60%
Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa)	Aquisição de Ecopontos	Intenção	2023	Albufeira	Município de Albufeira	500.000 €	300.000 €	60%
	Aquisição de bio compostores	Intenção	2023	Albufeira	Município de Albufeira	500.000 €	300.000 €	60%
	Aquisição de compostores comunitários	Intenção	2023	Albufeira	Município de Albufeira	200.000 €	120.000 €	60%
	Aquisição de viaturas para apoio à gestão de bioresíduos compostáveis	Intenção	2023	Albufeira	Município de Albufeira	300.000 €	180.000 €	60%
	Aquisição de miniecopontos domésticos	Intenção	2023	Albufeira	Município de Albufeira	300.000 €	180.000 €	60%
	Aquisição de baldes para biorresíduos	Intenção	2023	Albufeira	Município de Albufeira	300.000 €	180.000 €	60%
	Viaturas de recolha e transporte de resíduos para as praias	Intenção	2024	Albufeira	Município de Albufeira	350.000 €	210.000 €	60%
	Implementação de sistema de recolha de bioresíduos	Em Concurso	2023	Castro Marim	Município de Castro Marim	960.000 €	576.000 €	60%



Identificação dos Projetos (2/3)

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa)	Implementação de sistema de recolha de resíduos - porta à porta	Intenção	2024	Castro Marim	Município de Castro Marim	498.000 €	298.800 €	60%
	Desenvolvimento de sistemas de recolha de bio resíduos no Município de Faro	Intenção	2023	Faro	Município de Faro	2.040.556 €	1.224.334 €	60%
	Aquisição contentores, software, sensorização e campanha de sensibilização no âmbito dos Biorresíduos	Em curso	2023	Lagoa	Município de Lagoa	350.000 €	210.000 €	60%
	Aquisição de contentorização para separação/recolha de biorresíduos	Em curso	2024	Loulé	Município de Loulé	150.000 €	90.000 €	60%
	Aquisição de sacos compostáveis para acondicionamento de biorresíduos	Em curso	2023	Loulé	Município de Loulé	516.780 €	310.068 €	60%
	Aquisição de sacos compostáveis para acondicionamento de biorresíduos	Intenção	2025	Loulé	Município de Loulé	516.780 €	310.068 €	60%
	Aquisição de máquinas dispensadoras de sacos compostáveis para biorresíduos	Intenção	2023	Loulé	Município de Loulé	80.000 €	48.000 €	60%
	Gestão de Resíduos Urbanos do Concelho de Monchique	Em curso	2021	Monchique	Município de Monchique	1.200.000 €	720.000 €	60%
	Ecocentro do Algoz	Projeto técnico	2024	Silves	Município de Silves	700.000 €	420.000 €	60%
	Recolha seletiva Porta a Porta 1ª Fase	Em fase de Pré-projeto	2025	Silves	Município de Silves	1.000.000 €	600.000 €	60%
	Equipamento de contentorização e veículos para a criação de redes de recolha seletiva de bioresíduos e compostagem doméstica	Em fase de Pré-projeto	2025	Tavira	Município de Tavira	750.000 €	450.000 €	60%
	Requalificação e reforço da rede de Ecocentros no concelho de Olhão	Intenção	2024	Olhão	Município de Olhão	600.000 €	360.000 €	60%



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa)	Instalação de contentorização enterrada - "Ilhas Ecológicas" - recolha seletiva e outros tipos de contentorização para deposição de biorresíduos - Fase 1	Em concurso	2023	Olhão	Município de Olhão	180.000 €	108.000 €	60%
	Renovação da frota automóvel da área dos RU, recorrendo a viaturas elétricas	Intenção	2026	Olhão	Município de Olhão	600.000 €	360.000 €	60%
	Viaturas para recolha de biorresíduos	Em fase de Pré-projeto	2024	Olhão	Município de Olhão	600.000 €	360.000 €	60%
	Campanhas de sensibilização para promoção da estratégia de recolha seletiva de biorresíduos	Intenção	2024	Olhão	Município de Olhão	200.000 €	120.000 €	60%
	Recolha seletiva de biorresíduos	Em fase de Pré-projeto	2024	Vila Real de Santo António	Município de Vila Real de Santo António	100.000 €	60.000 €	60%
	Reforço da eficiência no processo de recolha seletiva	Intenção	2025	Algarve	Municípios	30.000.000 €	18.000.000 €	60%
						44.092.116 €	26.455.270 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE. Foram identificados os projetos prioritários. Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **26.455.270 € (97,98 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

- RCO107- Investimentos em instalações de recolha seletiva de resíduos
 - Objetivo Intermédio (2024) : **13.047.635 €**
 - Meta (2029): **26.095.270 €**

Proposta de Indicadores de resultado :

- RCR103 – Resíduos objeto de recolha seletiva
 - Objetivo Intermédio (2024) : **13.801 toneladas/ano**
 - Meta (2029): **27.601 toneladas/ano**

Nota: A mobilização de indicadores para este OE apenas é realizada para a Tipologia de Operação (TO) “Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa)”, não sendo mobilizados indicadores para a TO “Sistemas de suporte à gestão”.

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 067. Gestão de resíduos domésticos: medidas de prevenção, minimização, triagem, reutilização e reciclagem | **26.455.270 €**

Contributo para o Tagging :

- 067. Gestão de resíduos domésticos: medidas de prevenção, minimização, triagem, reutilização e reciclagem | **40 % | 10.582.108 €**
- **Total | 10.582.108 €**



5.1 – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos (FEDER) – Educação

- **O foco da política é:** “ (...) As abordagens territoriais integradas concretizam o princípio de subsidiariedade, sendo um veículo privilegiado para reforçar os processos de descentralização para a esfera local e sub-regional, em particular aos níveis intermunicipal e urbano, garantindo simultaneamente a articulação multinível com o reforço das funções da Região (NUTS II) Algarve. Pela mobilização articulada de diversos instrumentos e atores e pela escala de intervenção, as abordagens territoriais são as mais adequadas para explorar a diversidade de cada território e construir complementaridades que potenciem a competitividade e sustentabilidade da Região e a sua coesão interna. As intervenções ao abrigo deste objetivo Específico (OE) visam contribuir para a estruturação do sistema urbano policêntrico regional. No plano operacional, o objetivo prioritário é o de contribuir para o reforço, a modernização e a capacitação das redes e de equipamentos de Serviços de Interesse Geral (SIG). Pretende-se garantir a adequada provisão dos serviços e a sua disponibilidade e acessibilidade por parte das populações, contribuindo para a estruturação dos subsistemas territoriais enquanto” (...) “



5.1 – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos (FEDER) – Educação

Enquadramento Regional :

A **Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030** identifica “que para fazer face ao abandono escolar precoce (...) foram identificadas necessidades de investimento de elevada prioridade para melhorar os sistemas de educação e formação, para promover a igualdade de acesso e a conclusão da educação e aprendizagem dos adultos, e ainda para promover a aprendizagem ao longo da vida de todos os cidadãos, em especial para: (...) Investir no ensino escolar, incluindo nas infraestruturas, e melhorar a qualidade do ensino para pessoas com deficiência (...) Aos tradicionais desafios, associados às assimetrias Litoral/Interior, acresciam então os que derivaram da incapacidade do modelo económico (em contexto de crise) gerar emprego, em particular para as novas classes de exclusão. Ainda assim, assinalavam-se como importantes debilidades persistentes: (...) elevado abandono escolar precoce de educação e formação, **persistindo algumas lacunas na rede, no que respeita à eliminação do regime duplo (EB1), e degradação nas condições de funcionamento de alguns equipamentos (EBI).**(...)”

Prioridade:

Cobertura das necessidades no pré-escolar
Reforço da melhoria das condições educativas (incluído as questões estruturais de conforto, qualidade, tecnologia, e saúde e bem estar...)



Eixo 1 – Dimensão funcional na provisão de SIG:

- **Infraestruturas de educação (EB1 e Pré-escolar, EB2,3 e Secundárias);**
- Infraestruturas de cuidados de saúde primários;
- Mobilidade a pedido/transporte flexível, sem combustíveis fósseis (alinhada com a provisão de SIG);

INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RCO74	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas	0	467.475
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RCO75	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para estratégias	0	2



INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RSR10	Projetos transversais de âmbito intermunicipal	Número	0	0	14,00	SI PT2030	
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RSR11	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Número	0	0	21,00	SIPT2030	

DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	043. Construção de novos edifícios energeticamente eficientes	3.000.000,00
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	122. Infraestruturas de ensino primário e secundário	13.000.000,00
5A	RSO5.1	Total			38.200.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Infraestruturas, do pré-escolar	Ampliação do Jardim de Infância de Caliços	Projeto técnico	2024	Albufeira	Município de Albufeira	646.136 €	387.682 €	60%
	Ampliação do Jardim de Infância da Correeira	Projeto técnico	2023	Albufeira	Município de Albufeira	807.665 €	484.599 €	60%
	Ampliação do Jardim de Infância de Ferreiras	Intenção	2025	Albufeira	Município de Albufeira	1.049.965 €	629.979 €	60%
	Ampliação do Jardim de Infância de Vale Rabelho	Projeto técnico	2024	Albufeira	Município de Albufeira	646.132 €	387.679 €	60%
	Ampliação e requalificação da Escola Professora Piedade Matoso	Em fase de Pré-projeto	2024	Aljezur	Município de Aljezur	2.826.828 €	1.696.097 €	60%
	Requalificação e ampliação do Polo Escolar do Rogil	Intenção	2024	Aljezur	Município de Aljezur	565.366 €	339.219 €	60%
	Construção de Edifício Pré-Escolar na Escola de Santo António do Alto	Projeto técnico	2024	Faro	Município de Faro	2.056.024 €	1.233.614 €	60%
	Construção de Edifício Pré-Escolar na Escola EB 2,3 Joaquim Magalhães	Projeto técnico	2024	Faro	Município de Faro	1.633.099 €	979.859 €	60%
	Adaptação do antigo espaço da GNR de Quarteira a Espaço Escolar em Quarteira	Adjudicado	2023	Loulé	Município de Loulé	481.368 €	288.820 €	60%
	Jardim Infância do Fojo	Em curso	2023	Portimão	Município de Portimão	161.533 €	96.920 €	60%
	Centro Escolar do Alto Alfarrobal	Em fase de Pré-projeto	2023	Portimão	Município de Portimão	2 422.995 €	1.453.797 €	60%
	Expansão da Rede Pré Escolar	Adjudicado	2023	Olhão	Município de Olhão	1 130.731 €	678.439 €	60%
Infraestruturas do ensino básico e/ou do ensino secundário	Requalificação da EB2,3 Manuel do Nascimento	Em curso	2023	Monchique	Município de Monchique	4.872.487 €	2.923.492 €	60%
	Reabilitação da EB 2/3 Prof. Paula Nogueira	Em curso	2022	Olhão	Município de Olhão	2.366.340 €	1.419.804 €	60%
						21.666.669 €	13.000.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE. Foram identificados os projetos prioritários. Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **13.000.000 € (100 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

- RCO67 – Capacidade das salas de aula, novas ou melhoradas, das instalações de ensino
 - Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
 - Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Indicadores de resultado :

- RCR71 – Utilizadores anuais de instalações, novas ou modernizadas, de ensino
 - Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
 - Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 122. Infraestruturas de ensino primário e secundário | 13 000 000 €

Contributo para o Tagging :

- Tipologia sem contributo para o Tagging



5.1 – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos (FEDER) – Saúde

- **O foco da política** é: *“Pretende-se melhorar as condições e qualidade de vida, atraindo novos residentes e investimento. A arquitetura, desenho urbano, reabilitação/regeneração urbanas e obras de urbanização, cultura e lazer, são vantagens diferenciadoras a privilegiar. Após a aprovação dos planos de ação, ancorados em estratégias sub-regionais, que sustentam os instrumentos territoriais serão selecionados indicadores de realização e resultado, e respetivas metas, adequados às tipologias de intervenção deste OE (que integram pelo menos indicadores de realização na área da (...) saúde (RCO 69) (...) e de resultado na área da (...) saúde (RCR 73)(...) Todos os investimentos em infraestruturas e equipamentos previstos nas tipologias OP4 e OP5 FEDER serão baseados na priorização de necessidades de infraestruturas e serviços de emprego, educação, habitação, saúde e assistência social, se aplicável, considerando as disparidades territoriais e as dinâmicas de alteração demográfica e com base nos instrumentos de planeamento setoriais e territoriais existentes (ex: condições habilitantes, estratégia regional, cartas educativas, carta social, estratégias locais de habitação). Os investimentos em infraestruturas, equipamentos e serviços de assistência social e de saúde nos OP 2, 4 e 5 não promovem o retrocesso no processo de desinstitucionalização.*

5.1 – Promover a transição para uma economia circular e eficiente na utilização dos recursos (FEDER) – Saúde

Enquadramento Regional :

A **Estratégia de Desenvolvimento Regional do Algarve 2030 reforça que** “Na política de saúde importa prosseguir na obtenção da igualdade dos cidadãos no acesso aos cuidados de saúde, independentemente da sua condição económica e do local onde residem, bem como garantir a equidade na distribuição dos recursos e na utilização dos serviços de saúde, dotando a região de instrumentos tendentes a uma melhor capacidade de resposta, adequada às expectativas e necessidades dos utentes. Além das infraestruturas e equipamentos, o reforço da capacidade tecnológica e dos serviços digitais, quer nos processos clínicos, quer nos processos administrativos e de gestão, assumem um papel determinante. Uma resposta de qualidade nos serviços de saúde perspectiva-se, nomeadamente com a procura de novas soluções e eficiência dos recursos, que permitam uma adequação no âmbito das técnicas de diagnóstico e terapêutica, quer nos cuidados primários, quer nos hospitalares, mas também na promoção da investigação e desenvolvimento tecnológico para a implementação de novas técnicas cirúrgicas, menos invasivas, tratamentos e/ou abordagens terapêuticas, ou ainda, explorar as possibilidades colocadas pela tele saúde (...)”

Prioridade:

Investimento em equipamento não clínicos nos centros de saúde



Eixo 1 – Dimensão funcional na provisão de SIG:

- Infraestruturas de educação (EB1 e Pré-escolar, EB2,3 e Secundárias);
- **Infraestruturas de cuidados de saúde primários;**
- Mobilidade a pedido/transporte flexível, sem combustíveis fósseis (alinhada com a provisão de SIG);

INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RCO74	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas	0	467.475
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RCO75	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para estratégias	0	2



INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RSR10	Projetos transversais de âmbito intermunicipal	Número	0	0	14,00	SI PT2030	
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RSR11	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Número	0	0	21,00	SIPT2030	

DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	043. Construção de novos edifícios energeticamente eficientes	3.000.000,00
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	128. Infraestruturas de saúde	2.500.000,00
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	129. Equipamentos de saúde	500.000,00
5A	RSO5.1	Total			38.200.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Infraestruturas de cuidados de saúde primários	Reapetrechamento de equipamentos não clínicos nos Centros de Saúde, para melhorar a qualidade de serviços e atendimento aos utentes	Intenção	2024	Algarve	Municípios	5.000.000 €	3.000.000 €	60%
						5.000.000 €	3.000.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE. Foram identificados os projetos prioritários. Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **3.000.000 € (100 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

- RCO69 – Capacidade das instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde
 - Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
 - Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Indicadores de resultado :

- RCR73 – Utilizadores anuais de instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde
 - Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
 - Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 129. Equipamentos de saúde | 3 000 000 €*

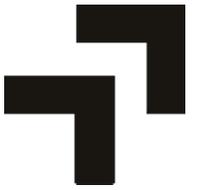
Contributo para o Tagging :

- Tipologia sem contributo para o Tagging

Constrangimentos para negociação:

- A decisão da CIM AMAL foca-se no investimento total do fundo programado para este OE em equipamentos de saúde, pelo que **haverá necessidade de se proceder a uma reprogramação dos valores de fundos inseridos no domínio (129).**

* Valor dos projetos enquadrados neste domínio, ultrapassa o valor de fundo estabelecido para o domínio.



Indicadores de Realização

Eixo 1 – Algarve Mais Próximo

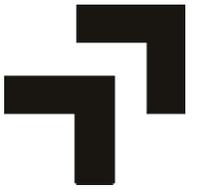
Cuidador, Inclusivo e
Ambientalmente Sustentável



Objetivo Específico	Tipologia de Operação	Designação	Código	Unidade de Medida	Objetivo Intermediário (2024)	Meta (2029)
OE 1.2	Infraestruturas, desmaterialização de processos internos	Instituições pública apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	RCO14	Instituições públicas	4	8
	Espaços Cidadão	Instituições pública apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	RCO14	Instituições públicas	1	3
OE 2.1	Eficiência energética na Administração Pública Regional e Local	Edifícios públicos com desempenho energético melhorado	RCO19	Metros quadrados	6.851	13.702
OE 2.4	Intervenções e sistemas de prevenção e combate	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais	RCO24	Euros	1.635.000 €	3.270.000 €
	Equipamentos de Ação dos Agentes da Proteção Civil	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais	RCO24	Euros	7.365.000 €	14.730.000 €
OE 2.5	Abastecimento de água	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, dos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	RCO30	Km	1.447	2.894
	Reutilização de água	Capacidade, nova ou melhorada, de tratamento de águas residuais	RCO32	Equivalente de população	42	83
	Saneamento de Águas Residuais	Comprimento das condutas, novas ou melhoradas, da rede pública de recolha de águas residuais	RCO31	Km	5	10



Objetivo Específico	Tipologia de Operação	Designação	Código	Unidade de Medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
OE 2.6	Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa)	Investimentos em instalações de recolha seletiva de resíduos	RCO107	Euros	15.618.269 €	31.236.537 €
	Sistemas de suporte à gestão	s/identificação	s/identificação	s/identificação	s/identificação	s/identificação
OE 4.7	Sistema de antecipação e adequação de competências para o emprego	Participações em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	EESO03	Número	374	751
OE 4.11	Programa (inter) municipais de promoção do sucesso escolar	Crianças e alunos abrangidos pelos Planos Integrados e Inovadores de Combate ao Insucesso Escolar	EESO30	Número	1.010	2.021
OE 5.1	Infraestruturas, do pré-escolar	Capacidade das sala de aula, novas ou melhoradas, das instalações de ensino	RCO67	Pessoas	999	999
	Infraestruturas do ensino básico e/ou do ensino secundário	Capacidade das sala de aula, novas ou melhoradas, das instalações de ensino	RCO67	Pessoas	999	999
	Infraestruturas de cuidados de saúde primários	Capacidades das instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde	RCO69	Pessoas/ano	999	999
	Mobilidade a pedido	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	RCO74	Pessoas	3.059	6.119



Indicadores de Resultado

Eixo 1 – Algarve Mais Próximo
Cuidador, Inclusivo e
Ambientalmente Sustentável



Objetivo Específico	Tipologia de Operação	Designação	Código	Unidade de Medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
OE 1.2	Infraestruturas, desmaterialização de processos internos	Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais novos e melhorados	RCR11	Utilizadores/ano	16.909	33.818
	Espaços Cidadão	Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais novos e melhorados	RCR11	Utilizadores/ano	5.636	11.273
OE 2.1	Eficiência energética na Administração Pública Regional e Local	Consumo anual de energia primária (nomeadamente: habitações, edifícios públicos, empresas, outros)	RCR26	MWh/ano	139.351	137.162
OE 2.4	Intervenções e sistemas de prevenção e combate	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	RCR36	Pessoas	3.084	6.167
	Equipamentos de Ação dos Agentes da Proteção Civil	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	RCR36	Pessoas	13.890	27.780
OE 2.5	Abastecimento de água	População ligada a instalações melhoradas da rede pública de abastecimento de água	RCR41	Pessoas	117.939	235.878
		Perdas de águas nos sistemas de distribuição da rede pública de abastecimento de água	RCR43	Metros cúbicos por ano	59.625	119.251
	Reutilização de água	População ligada, pelo menos, a instalações secundárias da rede pública de tratamento de água residuais	RCR42	Pessoas	51	103
	Saneamento de Águas Residuais	População ligada, pelo menos, a instalações secundárias da rede pública de tratamento de água residuais	RCR42	Pessoas	6.916	13.832

Objetivo Específico	Tipologia de Operação	Designação	Código	Unidade de Medida	Objetivo Intermediário (2024)	Meta (2029)
OE 2.6	Recolha seletiva de resíduos (primordialmente em sistemas em baixa)	Resíduos objeto de recolha seletiva	RCR103	Toneladas/ano	13.930	27.860
	Sistemas de suporte à gestão	-	-	-	-	-
OE 4.7	Sistema de antecipação e adequação de competências para o emprego	Participações certificadas em unidades de formação de curta duração ou unidades de competência	EESR06	Percentagem	85	85
OE 4.11	Programa (inter) municipais de promoção do sucesso escolar	Alunos dos agrupamentos escolares ou escolar não agrupadas abrangidos por intervenções para a promoção do sucesso educativo que concluem em tempo normal os ciclos de estudo	EESR17	Percentagem	85	85
OE 5.1	Infraestruturas, do pré-escolar	Utilizadores anuais das instalações, novas ou modernizadas, de ensino	RCR71	Utilizadores/ano	Meta não calculada	Meta não calculada
	Infraestruturas do ensino básico e/ou do ensino secundário	Utilizadores anuais das instalações, novas ou modernizadas, de ensino	RCR71	Utilizadores/ano	Meta não calculada	Meta não calculada
	Infraestruturas de cuidados de saúde primários	Utilizadores anuais de instalações, novas ou modernizadas, de cuidados de saúde	RCR73	Utilizadores/ano	Meta não calculada	Meta não calculada
	Mobilidade a pedido	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	RSR11	Número	1	1



Eixo 2

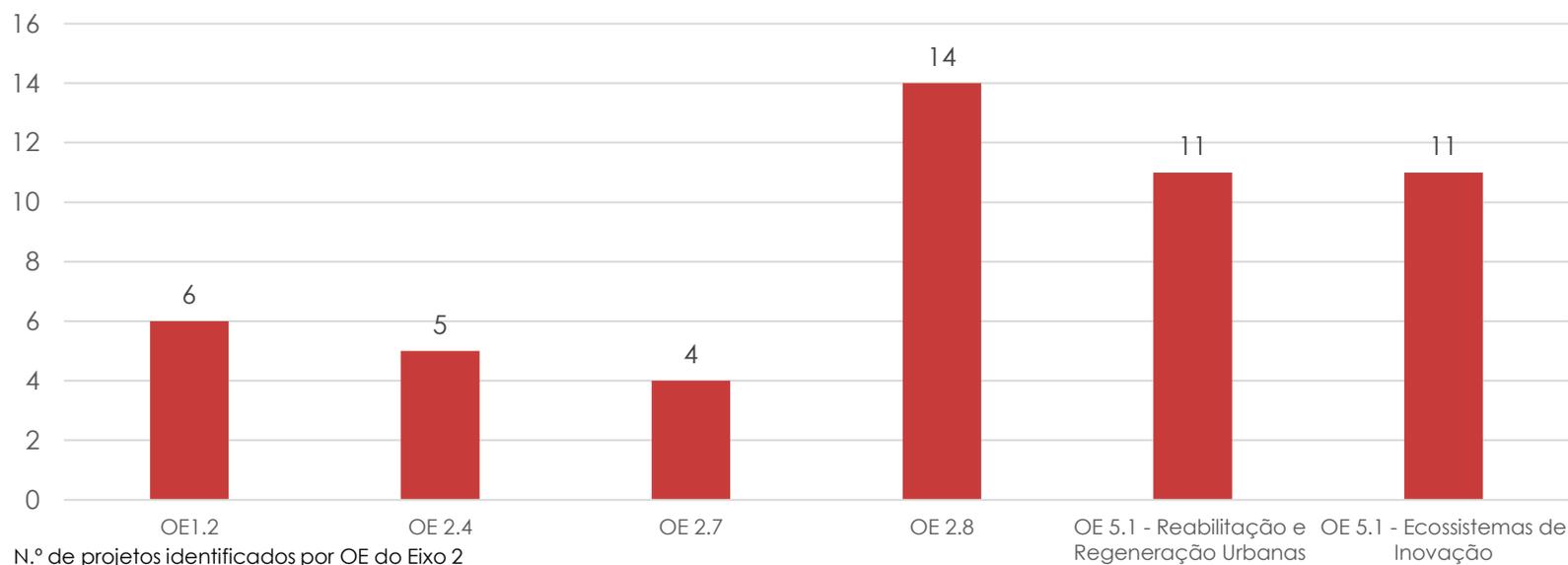
Algarve Território Qualificado

Atraente, resiliente, eficiente e
descarbonizado





- A ênfase central do segundo eixo estratégico delineado no Plano de Ação da ITI CIM AMAL recai no reforço dos centros do sistema urbano policêntrico e nas respetivas interconexões, visando ampliar a competitividade, a digitalização e a descarbonização das áreas urbanas. A intervenção neste eixo tem como âmbito territorial os centros urbanos regionais e centros urbanos estruturantes do PROT Algarve.
- A colaboração entre a CIM AMAL e os municípios resulta numa intervenção conjunta que representa um investimento de **32.100.000 €** provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Esse montante será distribuído entre **51** projetos selecionados como prioritários para a região.



Objetivos Específicos por Âmbito de Intervenção

Eixo 2 – Algarve Território Qualificado: atraente, resiliente, eficiente e descarbonizado

Objetivo Específico	Âmbito de Intervenção
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR) – Cidades Inteligentes	Municípios
OE2.4 Adaptação às Alterações Climáticas	CIM/Municípios
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Municípios
OE2.8 Mobilidade Sustentável	CIM/Municípios
OE5.1 Reabilitação e regeneração urbanas	Municípios
OE5.1 Ecossistemas de Inovação	Municípios



2.4 - Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas (feder) (Eixo2)

- **O foco da política** é: *“As intervenções a apoiar ao abrigo deste OE visam aumentar a resiliência e reduzir as vulnerabilidades do território às alterações climáticas, aprofundar o conhecimento e disseminar a informação sobre os seus impactes no território. Serão assim apoiadas intervenções no território em bacias hidrográficas que complementam as intervenções de proteção e defesa do litoral, (a aprovar através do fundo de coesão), e ainda intervenções de resposta de proteção civil e socorro, de prevenção e de adaptação às alterações climáticas e de proteção dos recursos hídricos e gestão dos riscos associados à água”*

Enquadramento Regional : *“As alterações climáticas geram efeitos e impactos que afetam os territórios ao nível ecológico, social e económico, provocando perdas substanciais em vários setores de atividade, na saúde humana, segurança de pessoas e bens, bem como em territórios específicos mais expostos como as zonas costeiras. Sendo as alterações climáticas um processo bastante complexo e com elevados riscos para o ser humano, ecossistemas e bens materiais, torna-se vital promover a adaptação a nível local, de forma estruturada, através da implementação de medidas efetivas que permitam diminuir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência dos sistemas e da sociedade (...) Os dados históricos dos últimos 52 anos, relativos às diferentes variáveis climáticas medidas na estação meteorológica de Faro, traduzem de forma objetiva as mudanças em curso, ainda que noutras áreas do território regional a tendência desta evolução possa ser mais vincada. (...) De igual modo, as diferentes projeções estimam um aumento significativo das médias da temperatura mínima, média e máxima que, nalgumas zonas do Algarve, e no final do século, podem atingir +3,7°C, no primeiro caso, e +4°C no caso da máxima, circunstância que promoverá maior evapotranspiração, maior défice hídrico e um acentuar do índice de aridez. Paralelamente, é previsível um aumento substancial da frequência, intensidade e duração de fenómenos como as noites tropicais e as ondas de calor. (...)”*

Prioridade:

Elaboração dos Planos Municipais de Ação Climática



Adaptação às Alterações Climáticas

- Medidas previstas no P-3AC, inerentes ao objetivos de adaptação da região do Algarve à alterações climáticas, em especial as relacionadas com o setor da saúde, como a redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima; minimização dos riscos associados a fenómenos de secas, cheias e de inundações; espaços verdes multifuncionais e bio diversos; prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, bem como de doenças transmitidas por vetores e pragas agrícolas e florestais, enquanto riscos coletivos;
- Ações de adaptação às alterações climáticas previstas no PIAAC Algarve e em outros instrumentos regionais/ municipais inerentes ao objetivo de adaptação da região do Algarve à alterações climáticas;
- Estudos que visem aprofundar o conhecimento sobre os efeitos dos impactes das alterações climáticas no território, na sociedade, na saúde e nas atividades económicas ou sobre medidas de adaptação;
- Plataformas e sistemas de informação para monitorização dos efeitos das alterações climáticas.



INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermediário (2024)	Meta (2029)
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCO24	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais	Euros	0	22.500.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCO25	Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres	Km	0	29
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCO28	Área abrangida por medidas de proteção contra incêndios florestais	Hectares	0	70.347,00

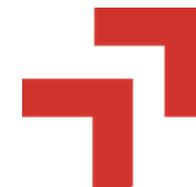
INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCR35	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	Pessoas	0,00	0	13.667	SI PT2030	
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCR36	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	Pessoas	0,00	0	93.356	SI PT2030	



DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	058. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: inundações e desabamentos de terra (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes e abordagens baseadas nos ecossistemas)	10.000.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	060. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: outros, por exemplo, tempestades e secas (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas)	6.500.000,00
2A	RSO2.4	Total			49.500.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Medidas de adaptação às alterações climáticas	Elaboração dos Planos Municipais de Ação Climática	Intenção	2024	Algarve	AMAL	833.333 €	500.000 €	60%
						833.333 €	500.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **500.000 € (10 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

- RCO26 – Infraestruturas verdes construídas ou melhoradas para adaptação às alterações climáticas
 - Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
 - Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Indicadores de resultado :

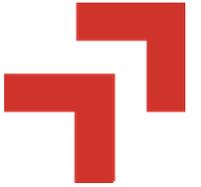
- RCR37 – População que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais associadas ao clima (que não sejam inundações ou incêndios florestais)
 - Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
 - Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 058. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: inundações e desabamentos de terra (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas) | **500.000 €**

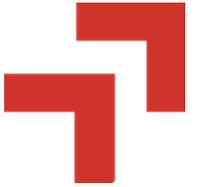
Contributo para o Tagging :

- 058. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: inundações e desabamentos de terra (incluindo sensibilização, proteção civil, sistema e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas) | **100 % | 500.000 €**
- **Total | 500 000 €**



RS02.8 – Promover a mobilidade urbanas multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono (FEDER) (Eixo2)

- **O foco da política** é: “*visa fomentar uma mobilidade sem descontinuidades, soluções inovadoras que promovam a utilização multimodal, fomentem a descarbonização das cidades através de investimento em infraestruturas de transporte em meio urbano e suburbano que reduzam a dependência do transporte individual. Igualmente com impacto na descarbonização dos principais centros urbanos e do setor dos transportes, será apoiada no conjunto da região, a elaboração e implementação de Planos Logísticos Urbanos Sustentáveis (PLUS) e de projetos piloto de organização da logística urbana, com vista à promoção da utilização de modos não poluentes para a distribuição, incluindo a criação de centros de micrologística e a implementação de sistemas de restrição e controlo das cargas e descargas nos centros urbanos (Zonas de Carga de Emissões Zero).*” Adicionalmente, e com o objetivo de dar continuidade à implementação da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC) e a Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Pedonal (ENMAP)”
- Neste contexto a intervenção na escala intermunicipal, assegura sinergias na resposta nas abordagens supra municipais. Esta abordagem não impede projetos específicos e com maturidade na esfera de intervenção dos Municípios.



RS02.8 – Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono (FEDER)

Enquadramento Regional :

*“A evolução dos consumos energéticos com base em combustíveis de origem fóssil divergiu da tendência observada na energia elétrica (...) A monitorização da mobilidade e transportes efetuada pela CCDR Algarve confirma a subida do tráfego médio diário face a 2017 em 11 dos 15 postos de contagem dos eixos rodoviários secundários (incluída a EN125) para os quais existe histórico. (...) Ainda que exista pouca informação disponível sobre a mobilidade elétrica e a utilização de modos suaves nas deslocações trabalho/casa/escola, sabe-se que são insignificantes no conjunto dos movimentos pendulares, à semelhança do que ocorre no País. A transição para uma sociedade descarbonizada obriga a repensar a cidade e as opções urbanísticas das últimas décadas, fortemente influenciadas pela omnipresença do automóvel; implica, uma visão informada sobre os efeitos esperados das alterações climáticas e um planeamento e ações integradas e consequentes, no que respeita a corredores de mobilidade. A pequena dimensão das cidades e vilas algarvias e, em muitos casos, a sua proximidade a zonas-dormitório periféricas, ou entre localidades, bem como a altimetria suave, são um dos aspetos que favorece a alteração dos padrões de deslocação pendular. **Torna-se por isso premente a aceleração da construção de vias dedicadas e reajustamento/adequação de espaços existentes que facilitem e incentivem a deslocação a pé e utilização em segurança de modos alternativos de deslocação** em espaço urbano (...) Relativamente à oferta de modos ligeiros e suaves, tem-se assistido à introdução gradual de sistemas de utilização partilhada nalguns concelhos, pese embora a existência, ou inexistência, de condições de circulação e de segurança possa influenciar o nível de adesão a estes modos alternativos.”*

Prioridade:

Investimentos na Ecovia do Algarve (2ª fase)



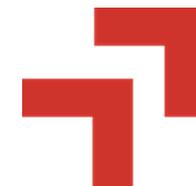
Como projetos prioritários, pretende-se apoiar:

- A 2ª fase do Eixo ciclável do Litoral Sul entre Sagres e Vila Real de Santo António, bem como a estruturação e concretização dos principais corredores pedo cicláveis radiais, segregados, em cada Centro Urbano, com vista a servir os principais polos geradores de tráfego da cidade em segurança.

No âmbito deste Objetivo Específico, serão mobilizados os seguintes tipos de ação:

Outros projetos de mobilidade urbanas sustentável:

- Criação/ requalificação de eixos cicláveis regionais



INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
2B	RSO2.8	FEDER	Em transição	RCO58	Infraestruturas dedicadas ao ciclismo apoiadas	Km	0	186,00

INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
2B	RSO2.8	FEDER	Em transição	RCR64	Utilizadores anuais de infraestruturas dedicadas ao ciclismo	Utilizadores/a no	0	0	219.640	SI PT2030	

DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
2B	RSO2.8	FEDER	Em transição	083. Infraestruturas para bicicletas	16.000.000,00
2B	RSO2.8	Total			86.600.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Mobilidade Ativa (ciclável e pedonal)	Plano de Ação para a 2ª fase para a Ecovia do Algarve	Intenção	2024	Algarve	AMAL	833.333 €	500.000 €	60%
						833.333 €	500.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **500.000 € (3,2 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

RCO58 – Infraestruturas dedicadas ao ciclismo apoiadas

- Objetivo Intermédio (2024) : **1Km**
- Meta (2029): **1Km**

Proposta de Indicadores de resultado :

RCR64 – Utilizadores anuais de infraestruturas dedicadas ao ciclismo

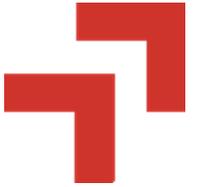
- Objetivo Intermédio (2024) : **631 utilizadores/ano**
- Meta (2029): **1.261 utilizadores/ano**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- **083. Infraestruturas para bicicletas** | **500.000 €**

Contributo para o Tagging :

- **083. Infraestruturas para bicicletas** | **100 %** | **500.000 €**
- **Total** | **500.000 €**



1.2. Digitalização na administração pública Local (Eixo 2) – Cidades Digitais

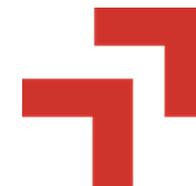
- **O foco da política** é: *Dar dimensão à inteligência territorial. Processos digitais. Processos de partilha energética, soluções inovadoras de gestão urbana, são fatores de suporte à competitividade urbana.*

Enquadramento Regional :

*“A Estratégia Regional para a Energia 2030 propõe um conjunto amplo de objetivos para o Algarve que passam, essencialmente, pela aposta intensiva na produção energética por fonte renovável e próxima do consumo; pela afirmação como primeira região europeia “multiple microgrid”, com implementação de projetos pioneiros e inovadores de produção limpa que potenciem o caráter demonstrador, acelerando e atraindo startups de base tecnológica (IoT, data analytics, e smart energy); pela **promoção da digitalização interligando a Smart Grid Strategy às oportunidades das Smart Cities**, e pelo desenvolvimento de recursos e soluções específicas no cruzamento dos domínios da energia, turismo, mar e TIC.”*

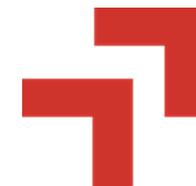
Prioridade:

Estratégias e projetos de inteligência territorial capazes de melhorar a qualidade de vidas dos cidadãos e gerar informação de apoio á gestão urbana



Digitalização na Administração Pública

- Recurso às TIC e a serviços digitais centrados nas pessoas e interoperáveis para melhoria da eficiência na gestão das infraestruturas e equipamentos coletivos, maior envolvimento da população local na governação pública, informação em tempo real aos cidadãos sobre disponibilidades de bens e serviços (públicos e privados) e monitorização de consumos e de fluxos (de pessoas, de energia, de tráfego, etc.), acelerando a inovação na administração local, otimizando a despesa pública e melhorando os processos de tomada de decisão;
- Apoio a ações de qualificação da prestação de serviços e da capacitação dos organismos públicos;
- Redes integradas de cooperação territorial (Municípios, Universidades, Centros I&D, CCDR) para a criação de novos produtos (digitais) que, nomeadamente, permitam oferecer aos residentes e aos turistas serviços mais ajustados ao seu perfil.



Os contributos esperados com a mobilização destes tipos de ação são os seguintes:

- Promover a **transição digital na administração pública**;
- Criar e desenvolver **redes integradas de cooperação territorial** entre os municípios, as universidades, os centros I&D e a CCDR;
- Acelerar a transição digital da região, envolvendo “redes integradas de cooperação territorial” (Municípios, universidades, Centros I&D, Empresas e Sociedade Civil), quer na estruturação das ações e apoios ao investimento empresarial, potenciadas pela melhoria da conectividade (5G) nos territórios do interior e de baixa densidade.

INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo (2024)	Meta (2029)
1A	RSO1.2	FEDER	Em transição	RCO14	Instituições públicas apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	Instituições Públicas	0	28

INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
1A	RSO1.2	FEDER	Em transição	RCR11	Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados	Utilizadores/ano	0	0	111.600	SI PT2030	



DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
1A	RS01.2	FEDER	Em transição	016. Soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública	4.500.000,00
1A	RS01.2	FEDER	Em transição	0.17. Soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública, conforme os critérios de redução das emissões de gases com efeito de estufa ou de eficiência energética	500.000,00
1A	RS01.2	FEDER	Em transição	0.36. TIC: outros tipos de infraestruturas de TIC (incluindo recursos/equipamentos informáticos de larga escala, centros de dados, sensores e outros equipamentos sem fios)	4.900.000,00
1A	RS01.2	Total			9.900.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Cidades Inteligentes	Rede LORA	Em curso	2022	Vila do Bispo	Município de Vila do Bispo	28.305 €	16.983 €	60%
	Territórios Inteligentes e Smart Cities	Intenção	2025	Algarve	Municípios	2.235.028 €	1.341.017 €	60%
	Smart City - Cidade Inteligente/Sustentável	Em concurso	2023	Portimão	Município de Portimão	600.000 €	360.000 €	60%
	Implementação de Sistema de Rega Inteligente	Em fase de Pré-projeto	2024	Loulé	Município de Loulé	300.000 €	180.000 €	60%
	Sistema de rega inteligente	Em fase de Pré-projeto	2024	Vila do Bispo	Município de Vila do Bispo	120.000 €	72.000 €	60%
	Implementação de passadeiras inteligentes para aumentar a segurança da circulação e travessia pedonal para todos os cidadãos, com integração no conceito de Smart City	Intenção	2026	Albufeira	Município de Albufeira	50.000 €	30.000 €	60%
						3.333.333 €	2.000.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **2.000.000 € (100 % da medida programada)**

Proposta de Indicador de realização :

- RCO14 – Instituições públicas apoiadas para o desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais
 - Objetivo Intermédio (2024) : **3 Instituições públicas**
 - Meta (2029): **6 Instituições públicas**

Proposta de Indicador de resultado :

- RCR11 – Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais públicos novos e melhorados
 - Objetivo Intermédio (2024) : **11.272 utilizadores/ano**
 - Meta (2029): **22.545 utilizadores/ano**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 016. Soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública | **2.000.000 €**

Contributo para o Tagging :

- 016. Soluções de TIC, serviços eletrónicos e aplicações para a administração pública | **0 % | 0 €**
- **Total | 0 €**



2.4 - Promover a adaptação às alterações climáticas, a prevenção dos riscos de catástrofe e a resiliência, tendo em conta abordagens baseadas em ecossistemas (feder) (Eixo2)

- **O foco da política** é: *“As intervenções a apoiar ao abrigo deste OE visam aumentar a resiliência e reduzir as vulnerabilidades do território às alterações climáticas, aprofundar o conhecimento e disseminar a informação sobre os seus impactes no território. Serão assim apoiadas intervenções no território em bacias hidrográficas que complementam as intervenções de proteção e defesa do litoral, (a aprovar através do fundo de coesão), e ainda intervenções de resposta de proteção civil e socorro, de prevenção e de adaptação às alterações climáticas e de proteção dos recursos hídricos e gestão dos riscos associados à água”*

Enquadramento Regional : *“As alterações climáticas geram efeitos e impactos que afetam os territórios ao nível ecológico, social e económico, provocando perdas substanciais em vários setores de atividade, na saúde humana, segurança de pessoas e bens, bem como em territórios específicos mais expostos como as zonas costeiras. Sendo as alterações climáticas um processo bastante complexo e com elevados riscos para o ser humano, ecossistemas e bens materiais, torna-se vital promover a adaptação a nível local, de forma estruturada, através da implementação de medidas efetivas que permitam diminuir a vulnerabilidade e aumentar a resiliência dos sistemas e da sociedade (...) Os dados históricos dos últimos 52 anos, relativos às diferentes variáveis climáticas medidas na estação meteorológica de Faro, traduzem de forma objetiva as mudanças em curso, ainda que noutras áreas do território regional a tendência desta evolução possa ser mais vincada. (...) De igual modo, as diferentes projeções estimam um aumento significativo das médias da temperatura mínima, média e máxima que, nalgumas zonas do Algarve, e no final do século, podem atingir +3,7°C, no primeiro caso, e +4°C no caso da máxima, circunstância que promoverá maior evapotranspiração, maior défice hídrico e um acentuar do índice de aridez. Paralelamente, é previsível um aumento substancial da frequência, intensidade e duração de fenómenos como as noites tropicais e as ondas de calor. (...)”*

Prioridade:

Execução dos Planos Municipais de Ação Climática, Mitigação de ondas de calor e riscos climáticos



Adaptação às Alterações Climáticas

- Medidas previstas no P-3AC, inerentes ao objetivos de adaptação da região do Algarve à alterações climáticas, em especial as relacionadas com o setor da saúde, como a redução da vulnerabilidade das áreas urbanas às ondas de calor e ao aumento da temperatura máxima; minimização dos riscos associados a fenómenos de secas, cheias e de inundações; espaços verdes multifuncionais e bio diversos; prevenção da instalação e expansão de espécies exóticas invasoras, bem como de doenças transmitidas por vetores e pragas agrícolas e florestais, enquanto riscos coletivos;
- Ações de adaptação às alterações climáticas previstas no PIAAC Algarve e em outros instrumentos regionais/ municipais inerentes ao objetivo de adaptação da região do Algarve à alterações climáticas;
- Estudos que visem aprofundar o conhecimento sobre os efeitos dos impactes das alterações climáticas no território, na sociedade, na saúde e nas atividades económicas ou sobre medidas de adaptação;
- Plataformas e sistemas de informação para monitorização dos efeitos das alterações climáticas.



INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermediário (2024)	Meta (2029)
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCO24	Investimentos em sistemas, novos ou melhorados, de monitorização, preparação, alerta e resposta em caso de catástrofes naturais	Euros	0	22.500.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCO25	Proteções, recentemente construídas ou consolidadas, contra inundações em faixas costeiras e margens fluviais e lacustres	Km	0	29
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCO28	Área abrangida por medidas de proteção contra incêndios florestais	Hectares	0	70.347,00

INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCR35	População que beneficia de medidas de proteção contra inundações	Pessoas	0,00	0	13.667	SI PT2030	
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	RCR36	População que beneficia de medidas de proteção contra incêndios florestais	Pessoas	0,00	0	93.356	SI PT2030	



DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	058. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: inundações e desabamentos de terra (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes e abordagens baseadas nos ecossistemas)	10.000.000,00
2A	RSO2.4	FEDER	Em transição	060. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: outros, por exemplo, tempestades e secas (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas)	6.500.000,00
2A	RSO2.4	Total			49.500.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Medidas de adaptação às alterações climáticas	Requalificação da Zona Ribeirinha de Odeleite	Projeto técnico	2024	Castro Marim	Município de Castro Marim	480.000 €	288.000 €	60%
	Requalificação da Ribeira de Bensafirim	Intenção	2024	Lagos	Município de Lagos	3.000.000 €	1.800.000 €	60%
	Alteração de Coberto Vegetal em 26 Espaços Públicos	Em fase de Pré-projeto	2024	Loulé	Município de Loulé	220.000 €	132.000 €	60%
	Execução dos Planos Municipais de Ação Climática	Intenção	2025	Algarve	Municípios	3.800.000 €	2.280.000 €	60%
						7.500.000 €	4.500.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **4.500.000 € (90 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

- **RCO26 – Infraestruturas verdes construídas ou melhoradas para adaptação às alterações climáticas**
 - Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
 - Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Indicadores de resultado :

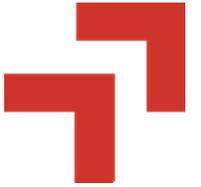
- **RCR37 – População que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais associadas ao clima (que não sejam inundações ou incêndios florestais)**
 - Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
 - Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- **058. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: inundações e desabamentos de terra (incluindo sensibilização, proteção civil, sistemas e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas) | 4.500.000 €**

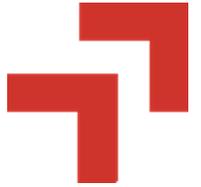
Contributo para o Tagging :

- **058. Medidas de adaptação às alterações climáticas e prevenção e gestão de riscos associados ao clima: inundações e desabamentos de terra (incluindo sensibilização, proteção civil, sistema e infraestruturas de gestão de catástrofes, e abordagens baseadas nos ecossistemas) | 100 % | 4.500.000 €**
- **Total | 4.500.000 €**



2.7 Conservação da natureza e biodiversidade (Eixo 2)

- **O foco da política** é: *“Ações de adaptação da biodiversidade às alterações climáticas, recuperação de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactes severos e valorização ambiental e gestão polivalente das áreas florestais promotoras da biodiversidade; Ações de valorização do capital natural associado ao ordenamento, manutenção e recuperação da funcionalidade dos ecossistemas aquáticos, ribeirinhos e de zonas húmidas, em áreas com estado de conservação desfavorável, incluindo a reabilitação e renaturalização ecológica, bem como a promoção da navegabilidade em conformidade com os valores em presença; Criação de infraestruturas verdes associadas aos recursos hídricos, como fomento da conectividade ecológica; **Ações de valorização dos espaços urbanos e periurbanos, mediante a qualificação de espaços verdes com vista à resiliência num cenário de alterações climáticas e criação de infraestruturas verdes contribuindo para o fomento da biodiversidade em meio urbano numa lógica de mitigação de fenómenos urbanos (e.g ondas de calor)...**”*
- Neste contexto a intervenção na escala intermunicipal, assegura sinergias na resposta nas abordagens supra municipais. Esta abordagem não impede projetos específicos e com maturidade na esfera de intervenção dos Municípios.



2.7 Conservação da natureza e biodiversidade

Enquadramento Regional : “A região reúne competências e escala adequadas para se afirmar como um laboratório de sustentabilidade, para testar soluções com carácter demonstrador, por exemplo ao nível energético, com vista à obtenção de maior eficiência, mediante recurso a fontes renováveis, favorecendo abordagens mais circulares, mais envolventes com os cidadãos e mais criativas, em linha com o Pacto Ecológico Europeu. O vasto território com algum estatuto de proteção (áreas protegidas e Rede Natura 2000) constitui um ativo estratégico para a promoção da biodiversidade, da qualidade de vida regional e afirmação de um destino turístico qualificado e diferenciador. É fundamental dar um salto qualitativo na valorização territorial, com vista ao desenvolvimento sustentável e competitivo do Algarve, numa lógica incremental de transição ecológica de longo prazo. (...) **A biodiversidade é preponderante neste território, constituindo o Parque Natural do Vale do Guadiana e as duas paisagens protegidas locais da Rocha da Pena e da Fonte Benémola, espaços de preservação e conservação dos valores naturais por excelência, a que acrescem as serras do Cercal, Espinhaço de Cão, Monchique, Caldeirão e Monte Figo, salientando-se a importância dos habitats e espécies aí existentes, que justificam a sua integração em Rede Natura 2000 (...)** O papel assumido pelo vasto território com algum estatuto de proteção (áreas protegidas e Rede Natura 2000), assim como os corredores ecológicos, as áreas florestais públicas e privadas e as massas de água terrestres e marinhas - aqui se incluindo as pradarias marinhas e as áreas marinhas protegidas, que disponibilizam importantes serviços ecossistémicos e contribuem para o resgate de carbono, é determinante no Algarve, pois qualificam e diferenciam a região, enquanto ativo estratégico para a promoção da biodiversidade, da qualidade de vida e afirmação do destino (...) No entanto, a reconhecida qualidade ambiental está insuficientemente considerada enquanto mais valia regional, sendo fundamental dar um salto qualitativo na valorização territorial, com vista ao desenvolvimento sustentável e competitivo do Algarve, numa lógica incremental de transição ecológica de longo prazo. Novos desafios se colocam, para além das ameaças a que os habitats do Algarve se encontram atualmente expostos. (...) As novas pressões decorrentes das alterações climáticas podem provocar a migração de espécies e habitats para norte, em altitude, ou mesmo o seu desaparecimento, tornando-se relevante a criação de corredores ecológicos entre territórios da Rede Natura 2000, de forma a facilitar a persistência dos mesmos(...)”

Prioridade:

A intervenção de biodiversidade municipais com visibilidade na mitigação de alterações climáticas (e.g. corredores verdes, parques ambientais)



Conservação da natureza, biodiversidade e património cultural:

- Ações de adaptação da biodiversidade às alterações climáticas, recuperação de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactes severos e valorização ambiental e gestão polivalente das áreas florestais promotoras da biodiversidade;
- Ações de valorização do capital natural associado ao ordenamento, manutenção e recuperação da funcionalidade dos ecossistemas aquáticos, ribeirinhos e de zonas húmidas, em áreas com estado de conservação desfavorável, incluindo a reabilitação e renaturalização ecológica, bem como a promoção da navegabilidade em conformidade com os valores em presença;
- Criação de infraestruturas verdes associadas aos recursos hídricos, como fomento da conectividade ecológica;
- Ações de valorização dos espaços urbanos e periurbanos, mediante a qualificação de espaços verdes com vista à resiliência num cenário de alterações climáticas e criação de infraestruturas verdes contribuindo para o fomento da biodiversidade em meio urbano;



INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCO37	Superfícies dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	Hectares	0	1.852,00
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCO38	Área de terreno reabilitado apoiada	Hectares	0	362,00

INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCR52	Terrenos reabilitados para zonas verdes, habitação social, atividades económicas ou outras utilizações	Hectares	0	0	120,00	SI PT2030	
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCR95	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	Pessoas	0	0	6.803	SI PT2030	



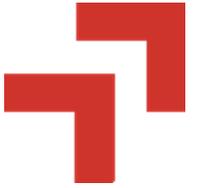
DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	080. Outras medidas destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos domínios da preservação e restauração de áreas naturais com elevado potencial de absorção e armazenamento de carbono – por exemplo através da reumidificação de zonas pantanosas – e da captura de gases de aterro	4.500.000,00
2A	RSO2.7	Total			57.300.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Infraestruturas Verdes	Geoparque	Em curso	2021	Loulé, Silves e Albufeira	Municípios de Loulé, Silves e Albufeira	433.333 €	260.000 €	60%
	Parque Verde do Séqua	Em fase de Pré-projeto	2025	Tavira	Município de Tavira	1.000.000 €	600.000 €	60%
	Parque Urbano Poente de Olhão	Projeto técnico	2024	Olhão	Município de Olhão	650.000 €	390.000 €	60%
	Parque Urbano da Cidade de Olhão	Projeto técnico	2025	Olhão	Município de Olhão	1.250.000 €	750.000 €	60%
						3.333.333 €	2.000.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **2.000.000 € (100 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

RCO36 – Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas

- Objetivo Intermédio (2024) : **44 hectares**
- Meta (2029): **88 hectares**

Proposta de Indicadores de resultado :

RCR95 – População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas

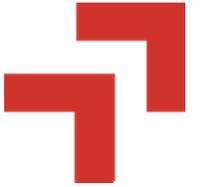
- Objetivo Intermédio (2024) : **540 pessoas**
- Meta (2029): **1.080 pessoas**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 080. Outras medidas destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos domínios da preservação e restauração de áreas naturais com elevado potencial de absorção e armazenamento de carbono – por exemplo através da reumidificação de zonas pantanosas – e da captura de gases de aterro
- | **2.000.000 €**

Contributo para o Tagging :

- 080. Outras medidas destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos domínios da preservação e restauração de áreas naturais com elevado potencial de absorção e armazenamento de carbono – por exemplo através da reumidificação de zonas pantanosas – e da captura de gases de aterro | **100 % | 2.000.000 €**
- **Total | 2.000.000 €**



RS02.8 – Promover a mobilidade urbanas multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono (FEDER) (Eixo2)

- **O foco da política** é: “*visa fomentar uma mobilidade sem descontinuidades, soluções inovadoras que promovam a utilização multimodal, fomentem a descarbonização das cidades através de investimento em infraestruturas de transporte em meio urbano e suburbano que reduzam a dependência do transporte individual. Igualmente com impacto na descarbonização dos principais centros urbanos e do setor dos transportes, será apoiada no conjunto da região, a elaboração e implementação de Planos Logísticos Urbanos Sustentáveis (PLUS) e de projetos piloto de organização da logística urbana, com vista à promoção da utilização de modos não poluentes para a distribuição, incluindo a criação de centros de micrologística e a implementação de sistemas de restrição e controlo das cargas e descargas nos centros urbanos (Zonas de Carga de Emissões Zero).*” Adicionalmente, e com o objetivo de dar continuidade à implementação da Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Ciclável (ENMAC) e a Estratégia Nacional para a Mobilidade Ativa Pedonal (ENMAP)”

Neste contexto a intervenção na escala intermunicipal, assegura sinergias na resposta nas abordagens supra municipais. Esta abordagem não impede projetos específicos e com maturidade na esfera de intervenção dos Municípios.



RS02.8 – Promover a mobilidade urbana multimodal sustentável, como parte da transição para uma economia com zero emissões líquidas de carbono (FEDER)

Enquadramento Regional :

*“A evolução dos consumos energéticos com base em combustíveis de origem fóssil divergiu da tendência observada na energia elétrica (...) A monitorização da mobilidade e transportes efetuada pela CCDR Algarve confirma a subida do tráfego médio diário face a 2017 em 11 dos 15 postos de contagem dos eixos rodoviários secundários (incluída a EN125) para os quais existe histórico. (...) Ainda que exista pouca informação disponível sobre a mobilidade elétrica e a utilização de modos suaves nas deslocações trabalho/casa/escola, sabe-se que são insignificantes no conjunto dos movimentos pendulares, à semelhança do que ocorre no País. **A transição para uma sociedade descarbonizada obriga a repensar a cidade e as opções urbanísticas das últimas décadas, fortemente influenciadas pela omnipresença do automóvel; implica, uma visão informada sobre os efeitos esperados das alterações climáticas e um planeamento e ações integradas e consequentes, no que respeita a corredores de mobilidade. A pequena dimensão das cidades e vilas algarvias e, em muitos casos, a sua proximidade a zonas-dormitório periféricas, ou entre localidades, bem como a altimetria suave, são um dos aspetos que favorece a alteração dos padrões de deslocação pendular. Torna-se por isso premente a aceleração da construção de vias dedicadas e reajustamento/adequação de espaços existentes que facilitem e incentivem a deslocação a pé e utilização em segurança de modos alternativos de deslocação em espaço urbano (...) Relativamente à oferta de modos ligeiros e suaves, tem-se assistido à introdução gradual de sistemas de utilização partilhada nalguns concelhos, pese embora a existência, ou inexistência, de condições de circulação e de segurança possa influenciar o nível de adesão a estes modos alternativos.**”*

Prioridade:

Investimentos na melhoria da mobilidade urbana, com suporte em soluções suaves e descarbonizadas; Incentivar a intermodalidade entre nós da rede urbana principal.

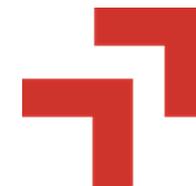


Como projetos prioritários, pretende-se apoiar:

Medidas que tenham como objetivo a **criação de zonas sem trânsito, zonas de zero emissões, a implementação de sistemas de gestão da circulação e de estacionamento, a modernização e adaptação das vias de circulação de modo a dar prioridade ao transporte público em cidades médias, incluindo a criação de corredores BUS e a intervenção em sistemas semafóricos, a qualificação de interfaces e paragens de transportes públicos**, promovendo uma adequada inserção urbana e melhoria da articulação com o modo ciclável e pedonal, e a **implementação de plataformas integradas de informação que promovam soluções de smart mobility**, como o transporte flexível entre outros, desde que estas formas de transporte não sejam executadas com combustíveis fósseis.

No âmbito deste Objetivo Específico, serão mobilizados os seguintes tipos de ação:

- Planos Logísticos Urbanos Sustentáveis e outros estudos de suporte às intervenções previstas;
- Criação de espaços de logística e sistemas de restrição e controlo das cargas e descargas;
- Promoção de interfaces logísticos multimodais;
- Criação/ requalificação de eixos cicláveis regionais e de eixos pedonais e cicláveis radiais, segregados, em cada centro urbano;
- Sistemas de gestão da circulação e de estacionamento, que priorizem os modos suaves e o transporte coletivo;
- Desenvolvimento de soluções smart mobility e plataformas integradas de informação;
- Flexibilização dos sistemas de transportes adaptando os serviços a territórios menos densificados.



INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

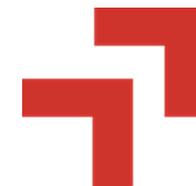
Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
2B	RSO2.8	FEDER	Em transição	RCO58	Infraestruturas dedicadas ao ciclismo apoiadas	Km	0	186,00

INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
2B	RSO2.8	FEDER	Em transição	RCR64	Utilizadores anuais de infraestruturas dedicadas ao ciclismo	Utilizadores/a no	0	0	218.464	SI PT2030	

DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
2B	RSO2.8	FEDER	Em transição	083. Infraestruturas para bicicletas	16.000.000,00
2B	RSO2.8	FEDER	Em transição	084. Digitalização dos transportes urbanos	500.000,00
2B	RSO2.8	FEDER	Em transição	085. Digitalização dos transportes cujo objetivo seja, em parte, a redução das emissões de gases com efeito de estufa: transportes urbanos	100.000,00
2B	RSO2.8	Total			86.600.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Mobilidade ativa (ciclável e pedonal)	Bike Sharing	Intenção	2025	Albufeira	Município de Albufeira	150.000 €	90.000 €	60%
	Implementação de sistema de bicicletas partilhadas no Concelho	Projeto técnico	2024	Loulé	Município de Loulé	2.200.000 €	1.320.000 €	60%
	Mobilidade ativa ciclável e pedonal no concelho de VRSA	Em fase de Pré-projeto	2024	Vila Real de Santo António	Município de Vila Real de Santo António	1.200.000 €	720.000 €	60%
	Implementação dos percursos da 2ª fase da Ecovia do Algarve	Intenção	2024	Algarve	Municípios (abrangidos)	14.166.667 €	8.500.000 €	60%
	Ampliação do plano de circuitos acessíveis e cicláveis de São Brás de Alportel	Intenção	2025	São Brás de Alportel	Município de São Brás de Alportel	300.000 €	180.000 €	60%
	Execução de percursos pedonais e ciclovia no concelho de Albufeira	Intenção	2026	Albufeira	Município de Albufeira	433.333 €	260.000 €	60%
Planos de Descarbonização/ Logísticos	Plano de Circulação da Cidade de Faro e Montenegro	Intenção	2024	Faro	Município de Faro	83.333 €	50.000 €	60%
Mobilidade Ativa Sistemas de transporte sustentáveis	Incremento da Mobilidade urbana sustentável	Intenção	2025	Silves	Município de Silves	600.000 €	360.000 €	60%
Transporte flexível	Centro Coordenador de Transportes	Intenção	2026	Tavira	Município de Tavira	750.00 €	450.000 €	60%
	Disponibilização de navete sustentável	Intenção	2024	Olhão	Município de Olhão	400.000 €	240.000 €	60%
	Mobilidade Urbana - Parque estacionamento intermodal	Projeto técnico	2024	Olhão	Município de Olhão	4.500.000 €	2.700.000 €	60%
Transporte urbano digitalizado	Instalação de Zonas de Acesso Automóvel Condicionado e Sistemas de Controlo de Tráfego	Intenção	2025	Albufeira	Município de Albufeira	300.000 €	180.000 €	60%
	Implementação de uma Plataforma SmartParking na cidade de Olhão	Intenção	2024	Olhão	Município de Olhão	83.333 €	50.000 €	60%
						25.166.666 €	15.100.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **15.100.000 € (96,8% da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

RCO58 – Infraestruturas dedicadas ao ciclismo apoiadas

- Objetivo Intermédio (2024) : **24 Km**
- Meta (2029): **11 Km**

RCO60 – Cidades ou vilas com sistemas de transporte urbano digitalizados novos ou melhorados

- Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
- Meta (2029): **sem meta estabelecida**

RCO75 – Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas

- Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
- Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Indicadores de resultado :

RCR62 – Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados

- Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
- Meta (2029): **sem meta estabelecida**

RCR64 – Utilizadores anuais de infraestruturas dedicadas ao ciclismo

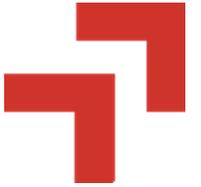
- Objetivo Intermédio (2024) : **13.963 utilizadores/ano**
- Meta (2029): **27.926 utilizadores/ano**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 083. Infraestruturas para bicicletas | **11.070.000 €**
- 084. Digitalização dos transportes urbanos | **4.030.000 €**

Contributo para o Tagging :

- 083. Infraestruturas para bicicletas | **100 % | 11.070.000€**
- 084. Digitalização dos transportes urbanos | **0% | 0€**
- **Total | 11.070.000 €**



Constrangimentos para negociação:

- O valor de fundo estabelecido para o domínio de intervenção '**084. Digitalização dos transportes urbanos**' excede o montante estabelecido no Programa em 3.530.000 €.



5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas (FEDER) (Eixo 2)

- **O foco da política** é: *“As abordagens territoriais integradas concretizam o princípio de subsidiariedade, sendo um veículo privilegiado para reforçar os processos de descentralização para a esfera local e sub-regional, em particular aos níveis intermunicipal e urbano, garantindo simultaneamente a articulação multinível com o reforço das funções da Região (NUTS II) Algarve. Pela mobilização articulada de diversos instrumentos e atores e pela escala de intervenção, as abordagens territoriais são as mais adequadas para explorar a diversidade de cada território e construir complementaridades que potenciem a competitividade e sustentabilidade da Região e a sua coesão interna. As intervenções ao abrigo deste objetivo Específico (OE) visam contribuir para a estruturação do sistema urbano policêntrico regional. No plano operacional, o objetivo prioritário é o de contribuir para o reforço, a modernização e a capacitação das redes e de equipamentos de Serviços de Interesse Geral (SIG). Pretende-se garantir a adequada provisão dos serviços e a sua disponibilidade e acessibilidade por parte das populações, contribuindo para a estruturação dos subsistemas territoriais enquanto fator de fixação e de atração de população, combatendo a pobreza e a exclusão socio espacial das cidades. Debaixo deste objetivo-chapéu, serão igualmente tidas em conta dimensões como a da articulação entre os centros urbanos regionais com os espaços rurais envolventes, assumindo o seu papel estruturante e competitivo do território e estratégico do espaço europeu e ibérico na confluência das rotas mediterrânea e atlântica, apostando no reforço de eficiência da mobilidade (mais descarbonizada), e nas condições de contexto para a competitividade económica e atratividade territorial.”*



5.1 Promover o desenvolvimento social, económico e ambiental integrado e inclusivo, a cultura, o património natural, o turismo sustentável e a segurança nas zonas urbanas (FEDER)

Enquadramento Regional : *“o sistema urbano regional visa reforçar uma abordagem policêntrica, que deve liderar a construção do desenvolvimento urbano e promover a articulação entre territórios, fomentando relações interurbanas e rurais-urbanas, de forma a atenuar as desigualdades socioeconómicas nas quatro Unidades Territoriais (UT) terrestres que compõem o território regional, delimitadas na sequência do estudo dos diferentes padrões de ocupação do solo. São elas as UT do Litoral Sul e Barrocal, da Costa Vicentina, do Baixo Guadiana e da Serra, que revelam problemas distintos, evidenciam dinâmicas territoriais instaladas e sistemas de apropriação do espaço pelas diferentes atividades humanas, as quais constituem a base espacial de organização do modelo territorial.*

Todavia, a estabilização de um sistema urbano regional policêntrico exige que se registem subsistemas sustentados em mobilidades, interações e parcerias de base territorial – interurbanas e rurais-urbanas, devendo garantir uma distribuição de serviços e uma oferta de equipamentos que promova a diversificação e a complementaridade funcional, bem como a equidade territorial..”

Prioridade:

Iniciativas de melhoria do ambiente urbano, através de esforços de regeneração e valorização urbanística, consolidando o sistema urbano regional e garantindo o desenvolvimento dialogante dos territórios urbanos e rurais e a inclusão social, complementada pela correção das barreiras arquitetónicas (acessibilidades 360°). . Promover a animação dos centros históricos através da reabilitação urbana; Promover a fruição e circulação pedonal nos centros históricos; Valorizar o património edificado.

Os projetos têm obrigatoriamente que assegurar espaços carbono free

Reabilitação – via IF

Projetos Carbono Free - Reembolsável

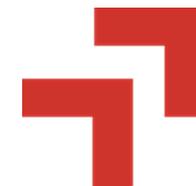


Eixo 2 – Reforço do sistema urbano:

- Reabilitação e regeneração urbana;
- Dinamização de ecossistemas de inovação (apoios à criação, transferência e aplicação de conhecimento e ações e equipamentos de apoio à competitividade) (OP1).

INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RCO74	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas	0	467.475
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RCO75	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para estratégias	0	2



INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RSR10	Projetos transversais de âmbito intermunicipal	Número	0	0	14,00	SI PT2030	
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RSR11	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Número	0	0	21,00	SIPT2030	

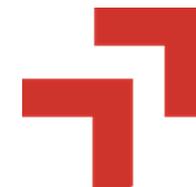
DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	043. Construção de novos edifícios energeticamente eficientes	3.000.000,00
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	082. Material circulante de transportes urbanos limpos	500.000,00
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	165. Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos de turismo e serviços turísticos	4.000.000,00
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	166. Proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e dos serviços culturais	11.700.000,00
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	168. Reabilitação física e segurança de espaços públicos	3.000.000,00
5A	RSO5.1	Total			38.200.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Reabilitação e Regeneração Urbanas	Intervenção integrada para a qualificação da mobilidade no concelho	Intenção	2027	Albufeira	Município de Albufeira	700.000 €	193.620 €	28%
	Encerramento ao trânsito automóvel do centro histórico de Loulé com sistema inteligente de leitura de matrículas	Adjudicação	2023	Loulé	Município de Loulé	308.000 €	85.193 €	28%
	Encerramento ao trânsito automóvel no "calçadão" de Quarteira com sistema inteligente de leitura de matrículas	Adjudicação	2023	Loulé	Município de Loulé	305.000 €	84.363 €	28%
	Requalificação do centro urbano de São Brás de Alportel- zona envolvente ao mercado municipal- Espaço Público	Em curso	2023	São Brás de Alportel	Município de São Brás de Alportel	1.000.000 €	276.600 €	28%
	Conservação e Restauro da Ponte Velha de Silves	Projeto técnico	2023	Silves	Município de Silves	687.893 €	190.272 €	28%
	Requalificação da Rua do Estádio Municipal	Outra situação	2023	Silves	Município de Silves	174.084 €	48.152 €	28%
	Requalificação do Jardim Alagoa e Corredoura	Em fase de Pré-projeto	2025	Tavira	Município de Tavira	1.750.000 €	484.051 €	28%
	Reabilitação do Arquivo Municipal	Intenção	2026	Tavira	Município de Tavira	1.500.000 €	414.900 €	28%
	Ampliar e requalificação a rota acessível	Projeto técnico	2024	Portimão	Município de Portimão	3.200.000 €	885.121 €	28%
	Plano de Mobilidade e Acessibilidade para Todos - Design for All	Intenção	2024	Portimão	Município de Portimão	1.000.000 €	276.600 €	28%
	Requalificação das frentes ribeirinhas - Rua Jacques Pessoa	Em fase de Pré-projeto	2025	Tavira	Município de Tavira	1.600.000 €	442.560 €	28%
						12.224.977 €	3.381.432 €	



Reabilitação e regeneração urbana

Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **3.381.432 € (45,1 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

RCO114 – Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas

- Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
- Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Indicadores de resultado :

RSR11 – Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados

- Objetivo Intermédio (2024) : **1**
- Meta (2029): **2**

Proposta de Domínio de Intervenção*:

- **168. Reabilitação física e segurança de espaços públicos | 3.381.432 €**

Contributo para o Tagging :

- **Sem contributo para o Tagging**

Constrangimentos para negociação:

- O domínio de intervenção é excedido pelo valor de fundo dos projetos em **381.432 €**
- Investimento IF (reabilitação)
- Reforçar pedagogia Carbono Free



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Ecosistemas de Inovação	Implementação do Polo de Paderne da Startup Albufeira	Intenção	2024	Albufeira	Município de Albufeira	350.000 €	96.810 €	28%
	Requalificação e ampliação do Polo de Albufeira da Startup Albufeira	Intenção	2024	Albufeira	Município de Albufeira	500.000 €	138.300 €	28%
	Observatório ACCASA – Aberto à cultura científica, ao ambiente, à sustentabilidade e às artes – Centro de Ciência Viva.	Projeto técnico	2023	Faro	Município de Faro	500.000 €	138.300 €	28%
	Reabilitação dos Armazéns da CP para transformar num centro expositivo de arte	Intenção	2024	Faro	Município de Faro	2.000.000 €	553.201 €	28%
	Reabilitação da Fábrica da Cerveja e espaços exteriores envolventes - Fase 1	Projeto técnico	2024	Faro	Município de Faro	2.139.960 €	591.914 €	28%
	Construção de Edifício Municipal em Loulé	Projeto técnico	2024	Loulé	Município de Loulé	1.666.667 €	461.001 €	28%
	Centro de incubação de empresas 4 olhos	Em fase de Pré-projeto	2024	São Brás de Alportel	Município de São Brás de Alportel	3.000.000 €	829.801 €	28%
	Musealização das ruínas do Arrabalde Oriental (Biblioteca)	Projeto técnico	2024	Silves	Município de Silves	400.000 €	110.640 €	28%
	Criação de espaço para residências artísticas	Em fase de Pré-projeto	2025	Tavira	Município de Tavira	1.000.000 €	276.600 €	28%
	Centro de Educação e Cultura de Quarteira	Projeto técnico	2025	Loulé	Município de Loulé	1.666.667 €	461.001 €	28%
	Quarteirão Cultural	Projeto técnico	2025	Loulé	Município de Loulé	1.666.667 €	461.001 €	28%
						14.889.960 €	4.118.568 €	



Dinamização de ecossistemas de inovação (apoios à criação, transferência e aplicação de conhecimento e ações e equipamentos de apoio à competitividade)

Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **4.118.568 € (54,9% da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

RCO114 – Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas

- Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
- Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Indicadores de resultado :

RSR11 – Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados

- Objetivo Intermédio (2024) : **1**
- Meta (2029): **2**

Proposta de Domínio de Intervenção*:

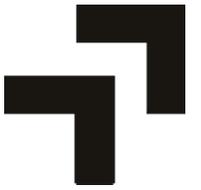
- Não foi possível enquadrar nenhum Domínio de Intervenção mobilizado no Programa Regional

Contributo para o Tagging :

- Sem contributo para o Tagging

Constrangimentos para negociação:

- Necessidade de enquadrar domínios de intervenção
- Os ecossistemas de inovação são uma parte importante dos centros urbanos, por isso, deverá ser reforçada a preocupação neste âmbito.



Indicadores de Realização

Eixo 2 – Algarve Território Qualificado

Atraente, Resiliente, Eficiente e Descarbonizado



Objetivo Específico	Tipologia de Operação	Designação	Código	Unidade de Medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
OE 1.2	Cidades Inteligentes	Instituições pública apoiadas para desenvolvimento de serviços, produtos e processos digitais	RCO14	Instituições públicas	3	6
OE 2.4	Adaptação às alterações climáticas	Infraestruturas verdes construídas ou melhoradas para adaptação às alterações climáticas	RCO26	Hectares	Meta não calculada	Meta não calculada
OE 2.7	Infraestruturas Verdes	Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não a adaptação às alterações climáticas	RCO36	Hectares	44	88
OE 2.8	Mobilidade ativa (ciclável e pedonal)	Infraestruturas dedicadas ao ciclismo apoiadas	RCO58	Km	12	25
	Transporte urbano digitalizado	Cidades ou vilas com sistemas de transporte urbano digitalizados novos ou melhorados	RCO60	Cidades e vilas	Meta não calculada	Meta não calculada
	Planos de Descarbonização/ Logísticos	Estratégias de desenvolvimento territorial integrados apoiadas	RCO75	Contribuições para estratégias	Meta não calculada	Meta não calculada
	Transporte flexível	Cidades ou vilas com sistemas de transporte urbano digitalizados novos ou melhorados	RCO60	Cidades e vilas	Meta não calculada	Meta não calculada
	Sistemas de transporte sustentáveis	Cidades ou vilas com sistemas de transporte urbano digitalizados novos ou melhorados	RCO60	Cidades e vilas	Meta não calculada	Meta não calculada
OE 5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas	RCO114	Metros quadrados	Meta não calculada	Meta não calculada
	Ecosistemas de Inovação	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas	RCO114	Metros quadrados	Meta não calculada	Meta não calculada

Indicadores de Resultado

Eixo 2 – Algarve Território Qualificado

Atraente, Resiliente, Eficiente e Descarbonizado





Objetivo Específico	Tipologia de Operação	Designação	Código	Unidade de Medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
OE 1.2	Cidades Inteligentes	Utilizadores de serviços, produtos e processos digitais novos e melhorados	RCR11	Utilizadores/ano	11272	22545
OE 2.4	Adaptação às alterações climáticas	População que beneficia de medidas de proteção contra catástrofes naturais associadas ao clima (que não sejam inundações ou incêndios florestais)	RCR37	Pessoas	Meta não calculada	Meta não calculada
OE 2.7	Infraestruturas Verdes	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	RCR95	Pessoas	540	1080
OE 2.8	Mobilidade ativa (ciclável e pedonal)	Utilizadores anuais de infraestruturas dedicadas ao ciclismo	RCR64	Utilizadores/ano	14594	29187
	Transporte urbano digitalizado	Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados	RCR62	Utilizadores/ano	Meta não calculada	Meta não calculada
	Planos de Descarbonização/Logísticos	-	-	-	-	-
	Transporte flexível	Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados	RCR62	Utilizadores/ano	Meta não calculada	Meta não calculada
	Sistemas de transporte sustentáveis	Utilizadores anuais de transportes públicos novos ou modernizados	RCR62	Utilizadores/ano	Meta não calculada	Meta não calculada
OE 5.1	Reabilitação e regeneração urbanas	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	RSR11	Número	1	2
	Ecosistemas de Inovação	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	RSR11	Número	1	2

Eixo 3

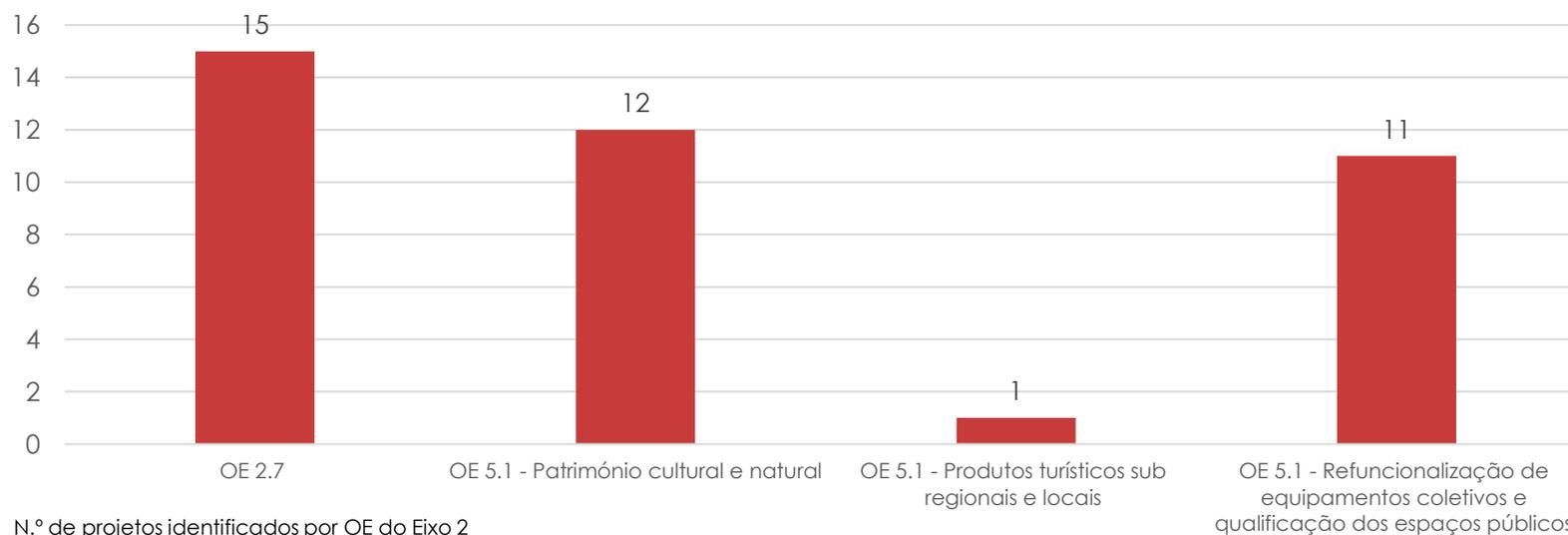
Algarve Território com valor e identidade

Identidade, sustentabilidade e valorização cultural





- O foco central do terceiro eixo de intervenção está na promoção e valorização dos recursos territoriais, tornando assim as áreas mais resilientes e apelativas. No contexto da área a intervencionar, o eixo 3 tem como âmbito territorial todo o território da região do Algarve numa ótica de promoção da competitividade de toda a região, potenciando os ativos territoriais e reforçando a articulação rural/urbano, com exceção das áreas de refuncionalização de equipamentos coletivos e na qualificação do espaço público e ambiental, dirigidas, aos centros complementares do PROT Algarve, nomeadamente, os municípios de Alcoutim, Aljezur, Monchique e Vila do Bispo.
- A colaboração entre a CIM AMAL e os municípios resulta numa intervenção conjunta que representa um investimento de 15.200.000 € provenientes do Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional (FEDER). Esse montante será distribuído entre 39 projetos criteriosamente selecionados como prioritários para a região.



Objetivos Específicos por Âmbito de Intervenção

Eixo 3 – Algarve Território com valor e identidade: identidade, sustentabilidade e valorização cultural

Objetivo Específico	Âmbito de Intervenção
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	CIM/ Municípios
OE 5.1 Património natural e cultural	Municípios
OE5.1 Produtos turísticos sub-regionais e locais	Municípios
OE5.1 Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos	Municípios



2.7 Conservação da natureza e biodiversidade (Eixo3)

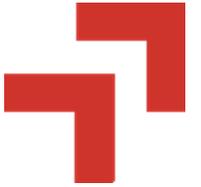
- O foco da política** é: “Ações dirigidas à recuperação e proteção de espécies ameaçadas inscritas no Cadastro Nacional de Valores Classificados, e/ou com estado de conservação desfavorável e habitats naturais com estado de conservação desfavorável; Ações de adaptação da biodiversidade às alterações climáticas, recuperação de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactes severos e valorização ambiental e gestão polivalente das áreas florestais promotoras da biodiversidade; Ações de valorização do capital natural associado ao ordenamento, manutenção e recuperação da funcionalidade dos ecossistemas aquáticos, ribeirinhos e de zonas húmidas, em áreas com estado de conservação desfavorável, incluindo a reabilitação e renaturalização ecológica, bem como a promoção da navegabilidade em conformidade com os valores em presença; Criação de infraestruturas verdes associadas aos recursos hídricos, como fomento da conectividade ecológica; Ações de valorização dos espaços urbanos e periurbanos, mediante a qualificação de espaços verdes com vista à resiliência num cenário de alterações climáticas e criação de infraestruturas verdes contribuindo para o fomento da biodiversidade em meio urbano; Concretização das ações dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem nos territórios vulneráveis, complementando as intervenções a realizar no âmbito do PRR, quer ao nível das ações, quer em outros territórios enquanto projetos de interesse coletivo; Ações dirigidas à conservação e valorização de geosítios e monumentos naturais; Promoção do conhecimento sobre o património natural e cultural; Desenvolvimento de ações de sensibilização para a população em geral e da população escolar em particular...”
- Neste contexto a intervenção na escala intermunicipal, assegura sinergias na resposta nas abordagens supra municipais em particular fora do contexto urbano. Esta intervenção reforça o reforço da coesão territorial quer nas lógicas horizontais, quer verticais.
- Esta abordagem não impede projetos específicos e com maturidade na esfera de intervenção dos Municípios.



2.7 Conservação da natureza e biodiversidade

Enquadramento Regional : “A região reúne competências e escala adequadas para se afirmar como um laboratório de sustentabilidade, para testar soluções com carácter demonstrador, por exemplo ao nível energético, com vista à obtenção de maior eficiência, mediante recurso a fontes renováveis, favorecendo abordagens mais circulares, mais envolventes com os cidadãos e mais criativas, em linha com o Pacto Ecológico Europeu. O vasto território com algum estatuto de proteção (áreas protegidas e Rede Natura 2000) constitui um ativo estratégico para a promoção da biodiversidade, da qualidade de vida regional e afirmação de um destino turístico qualificado e diferenciador. É fundamental dar um salto qualitativo na valorização territorial, com vista ao desenvolvimento sustentável e competitivo do Algarve, numa lógica incremental de transição ecológica de longo prazo. (...) A biodiversidade é preponderante neste território, constituindo o Parque Natural do Vale do Guadiana e as duas paisagens protegidas locais da Rocha da Pena e da Fonte Benémola, espaços de preservação e conservação dos valores naturais por excelência, a que acrescem as serras do Cercal, Espinhaço de Cão, Monchique, Caldeirão e Monte Figo, salientando-se a importância dos habitats e espécies aí existentes, que justificam a sua integração em Rede Natura 2000 (...) O papel assumido pelo vasto território com algum estatuto de proteção (áreas protegidas e Rede Natura 2000), assim como os corredores ecológicos, as áreas florestais públicas e privadas e as massas de água terrestres e marinhas - aqui se incluindo as pradarias marinhas e as áreas marinhas protegidas, que disponibilizam importantes serviços ecossistémicos e contribuem para o resgate de carbono, é determinante no Algarve, pois **qualificam e diferenciam a região, enquanto ativo estratégico para a promoção da biodiversidade, da qualidade de vida e afirmação do destino (...)** No entanto, a reconhecida qualidade ambiental está insuficientemente considerada enquanto mais valia regional, sendo fundamental dar um salto qualitativo na valorização territorial, com vista ao desenvolvimento sustentável e competitivo do Algarve, numa lógica incremental de transição ecológica de longo prazo. **Novos desafios se colocam, para além das ameaças a que os habitats do Algarve se encontram atualmente expostos.** (...) As novas pressões decorrentes das alterações climáticas podem provocar a migração de espécies e habitats para norte, em altitude, ou mesmo o seu desaparecimento, tornando-se relevante a criação de corredores ecológicos entre territórios da Rede Natura 2000, de forma a facilitar a persistência dos mesmos(...)”

- Neste contexto a intervenção na escala intermunicipal, assegura sinergias na resposta nas abordagens supra municipais em particular fora do contexto urbano. Esta intervenção reforça o reforço da coesão territorial quer nas lógicas horizontais, quer verticais.
- Esta abordagem não impede projetos específicos e com maturidade na esfera de intervenção dos Municípios.

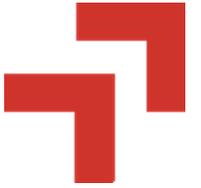


2.7 Conservação da natureza e biodiversidade

Enquadramento Regional : *“As áreas protegidas e classificadas do Algarve devem ser assumidas como ativos estratégicos do território e constituir um dos vetores fundamentais da política de conservação da natureza e biodiversidade a prosseguir na Região, tanto na componente terrestre como na marítima, com destaque para o Parque Natural do Sudoeste Alentejano e Costa Vicentina e a Rede Natura 2000 da ZPE da Costa Sudoeste ou a Ria Formosa, enfatizando o preconizado na Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 (Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, 7 de maio de 2018).”*

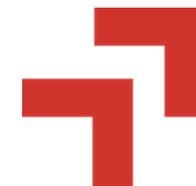
Prioridade:

Desenvolvimento de um programa de sensibilização e comunicação para os processos de Cogestão das Áreas Protegidas



Conservação da natureza, biodiversidade e património cultural :

- Promoção do conhecimento sobre o património natural e cultural;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização para a população em geral e da população escolar em particular.



INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermediário (2024)	Meta (2029)
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCO36	Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não adaptação às alterações climáticas	Hectares	0	553,00
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCO37	Superfícies dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	Hectares	0	1.852,00
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCO38	Área de terreno reabilitado apoiada	Hectares	0	362,00

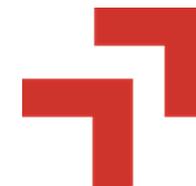
INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCR52	Terrenos reabilitados para zonas verdes, habitação social, atividades económicas ou outras utilizações	Hectares	0	0	120,00	SI PT2030	
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCR95	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	Pessoas	0	0	6.803	SI PT2030	



DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	046. Apoio às entidades que prestam serviços que contribuem para a economia hipocarbónica e para a resiliência às alterações climáticas, incluindo medidas de sensibilização	6.000.000,00
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	078. Proteção, restauração e utilização sustentável dos sítios Natura 2000	23.000.000,00
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	079. Proteção da natureza e da biodiversidade, património e recursos naturais, infraestruturas verdes e azuis	12.600.000,00
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	080. Outras medidas destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos domínios da preservação e restauração de áreas naturais com elevado potencial de absorção e armazenamento de carbono – por exemplo através da reumidificação de zonas pantanosas – e da captura de gases de aterro	4.500.000,00
2A	RSO2.7	Total			57.300.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade	Ações de sensibilização e comunicação dos processos de cogestão das áreas protegidas	Intenção	2024	Algarve	AMAL	333.333 €	200.000 €	60%
						333.333 €	200.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **200.000 € (2,5 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

RCO38 – Área de terreno reabilitada apoiada

- Objetivo Intermédio (2024) : **3 hectares**
- Meta (2029): **6 hectares**

Proposta de Indicadores de resultado :

RCR52 – Terrenos reabilitados para zonas verdes, habitação social, atividades económicas ou outras utilizações

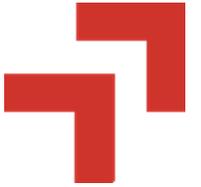
- Objetivo Intermédio (2024) : **1 hectare**
- Meta (2029): **3 hectares**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 079. Proteção da natureza e da biodiversidade, património e recursos naturais, infraestruturas verdes e azuis | **200 000 €**

Contributo para o Tagging :

- 079. Proteção da natureza e da biodiversidade, património e recursos naturais, infraestruturas verdes e azuis | **40 % | 80 000 €**
- **Total | 80 000 €**



2.7 Conservação da natureza e biodiversidade (Eixo 3)

- **O foco da política** é: *“Ações de adaptação da biodiversidade às alterações climáticas, recuperação de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactes severos e valorização ambiental e gestão polivalente das áreas florestais promotoras da biodiversidade; Ações de valorização do capital natural associado ao ordenamento, manutenção e recuperação da funcionalidade dos ecossistemas aquáticos, ribeirinhos e de zonas húmidas, em áreas com estado de conservação desfavorável, incluindo a reabilitação e renaturalização ecológica, bem como a promoção da navegabilidade em conformidade com os valores em presença; Criação de infraestruturas verdes associadas aos recursos hídricos, como fomento da conectividade ecológica; **Ações de valorização dos espaços urbanos e periurbanos, mediante a qualificação de espaços verdes com vista à resiliência num cenário de alterações climáticas e criação de infraestruturas verdes contribuindo para o fomento da biodiversidade em meio urbano numa lógica de mitigação de fenómenos urbanos (e.g ondas de calor)...**”*
- Neste contexto a intervenção na escala intermunicipal, assegura sinergias na resposta nas abordagens supra municipais. Esta abordagem não impede projetos específicos e com maturidade na esfera de intervenção dos Municípios.



2.7 Conservação da natureza e biodiversidade

Enquadramento Regional : *“A região reúne competências e escala adequadas para se afirmar como um laboratório de sustentabilidade, para testar soluções com carácter demonstrador, por exemplo ao nível energético, com vista à obtenção de maior eficiência, mediante recurso a fontes renováveis, favorecendo abordagens mais circulares, mais envolventes com os cidadãos e mais criativas, em linha com o Pacto Ecológico Europeu. O vasto território com algum estatuto de proteção (áreas protegidas e Rede Natura 2000) constitui um ativo estratégico para a promoção da biodiversidade, da qualidade de vida regional e afirmação de um destino turístico qualificado e diferenciador. É fundamental dar um salto qualitativo na valorização territorial, com vista ao desenvolvimento sustentável e competitivo do Algarve, numa lógica incremental de transição ecológica de longo prazo. (...) **A biodiversidade é preponderante neste território, constituindo o Parque Natural do Vale do Guadiana e as duas paisagens protegidas locais da Rocha da Pena e da Fonte Benémola, espaços de preservação e conservação dos valores naturais por excelência, a que acrescem as serras do Cercal, Espinhaço de Cão, Monchique, Caldeirão e Monte Figo, salientando-se a importância dos habitats e espécies aí existentes, que justificam a sua integração em Rede Natura 2000 (...) O papel assumido pelo vasto território com algum estatuto de proteção (áreas protegidas e Rede Natura 2000), assim como os corredores ecológicos, as áreas florestais públicas e privadas e as massas de água terrestres e marinhas - aqui se incluindo as pradarias marinhas e as áreas marinhas protegidas, que disponibilizam importantes serviços ecossistémicos e contribuem para o resgate de carbono, é determinante no Algarve, pois qualificam e diferenciam a região, enquanto ativo estratégico para a promoção da biodiversidade, da qualidade de vida e afirmação do destino (...) No entanto, a reconhecida qualidade ambiental está insuficientemente considerada enquanto mais valia regional, sendo fundamental dar um salto qualitativo na valorização territorial, com vista ao desenvolvimento sustentável e competitivo do Algarve, numa lógica incremental de transição ecológica de longo prazo. Novos desafios se colocam, para além das ameaças a que os habitats do Algarve se encontram atualmente expostos. (...) As novas pressões decorrentes das alterações climáticas podem provocar a migração de espécies e habitats para norte, em altitude, ou mesmo o seu desaparecimento, tornando-se relevante a criação de corredores ecológicos entre territórios da Rede Natura 2000, de forma a facilitar a persistência dos mesmos(...)”***

Prioridade:

A intervenção para reforço da biodiversidade e valorização de ativos territoriais e ambientais



Conservação da natureza, biodiversidade e património cultural:

- Ações dirigidas à recuperação e proteção de espécies ameaçadas inscritas no Cadastro Nacional de Valores Classificados, e/ou com estado de conservação desfavorável e habitats naturais com estado de conservação desfavorável;
- Ações de adaptação da biodiversidade às alterações climáticas, recuperação de ecossistemas degradados ou sujeitos a impactes severos e valorização ambiental e gestão polivalente das áreas florestais promotoras da biodiversidade;
- Ações de valorização do capital natural associado ao ordenamento, manutenção e recuperação da funcionalidade dos ecossistemas aquáticos, ribeirinhos e de zonas húmidas, em áreas com estado de conservação desfavorável, incluindo a reabilitação e renaturalização ecológica, bem como a promoção da navegabilidade em conformidade com os valores em presença;
- Criação de infraestruturas verdes associadas aos recursos hídricos, como fomento da conectividade ecológica;
- Ações de valorização dos espaços urbanos e periurbanos, mediante a qualificação de espaços verdes com vista à resiliência num cenário de alterações climáticas e criação de infraestruturas verdes contribuindo para o fomento da biodiversidade em meio urbano;
- Ações de valorização do património natural e cultural associado aos sistemas ribeirinhos no contexto rural do interior;
- Concretização das ações dos Programas de Reordenamento e Gestão da Paisagem nos territórios vulneráveis, complementando as intervenções a realizar no âmbito do PRR, quer ao nível das ações, quer em outros territórios enquanto projetos de interesse coletivo;
- Ações dirigidas à conservação e valorização de geossítios e monumentos naturais;



Conservação da natureza, biodiversidade e património cultural (cont.):

- Ações de prevenção e controlo de espécies exóticas invasoras;
- Promoção de retenção de água nas linhas de água afluentes, beneficiando as condições ambientais e contrariando a desertificação e criação de infraestruturas verdes de suporte à visitação e usufruto de espaços, com a recuperação/valorização de zonas notáveis do ponto de vista ambiental e cénico, incluindo a criação de condições para a mobilidade ciclável e garantindo exclusivamente usos compatíveis com a proteção dos valores naturais e da biodiversidade em presença;
- Promoção do conhecimento sobre o património natural e cultural;
- Desenvolvimento de ações de sensibilização para a população em geral e da população escolar em particular.

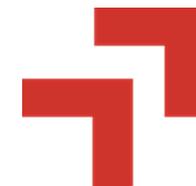


INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCO36	Infraestruturas verdes apoiadas para outros fins que não adaptação às alterações climáticas	Hectares	0	553,00
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCO37	Superfícies dos sítios Natura 2000 abrangidos por medidas de proteção e restauração	Hectares	0	1.852,00
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCO38	Área de terreno reabilitado apoiada	Hectares	0	362,00

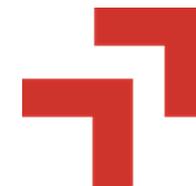
INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCR52	Terrenos reabilitados para zonas verdes, habitação social, atividades económicas ou outras utilizações	Hectares	0	0	120,00	SI PT2030	
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	RCR95	População com acesso a infraestruturas verdes novas ou melhoradas	Pessoas	0	0	6.803	SI PT2030	



DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	046. Apoio às entidades que prestam serviços que contribuem para a economia hipocarbónica e para a resiliência às alterações climáticas, incluindo medidas de sensibilização	6.000.000,00
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	078. Proteção, restauração e utilização sustentável dos sítios Natura 2000	23.000.000,00
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	079. Proteção da natureza e da biodiversidade, património e recursos naturais, infraestruturas verdes e azuis	12.600.000,00
2A	RSO2.7	FEDER	Em transição	080. Outras medidas destinadas a reduzir as emissões de gases com efeito de estufa nos domínios da preservação e restauração de áreas naturais com elevado potencial de absorção e armazenamento de carbono – por exemplo através da reumidificação de zonas pantanosas – e da captura de gases de aterro	4.500.000,00
2A	RSO2.7	Total			57.300.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade	Ações de implementação dos processos de cogestão da reserva natural Castro Marim - VRSA , e do parque natural da ria formosa	Intenção	2024	Algarve	Municípios abrangidos	3.157.080 €	1.894.248 €	60%
	Criação de um Centro de Acolhimento e Interpretação do Castelo de Paderne	Intenção	2024	Albufeira	Município de Albufeira	500.000 €	300.000 €	60%
	Construção de canal navegável na ribeira dos Cadavais, entre o rio Guadiana e a praia fluvial	Em fase de Pré-projeto	2026	Alcoutim	Município de Alcoutim	800.000 €	480.000 €	60%
	Criação de passadiço entre a zona ribeirinha da vila de Alcoutim e o centro náutico	Em fase de Pré-projeto	2024	Alcoutim	Município de Alcoutim	1.000.000 €	600.000 €	60%
	Prevenção, controlo e erradicação de espécies invasoras no concelho de Castro Marim	Intenção	2024	Castro Marim	Município de Castro Marim	80.000 €	48.000 €	60%
	Instalação de parque de educação ambiental e circuito de atividade física em ambiente periurbano da Quinta do Eucalipto	Intenção	2024	Faro	Município de Faro	750.000 €	450.000 €	60%
	Construção do Percurso Pedonal entre Cais do Calhau (Mexilhoeira da Carregação) e Pontão da Ribeira (Parchal)	Em fase de Pré-projeto	2024	Lagoa	Município de Lagoa	1.000.000 €	600.000 €	60%
	Parque Urbano do Parchal	Projeto técnico	2023	Lagoa	Município de Lagoa	2.312.920 €	1.387.752 €	60%
	Centro de Interpretação do Lince Ibérico	Projeto transitado do PT 2020	2024	Silves	Município de Silves	800.000 €	480.000 €	60%



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade	Restabelecimento do parque de lazer do Perímetro florestal da Conceição de Tavira e criação de percursos pedestres	Projeto técnico	2024	Tavira	Município de Tavira	250.000 €	150.000 €	60%
	Defesa da floresta contra agentes bióticos e abióticos	Em fase de Pré-projeto	2024	Tavira	Município de Tavira	200.000 €	120.000 €	60%
	Reforço do cordão dunar/ilhas barreiras	Intenção	2027	Tavira	Município de Tavira	500.000 €	300.000 €	60%
	Criação de estruturas de observação de aves	Intenção	2024	Vila do Bispo	Município de Vila do Bispo	800.000 €	480.000 €	60%
	Reabilitação da Zona Poente de Olhão - Renaturalização das Tapadas	Projeto técnico	2024	Olhão	Município de Olhão	850.000 €	510.000 €	60%
						13.000.000 €	7.800.000 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **7.800.000 € (97,50 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

RCO38 – Área de terreno reabilitada apoiada

- Objetivo Intermédio (2024) : **112 hectares**
- Meta (2029): **224 hectares**

Proposta de Indicadores de resultado :

RCR52 – Terrenos reabilitados para zonas verdes, habitação social, atividades económicas ou outras utilizações

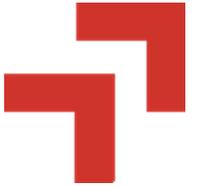
- Objetivo Intermédio (2024) : **37 hectares**
- Meta (2029): **74 hectares**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 079. Proteção da natureza e da biodiversidade, património e recursos naturais, infraestruturas verdes e azuis | **7.800.000 €**

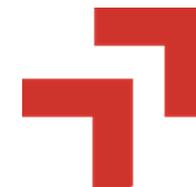
Contributo para o Tagging :

- 079. Proteção da natureza e da biodiversidade, património e recursos naturais, infraestruturas verdes e azuis | **40 % | 3.120.000€**
- **Total | 3.120.000 €**



5.1 Dinamização de Ativos Territoriais (Eixo3)

- **O foco da política** é: *“As abordagens territoriais integradas concretizam o princípio de subsidiariedade, sendo um veículo privilegiado para reforçar os processos de descentralização para a esfera local e sub-regional, em particular aos níveis intermunicipal e urbano, garantindo simultaneamente a articulação multinível com o reforço das funções da Região (NUTS II) Algarve. Pela mobilização articulada de diversos instrumentos e atores e pela escala de intervenção, as abordagens territoriais são as mais adequadas para explorar a diversidade de cada território e construir complementaridades que potenciem a competitividade e sustentabilidade da Região e a sua coesão interna. As intervenções ao abrigo deste objetivo Específico (OE) visam contribuir para a estruturação do sistema urbano policêntrico regional. No plano operacional, o objetivo prioritário é o de contribuir para o reforço, a modernização e a capacitação das redes e de equipamentos de Serviços de Interesse Geral (SIG). Pretende-se garantir a adequada provisão dos serviços e a sua disponibilidade e acessibilidade por parte das populações, contribuindo para a estruturação dos subsistemas territoriais enquanto fator de fixação e de atração de população, combatendo a pobreza e a exclusão socio espacial das cidades. Debaixo deste objetivo-chapéu, serão igualmente tidas em conta dimensões como a da articulação entre os centros urbanos regionais com os espaços rurais envolventes, assumindo o seu papel estruturante e competitivo do território e estratégico do espaço europeu e ibérico na confluência das rotas mediterrânea e atlântica, apostando no reforço de eficiência da mobilidade (mais descarbonizada), e nas condições de contexto para a competitividade económica e atratividade territorial.”*



5.1 Dinamização de Ativos Territoriais

Enquadramento Regional : *“A assunção de um quadro favorável para a inovação territorial, poderá beneficiar da permeabilidade inerente à provisão de serviços de interesse geral, cuja afetação aos diferentes polos do sistema urbano regional deve obedecer a um racional concertado com os setores responsáveis - Educação, Saúde, área Social e Cultura – procurando a eficiência das redes de serviços públicos e assegurando equidade e igualdade na cobertura e condições de acesso, sejam estes providos de forma tradicional ou inovadora. É precisamente neste âmbito que o Algarve pode posicionar-se de forma competitiva, através da dinâmica registada pelas empresas da área tecnológica, inovando na oferta de soluções e produtos para as pessoas, empresas e entidades prestadoras de serviços.”*

“...os territórios de baixa densidade devem assumir-se como espaço de equilíbrio e elemento charneira de uma organização mais coesa do território e dos seus sistemas produtivos, impondo-se uma interligação funcional entre o litoral urbano e o interior para aproveitar eficientemente recursos que materializem novas oportunidades de desenvolvimento, promovendo maiores níveis de coesão.”

Prioridade:

Projetos que promovem a qualificação, a sustentabilidade e valorização do Território, especialmente em segmentos diferenciadores e emergentes; projetos que pretendem a valorização da identidade regional; Projetos de qualificação e valorização da atividade cultural, criativa, especialmente em segmentos diferenciadores e emergentes com o objetivo de gerar mais emprego e dar notoriedade aos territórios;



Eixo 3 – Dinamização de ativos territoriais :

- Refuncionalização de equipamentos;
- Qualificação de espaço público acessível, seguro e inclusivo;
- Valorização cultural, do património (histórico e natural), qualificação da oferta, reforçando o papel da cultura e afirmando a identidade;
- Património cultural e museus;

INDICADORES DE REALIZAÇÕES:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RCO74	População abrangida por projetos no âmbito de estratégias de desenvolvimento territorial integrado	Pessoas	0	467.475
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RCO75	Estratégias de desenvolvimento territorial integrado apoiadas	Contribuições para estratégias	0	2



INDICADORES DE RESULTADOS:

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	ID	Indicador	Unidade de medida	Valor de base ou valor de referência	Ano de referência	Meta (2029)	Fonte de Dados	Observações
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RSR10	Projetos transversais de âmbito intermunicipal	Número	0	0	14,00	SI PT2030	
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	RSR11	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	Número	0	0	21,00	SIPT2030	

DIMENSÃO 1 – DOMÍNIO DE INTERVENÇÃO

Prioridade	Objetivo específico	Fundo	Categoria de região	Código	Montante (EUR)
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	165. Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos de turismo e serviços turísticos	4.000.000,00
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	166. Proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e dos serviços culturais	11.700.000,00
5A	RSO5.1	FEDER	Em transição	168. Reabilitação física e segurança de espaços públicos	3.000.000,00
5A	RSO5.1	Total			38.200.000,00



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Museus	Requalificação do Museu António da Ermida de St.º António do Alto	Projeto técnico	2024	Faro	Município de Faro	159.000 €	32.365 €	20%
	Centro Interpretativo do Mundo Rural de Odiáxere	Projeto técnico	2023	Lagos	Município de Lagos	750.000 €	152.666 €	20%
	Casa Manuel Teixeira Gomes	Em fase de Pré-projeto	2023	Portimão	Município de Portimão	2.000.000 €	407.109 €	20%
	Núcleo Fenício do Museu Municipal	Em fase de Pré-projeto	2027	Tavira	Município de Tavira	2.000.000 €	407.109 €	20%
	Conteúdos digitais interpretativos para o Museu de Vila do Bispo - Celeiro da História	Projeto técnico	2024	Vila do Bispo	Município de Vila do Bispo	300.000 €	61.066 €	20%
	Digitalização da coleção de cartazes de cinema, publicidade de circo do Museu Municipal de Faro	Intenção	2023	Faro	Município de Faro	50.000 €	10.178 €	20%
	Reabilitação do Forte Ponta da Bandeira	Em fase de Pré-projeto	2024	Lagos	Município de Lagos	1.500.000 €	305.332 €	20%
Valorização do Património cultural	Reabilitação do Espaço da antiga Igreja Matriz de Albufeira (atual Quintal da Câmara Municipal) com vista à ampliação do Museu Municipal de Arqueologia de Albufeira	Projeto técnico	2024	Albufeira	Município de Albufeira	1.662.368 €	338.382 €	20%
	Reabilitação do Palácio da Galeria incluído eficiência energética	Em fase de Pré-projeto	2026	Tavira	Município de Tavira	1.000.000 €	203.554 €	20%
	Reabilitação da Igreja de S. Sebastião	Em fase de Pré-projeto	2023	Lagos	Município de Lagos	1.600.000 €	325.687 €	20%
	Reabilitação/ Requalificação do Auditório Municipal	Projeto técnico	2024	Portimão	Município de Portimão	2.500.000 €	508.886 €	20%
	Espaço cultural da corredoura (ex DPRU)	Em fase de Pré-projeto	2026	Tavira	Município de Tavira	1.500.000 €	305.332 €	20%
						15.021.368 €	3.057.667 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **3.057.667 € (42,5 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

RCO77 – Número de sítios culturais e turísticos apoiados

- Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
- Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Indicadores de resultado :

RCR77 – Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados

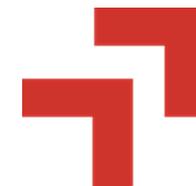
- Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
- Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 166. Proteção, desenvolvimento e promoção do património cultural e dos serviços culturais | **3.057.667€**

Contributo para o Tagging :

- Sem contributo para o Tagging



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Produtos turísticos sub-regionais e locais	Recuperação do Centro de Congressos do Arade	Em curso	2023	Lagoa	Município de Lagoa	1.400.000 €	284.976	20%
						1.400.000 €	284.976 €	

Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **284.976 € (4,0 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

RCO77 – Número de sítios culturais e turísticos apoiados

- Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
- Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Indicadores de resultado :

RCR77 – Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados

- Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
- Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- 165. Proteção, desenvolvimento e promoção de ativos públicos de turismo e serviços turísticos | **284.976 €**

Contributo para o Tagging :

- Sem contributo para o Tagging



Identificação dos Projetos

Tipologia de Operação	Designação	Grau de Maturidade	Ano de Início	Localização	Promotor	Investimento (€)	Fundo (€)	Imputação do Investimento (%)
Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos	Requalificação da envolvente do Museu de Vila do Bispo - O Celeiro da História	Em fase de Pré-projeto	2024	Vila do Bispo	Município de Vila do Bispo	1.300.000 €	264.621 €	20%
	Ordenamento do tráfego rodoviário na zona ribeirinha de Alcoutim	Em fase de Pré-projeto	2026	Alcoutim	Município de Alcoutim	1.500.000 €	305.332 €	20%
	Construção de ciclovia entre a estação de BTT do campo de futebol e a ponte internacional entre Alcoutim e San Lúcar del Guadiana	Intenção	2026	Alcoutim	Município de Alcoutim	1.500.000 €	305.332 €	20%
	Renovação Urbana e Valorização da Ermida da Nossa Senhora da Conceição, em Alcoutim	Adjudicado	2023	Alcoutim	Município de Alcoutim	500.000 €	101.777 €	20%
	Celeiro de ideias	Projeto técnico	2024	Alcoutim	Município de Alcoutim	500.000 €	101.777 €	20%
	Requalificação e ampliação do Edifício Paços do Concelho e realocação dos serviços municipais	Projeto técnico	2024	Aljezur	Município de Aljezur	3.900.000 €	793.862 €	20%
	CimAbaixo - Vila Acessível e sem Carros (mobilidade urbana sustentável através da requalificação do espaço público)	Outra situação	2024	Monchique	Município de Monchique	4.000.000 €	814.218 €	20%
	Casa do Povo de Monchique - Centro de Associativo e Cultural	Revisão do Projeto	2025	Monchique	Município de Monchique	1.500.000 €	305.332 €	20%
	Mercado Municipal	Revisão do Projeto	2025	Monchique	Município de Monchique	1.500.000 €	305.332 €	20%
	Requalificação da Rua 1º de Maio, na Vila do Bispo, situada na zona antiga/histórica, que passará a pedonal, para fomentar estilo de vida saudável	Em fase de Pré-projeto	2024	Vila do Bispo	Município de Vila do Bispo	750.000 €	152.666 €	20%
	Requalificar a antiga Escola Básica n.º1 de Vila do Bispo para laboratórios culturais	Em fase de Pré-projeto	2024	Vila do Bispo	Município de Vila do Bispo	2.000.000 €	407.109 €	20%
						18.950.000 €	3.857.357 €	



Contributos da ITI AMAL para os indicadores do Programa Algarve 2030

A CIM definiu o racional e a prioridade de intervenção para este OE.

Tendo em conta o volume de fundo a mobilizar: **3.857.357 € (53,5 % da medida programada)**

Proposta de Indicadores de realização :

RCO114 – Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas

- Objetivo Intermédio (2024) : **sem meta estabelecida**
- Meta (2029): **sem meta estabelecida**

Proposta de Indicadores de resultado :

RSR11 – Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados

- Objetivo Intermédio (2024) : **1**
- Meta (2029): **2**

Proposta de Domínio de Intervenção:

- **168. Reabilitação física e segurança de espaços públicos | 3.857.357 €**

Contributo para o Tagging :

- **Sem contributo para o Tagging**



Indicadores de Realização

Eixo 3 – Algarve Território com valor e identidade

Identidade, sustentabilidade e valorização cultural



Objetivo Específico	Tipologia de Operação	Designação	Código	Unidade de Medida	Objetivo Intermédio (2024)	Meta (2029)
OE 2.7	Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade	Área de terreno reabilitado apoiada	RCO38	Hectares	115	230
OE 5.1	Museus	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	RCO77	Locais de interesse cultural e turístico	Meta não calculada	Meta não calculada
	Valorização do Património cultural	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	RCO77	Locais de interesse cultural e turístico	Meta não calculada	Meta não calculada
	Produtos turísticos sub-regionais e locais	Número de sítios culturais e turísticos apoiados	RCO77	Locais de interesse cultural e turístico	Meta não calculada	Meta não calculada
	Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos	Espaços abertos criados ou reabilitados em zonas urbanas	RCO114	Metros quadrados	Meta não calculada	Meta não calculada



Indicadores de Resultado

Eixo 3 – Algarve Território com valor e identidade

Identidade, sustentabilidade e valorização cultural



Objetivo Específico	Tipologia de Operação	Designação	Código	Unidade de Medida	Objetivo Intermediário (2024)	Meta (2029)
OE 2.7	Proteção e conservação da natureza e da biodiversidade	Terrenos reabilitados para zonas verdes, habitação social, atividades económicas ou outras utilizações	RCR52	Hectares	38	76
OE 5.1	Museus	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	RCR77	Visitantes/ano	Meta não calculada	Meta não calculada
	Valorização do Património cultural	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	RCR77	Visitantes/ano	Meta não calculada	Meta não calculada
	Produtos turísticos sub-regionais e locais	Visitantes de sítios culturais e turísticos apoiados	RCR77	Visitantes/ano	Meta não calculada	Meta não calculada
	Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos	Instituições envolvidas nos projetos de promoção da capacitação institucional e do desenvolvimento regional apoiados	RSR11	Número	1	2

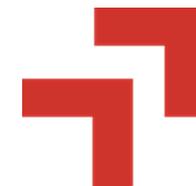
Abordagem Operacional

- Dimensões financeiras de Tagging do Programa Algarve 2030 associadas aos OE propostos para a ITI AMAL





- A CIMAMAL contribui com **67,6 %** do total do Tagging programado para o Instrumento ITI CIM
- A CIM AMAL contribui para **25,2%** do Tagging do Programa Algarve 2030
- A CIM contribui em quase todos os OE mobilizados para as intervenções Tagging



Objetivo Específico	Âmbito de Intervenção	Fundo Programado	Fundo Mobilizado	Dimensão Tagging ITI CIM	Dimensão Tagging CIM AMAL
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)	CIM	4.000.000 €	4.000.000 €	0 €	200.000 €
OE2.1 Eficiência energética na Administração Pública Regional e Local	Municípios	4.000.000 €	4.000.000 €	4.000.000 €	4.000.000 €
OE2.4 Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos	CIM/Municípios	18.000.000 €	18.000.000 €	18.000.000 €	17.500.000 €
OE2.5 Ciclo Urbano da Água em baixa (sistemas municipais)	Municípios	37.000.000 €	37.000.000 €	23.600.000 €	6.503.605 €
OE2.6 Gestão de Resíduos: sub investimentos em baixa	CIM/Municípios	27.000.000 €	27.000.000 €	10.800.000 €	10.800.000 €
OE4.7 Programa de (re) qualificação de adultos	CIM	300.000 €	300.000 €	0 €	0 €
OE4.11 Promoção do sucesso educativo	CIM	2.800.000 €	2.800.000 €	0 €	0 €
OE5.1 Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	Municípios	13.000.000 €	13.000.000 €	0 €	0 €
OE5.1 Saúde- cuidados de saúde primários	Municípios	3.000.000 €	3.000.000 €	0 €	0 €
OE5.1 Mobilidade a pedido	CIM	500.000 €	500.000 €	500.000 €	500.000 €
Total Eixo 1		109.600.000 €	109.600.000 €	56.900.000 €	39.503.605 €
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR) - Cidades Inteligentes	Municípios	2.000.000 €	2.000.000 €	200.000 €	0 €
OE2.4 Adaptação às Alterações Climáticas	CIM/Municípios	5.000.000 €	5.000.000 €	5.000.000 €	5.000.000 €
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Municípios	2.000.000 €	2.000.000 €	4.500.000 €	2.000.000 €
OE2.8 Mobilidade Sustentável	CIM/Municípios	15.600.000 €	15.600.000 €	16.000.000 €	11.570.000 €
OE5.1 Reabilitação e regeneração urbanas	Municípios	7.500.000 €	3.381.432 €	0 €	0 €
OE5.1 Ecossistemas de Inovação	Municípios		4.118.568 €		0 €
Total Eixo 2		32.100.000 €	32.100.000 €	25.700.000 €	18.570.000 €
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	CIM/Municípios	8.000.000 €	8.000.000 €	8.000.000 €	3.200.000 €
OE5.1 Património natural e cultural	Municípios	7.200.000 €	3.057.667 €	0 €	0 €
OE5.1 Produtos turísticos sub-regionais e locais	Municípios		284.976 €		0 €
OE5.1 Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos	Municípios		3.857.357 €		0 €
Total Eixo 3		15.200.000 €	15.200.000 €	8.000.000 €	3.200.000 €
Total		156.900.000 €	156.900.000 €	90.600.000 €	61.273.605 €



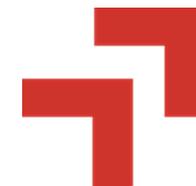
Quadros Resumo

Com base nos projetos já identificados na esfera Municipal



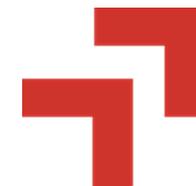
Identificação Objetivos, Indicadores e Metas

Quadro Prioridade 1 (incluindo Âncoras Prioridade 1) face aos valores programados



Objetivo Específico	Âmbito de Intervenção	Fundo Programado	Fundo Mobilizado em Prioridade 1	Variação
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)	CIM	4 000 000 €	4 000 000 €	0 €
OE2.1 Eficiência energética na Administração Pública Regional e Local	Municípios	4 000 000 €	4 000 000 €	0 €
OE2.4 Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos	CIM/Municípios	18 000 000 €	18 000 000 €	0 €
OE2.5 Ciclo Urbano da Água em baixa (sistemas municipais)	Municípios	37 000 000 €	37 000 000 €	0 €
OE2.6 Gestão de Resíduos: subinvestimentos em baixa	CIM/Municípios	27 000 000 €	27 000 000 €	0 €
OE4.7 Programa de (re) qualificação de adultos	CIM	300 000 €	300 000 €	0 €
OE4.11 Promoção do sucesso educativo	CIM	2 800 000 €	2 800 000 €	0 €
OE5.1 Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	Municípios	13 000 000 €	13 000 000 €	0 €
OE5.1 Saúde- cuidados de saúde primários	Municípios	3 000 000 €	3 000 000 €	0 €
OE5.1 Mobilidade a pedido	CIM	500 000 €	500 000 €	0 €
Eixo 1 - Total		109 600 000 €	109 600 000 €	0 €
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR) - Cidades Inteligentes	Municípios	2 000 000 €	2 000 000 €	0 €
OE2.4 Adaptação às Alterações Climáticas	CIM/Municípios	5 000 000 €	5 000 000 €	0 €
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	Municípios	2 000 000 €	2 000 000 €	0 €
OE2.8 Mobilidade Sustentável	CIM/Municípios	15 600 000 €	15 600 000 €	0 €
OE5.1 Reabilitação e regeneração urbanas	Municípios	7 500 000 €	3 381 432 €	0 €
OE5.1 Ecossistemas de Inovação	Municípios		4 118 568 €	
Eixo 2 - Total		32 100 000 €	32 100 000 €	0 €
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	CIM/Municípios	8 000 000 €	8 000 000 €	0 €
OE5.1 Património natural e cultural	Municípios	7 200 000 €	3 057 667 €	0 €
OE5.1 Produtos turísticos sub-regionais e locais	Municípios		284 976 €	
OE5.1 Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos	Municípios		3 857 357 €	
Eixo 3 - Total		15 200 000 €	15 200 000 €	0 €
Total		156 900 000 €	156 900 000 €	0 €

Quadro Prioridade 1 (incluindo Âncoras Prioridade 1) por Área de Intervenção



Objetivo Específico	Área de Intervenção																Total Geral		
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	São Brás de Alportel	Silves	Tavira	Vila do Bispo	Vila Real de Santo António		Algarve	
OE 1.2																	4 000 000 €	4 000 000 €	
OE 2.1		587 831 €		587 831 €	685 803 €				440 873 €	293 915 €	734 789 €		146 958 €	450 000 €			72 000 €	4 000 000 €	
OE 2.4	420 625 €	420 625 €	420 625 €	420 625 €	3 420 625 €	420 625 €	420 625 €	420 625 €	420 625 €	2 420 625 €	420 625 €		420 625 €	420 625 €	3 420 625 €	420 625 €	420 625 €	3 270 000 €	18 000 000 €
OE 2.5	3 255 513 €	3 990 000 €		5 070 000 €	2 304 000 €	3 360 000 €			1 486 800 €	2 910 000 €			630 000 €	4 488 990 €	60 000 €	900 000 €		8 544 697 €	37 000 000 €
OE 2.6	1 470 000 €			874 800 €	1 224 334 €	210 000 €		758 136 €	720 000 €	1 668 000 €			1 020 000 €	450 000 €			60 000 €	18 544 730 €	26 999 999 €
OE 4.7																		300 000 €	300 000 €
OE 4.11																		2 800 000 €	2 800 000 €
OE5.1 - Infraestruturas de educação	1 889 939 €		2 035 316 €		2 213 474 €			288 820 €	2 923 492 €	2 098 243 €	1 550 717 €								13 000 000 €
OE5.1 - Cuidados de saúde primários																		3 000 000 €	3 000 000 €
OE5.1 - Mobilidade a Pedido																		500 000 €	500 000 €
Eixo 1 - Total	7 036 076 €	4 998 456 €	2 455 941 €	6 953 256 €	9 848 235 €	3 990 625 €	420 625 €	1 467 581 €	5 991 791 €	9 390 783 €	2 706 131 €	1 197 583 €	6 379 615 €	3 930 625 €	1 320 625 €	480 625 €	41 031 427 €	109 600 000 €	
OE 1-2	30 000 €							180 000 €			360 000 €						88 983 €	1 341 017 €	2 000 000 €
OE 2.4				288 000 €			1 800 000 €	132 000 €										2 780 000 €	5 000 000 €
OE 2.7								260 000 €		1 140 000 €				600 000 €					2 000 000 €
OE 2.8	530 000 €				50 000 €			1 320 000 €		2 990 000 €			180 000 €	360 000 €	450 000 €		720 000 €	9 000 000 €	15 600 000 €
OE5.1 - Reabilitação e regeneração urbanas	193 620 €							169 556 €			1 161 721 €		276 600 €	238 423 €	1 341 511 €				3 381 432 €
OE 5.1 - Ecossistemas de Inovação	235 110 €				1 283 414 €			1 383 002 €					829 801 €	110 640 €	276 600 €				4 118 568 €
Eixo 2 - Total	988 730 €	- €	- €	288 000 €	1 333 414 €	- €	1 800 000 €	3 444 558 €	- €	4 130 000 €	1 521 721 €	1 286 401 €	709 063 €	2 668 112 €	88 983 €	720 000 €	13 121 017 €	32 100 000 €	
OE 2.7	300 000 €	1 080 000 €		48 000 €	450 000 €	1 987 752 €				510 000 €			480 000 €	570 000 €	480 000 €			2 094 248 €	8 000 000 €
OE 5.1 - Valorização do Património cultural e natural	338 382 €				42 543 €		783 685 €				915 995 €			915 995 €	61 066 €				3 057 666 €
OE5.1 - Produtos turísticos subregionais e locais							284 976 €												284 976 €
OE5.1 - Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos		814 218 €	793 862 €						1 424 881 €							824 396 €			3 857 357 €
Eixo 3 - Total	638 382 €	1 894 218 €	793 862 €	48 000 €	492 543 €	2 272 728 €	783 685 €	- €	1 424 881 €	510 000 €	915 995 €	- €	480 000 €	1 485 995 €	1 365 462 €	- €	2 094 248 €	15 200 000 €	
Total Geral	8 663 189 €	6 892 674 €	3 249 803 €	7 289 256 €	11 674 192 €	6 263 353 €	3 004 310 €	4 912 139 €	7 416 672 €	14 030 783 €	5 143 847 €	2 483 984 €	7 568 678 €	8 084 732 €	2 775 070 €	1 200 625 €	56 246 692 €	156 900 000 €	

Quadro Prioridade 2 (incluindo Âncoras Prioridade 2) por Área de Intervenção



Objetivo Específico	Área de Intervenção																	
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	São Brás de Alportel	Silves	Tavira	Vila do Bispo	Vila Real de Santo António	Algarve	Total
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)	963 000 €	990 000 €		288 000 €	90 000 €	60 000 €	300 000 €	300 000 €			138 000 €				9 540 €			3 138 540 €
OE2.1 Eficiência energética na Administração Pública Regional e Local					430 302 €					900 000 €	1 050 000 €	480 000 €		60 000 €	480 000 €			3 400 302 €
OE2.4 Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos	332 100 €				34 800 €			1 569 246 €	144 000 €			2 217 000 €	780 000 €			120 000 €		5 197 146 €
OE2.5 Ciclo Urbano da Água em baixa (sistemas municipais)	5 228 017 €			1 200 000 €	2 952 000 €					3 750 000 €		2 400 000 €	4 145 795 €	330 000 €	180 000 €			20 185 811 €
OE2.6 Gestão de Resíduos: subinvestimentos em baixa	960 000 €	300 000 €						2 541 300 €		1 500 000 €		1 045 200 €	2 220 000 €		330 000 €			8 896 500 €
OE4.7 Programa de (re) qualificação de adultos																		0 €
OE4.11 Promoção do sucesso educativo																		0 €
OE5.1 Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário	21 510 000 €			1 200 000 €	15 281 595 €	900 000 €	1 800 000 €		150 000 €		6 000 000 €	1 080 000 €	10 710 000 €	690 000 €	1 200 000 €			60 521 595 €
OE5.1 Mobilidade a pedido																		0 €
OE5.1 Saúde- cuidados de saúde primários	2 812 800 €																	2 812 800 €
Eixo 1	31 805 917 €	1 290 000 €	0 €	2 688 000 €	18 788 697 €	960 000 €	2 100 000 €	4 410 546 €	294 000 €	6 150 000 €	7 188 000 €	7 222 200 €	17 855 795 €	1 080 000 €	2 199 540 €	120 000 €	0 €	104 152 694 €
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR) - Cidades Inteligentes																		0 €
OE2.4 Adaptação às Alterações Climáticas	648 000 €	393 000 €										228 000 €				90 000 €		1 359 000 €
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	600 000 €				5 400 000 €							270 000 €						6 270 000 €
OE2.8 Mobilidade Sustentável	2 629 200 €				1 342 192 €					1 050 000 €	1 680 000 €	90 000 €		285 000 €				7 076 392 €
OE5.1 Ecossistemas de Inovação	210 000 €				6 478 038 €							600 000 €						7 288 038 €
OE5.1 Reabilitação e regeneração urbanas	120 000 €			1 050 000 €				15 267 913 €				984 000 €		600 000 €				18 021 913 €
Eixo 2	4 207 200 €	393 000 €	0 €	1 050 000 €	13 220 230 €	0 €	0 €	15 267 913 €	0 €	1 050 000 €	1 680 000 €	2 172 000 €	0 €	885 000 €	0 €	90 000 €	0 €	40 015 343 €
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural	4 570 150 €				5 100 000 €		1 800 000 €		480 000 €	1 620 000 €		162 000 €			240 000 €			13 972 150 €
OE5.1 Património natural e cultural	6 755 820 €	3 300 000 €	1 620 000 €	1 432 800 €			3 600 000 €			3 000 000 €	2 640 000 €	1 230 000 €			966 000 €	300 000 €		24 844 620 €
OE5.1 Produtos turísticos subregionais e locais												45 000 €		270 000 €				315 000 €
OE5.1 Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos				1 200 000 €				2 211 425 €			5 310 000 €				180 000 €	60 000 €		8 961 425 €
Eixo 3	11 325 970 €	3 300 000 €	1 620 000 €	2 632 800 €	5 100 000 €	0 €	5 400 000 €	2 211 425 €	480 000 €	4 620 000 €	7 950 000 €	1 437 000 €	0 €	270 000 €	1 386 000 €	360 000 €	0 €	48 093 195 €
Total	47 339 087 €	4 983 000 €	1 620 000 €	6 370 800 €	37 108 927 €	960 000 €	7 500 000 €	21 889 884 €	774 000 €	11 820 000 €	16 818 000 €	10 831 200 €	17 855 795 €	2 235 000 €	3 585 540 €	570 000 €	0 €	192 261 232 €



Quadro de Maturidade Prioridade 1 (incluindo Âncoras Prioridade 1) por Área de Intervenção

Grau de Maturidade	Área de Intervenção																Total Geral	
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	São Brás de Alportel	Silves	Tavira	Vila do Bispo	Vila Real de Santo António		Algarve
Adjudicado	5	1						3		1								10
Em Concurso				1						1	1							3
Em curso					1	2		3	4	2	1	1	3		1		1	19
Em fase de Pré-projeto	1	7	1	2	1	4	2	2	4	2	2	2	1	9	4	2		42
Intenção	19	4	2	4	8	1	2	3	10	10	2	3	2	6	4	1	29	110
Projeto técnico	7	6	1	2	5	5	1	4		5	3	1	17	1	3			61
Projeto transitado do PT 2020													1					1
Outra situação									3				1					4
Total Geral	32	18	4	9	15	12	5	15	17	21	9	7	25	16	12	3	30	250
Grau de projetos de alta maturidade (%)	37,5%	38,9%	25,0%	33,3%	40,0%	58,3%	20,0%	66,7%	23,5%	42,9%	55,6%	28,6%	84,0%	6,3%	33,3%	0,0%	3,3%	37,6%



Quadro de Maturidade Âncoras Prioridade 1 por Área de Intervenção

Grau de Maturidade	Área de Intervenção																Total Geral	
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	São Brás de Alportel	Silves	Tavira	Vila do Bispo	Vila Real de Santo António		Algarve
Adjudicado																		0
Em Concurso											1							1
Em curso					1			1	1		1		3					8
Em fase de Pré-projeto		1	1	1			2				2	2	1	5	2			17
Intenção	3		1		2		1		2			1			1			11
Projeto técnico	1		1		3		1	2		2	2	1	14		3			30
Projeto transitado do PT 2020													1					1
Outra situação													1					1
Total Geral	4	1	3	1	6	0	4	3	3	2	6	5	20	5	6	0	0	69
Grau de projetos de alta maturidade (%)	25,0%	0,0%	33,3%	0,0%	66,7%	s/projetos identificados	25,0%	100,0%	33,3%	100,0%	66,7%	40,0%	90,0%	0,0%	50,0%	s/projetos identificados	s/projetos identificados	58,0%



Quadro de Maturidade Prioridade 1 por Área de Intervenção (excluindo projetos âncora)

Grau de Maturidade	Área de Intervenção																Total Geral	
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	São Brás de Alportel	Silves	Tavira	Vila do Bispo	Vila Real de Santo António		Algarve
Adjudicado	5	1	0	0	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	0	10
Em Concurso	0	0	0	1	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	2
Em curso	0	0	0	0	0	2	0	2	3	2	0	0	0	0	1	0	1	11
Em fase de Pré-projeto	1	6	0	1	1	4	0	2	0	2	0	0	0	4	0	2	0	23
Intenção	16	4	1	4	6	1	1	3	8	10	2	2	2	6	3	1	29	99
Projeto técnico	6	6	0	2	2	5	0	2	0	3	1	0	3	1	0	0	0	31
Projeto transitado do PT 2020	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Outra situação	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Total Geral	28	17	1	8	9	12	1	12	11	19	3	2	5	11	4	3	30	176
Grau de projetos de alta maturidade (%)	39,3%	41,2%	0,0%	37,5%	22,2%	58,3%	0,0%	58,3%	27,3%	36,8%	33,3%	0,0%	60,0%	9,1%	25,0%	0,0%	3,3%	30,7%



Quadro de Maturidade Prioridade 2 (incluindo Âncoras Prioridade 2) por Área de Intervenção

Grau de Maturidade	Área de Intervenção																Total Geral	
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	São Brás de Alportel	Silves	Tavira	Vila do Bispo	Vila Real de Santo António		Algarve
Adjudicado	2				1			1										4
Em Concurso	1				12			3		1			1					18
Em curso								1					2					3
Em fase de Pré-projeto	7			2		1		2		8	7	3	6	5	3	1		45
Intenção	69	7	1	6	8	1	1	12	2	5	11	33	4	4	8	3		175
Projeto técnico	7	1			8		1	2	1	4	2	3	5		1			35
Projeto transitado do PT 2020								3										3
Outra situação								1										1
Total Geral	86	8	1	8	29	2	5	22	3	18	20	39	18	9	12	4	0	284
Grau de projetos de alta maturidade (%)	11,6%	12,5%	0,0%	0,0%	72,4%	0,0%	80,0%	31,8%	33,3%	27,8%	10,0%	7,7%	44,4%	0,0%	8,3%	0,0%	s/projetos	22,2%



Quadro de Maturidade Âncoras Prioridade 2 por Área de Intervenção

Grau de Maturidade	Área de Intervenção																	Total Geral	
	Albufeira	Alcoutim	Aljezur	Castro Marim	Faro	Lagoa	Lagos	Loulé	Monchique	Olhão	Portimão	São Brás de Alportel	Silves	Tavira	Vila do Bispo	Vila Real de Santo António	Algarve		
Adjudicado								1											1
Em Concurso					1			1											2
Em curso								1											1
Em fase de Pré-projeto								1		1			1	1	1				5
Intenção	7						1	3			2	1							14
Projeto técnico					1						1	1							3
Projeto transitado do PT 2020							1												1
Outra situação																			0
Total Geral	7	0	0	0	2	0	2	7	0	1	3	2	1	1	1	0	0	27	
Grau de projetos de alta maturidade (%)	0,0%	s/projetos identificados	s/projetos identificados	s/projetos identificados	100,0%	s/projetos identificados	50,0%	42,9%	s/projetos identificados	0,0%	33,3%	50,0%	0,0%	0,0%	0,0%	s/projetos identificados	s/projetos identificados	29,6%	

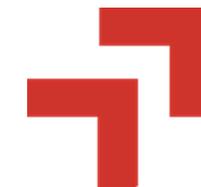
Quadro de Ano de Arranque Prioridade 1 (incluindo Âncoras Prioridade 1)

Objetivo Específico	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)					2	7			9
OE2.1 Eficiência energética na Administração Pública Regional e Local			1	1	4	2	1		9
OE2.4 Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos					16	3	3		22
OE2.5 Ciclo Urbano da Água em baixa (sistemas municipais)	1	2		19	21	16	6	5	70
OE2.6 Gestão de Resíduos: subinvestimentos em baixa		1		12	10	5	1	1	30
OE4.7 Programa de (re) qualificação de adultos					2				2
OE4.11 Promoção do sucesso educativo					2				2
OE5.1 Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário			1	6	6	1			14
OE5.1 Saúde- cuidados de saúde primários					1				1
OE5.1 Mobilidade a pedido					1				1
Eixo 1 - Total	1	3	2	38	65	34	11	6	160
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR) - Cidades Inteligentes			1	1	2	1	1		6
OE2.4 Adaptação às Alterações Climáticas					4	1			5
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural		1			1	2			4
OE2.8 Mobilidade Sustentável					8	4	2		14
OE5.1 Reabilitação e regeneração urbanas				5	2	2	1	1	11
OE5.1 Ecossistemas de Inovação				1	7	3			11
Eixo 2 - Total	0	1	1	7	24	13	4	1	51
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural				1	12		1	1	15
OE5.1 Património natural e cultural				4	5		2	1	12
OE5.1 Produtos turísticos subregionais e locais				1					1
OE5.1 Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos				1	6	2	2		11
Eixo 3 - Total	0	0	0	7	23	2	5	2	39
Total	1	4	3	52	112	49	20	9	250



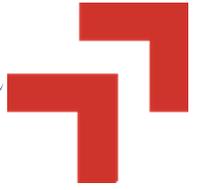
Quadro de Ano de Arranque Prioridade 2 (incluindo Âncoras Prioridade 2)

Objetivo Específico	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	Total
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR)				1	9	2	1		13
OE2.1 Eficiência energética na Administração Pública Regional e Local				3	9	3			15
OE2.4 Proteção Civil e Gestão Integrada de Riscos				5	15	3		2	25
OE2.5 Ciclo Urbano da Água em baixa (sistemas municipais)	1	1		5	11	7	3	1	29
OE2.6 Gestão de Resíduos: subinvestimentos em baixa					16	10	3	2	31
OE4.7 Programa de (re) qualificação de adultos									0
OE4.11 Promoção do sucesso educativo									0
OE5.1 Ensino Pré-escolar, Básico e Secundário				10	12	8	3	1	34
OE5.1 Saúde- cuidados de saúde primários					1				1
OE5.1 Mobilidade a pedido									0
Eixo 1 - Total	1	1	0	24	73	33	10	6	148
OE1.2 Digitalização na Administração Pública (Regional, Local e CCDR) - Cidades Inteligentes									0
OE2.4 Adaptação às Alterações Climáticas					8	3			11
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural					1	2			3
OE2.8 Mobilidade Sustentável					3	5	7	4	19
OE5.1 Reabilitação e regeneração urbanas				1	3	3	4	1	12
OE5.1 Ecossistemas de Inovação				2	4	4	1		11
Eixo 2 - Total	0	0	0	3	19	17	12	5	56
OE2.7 Conservação da natureza, biodiversidade e património natural				1	6	14	5	2	28
OE5.1 Património natural e cultural				1	15	18	1	3	38
OE5.1 Produtos turísticos subregionais e locais						1	1		2
OE5.1 Refuncionalização de equipamentos coletivos e qualificação dos espaços públicos		1			4	2	5		12
Eixo 3 - Total	0	1	0	2	25	35	12	5	80
Total	1	2	0	29	117	85	34	16	284



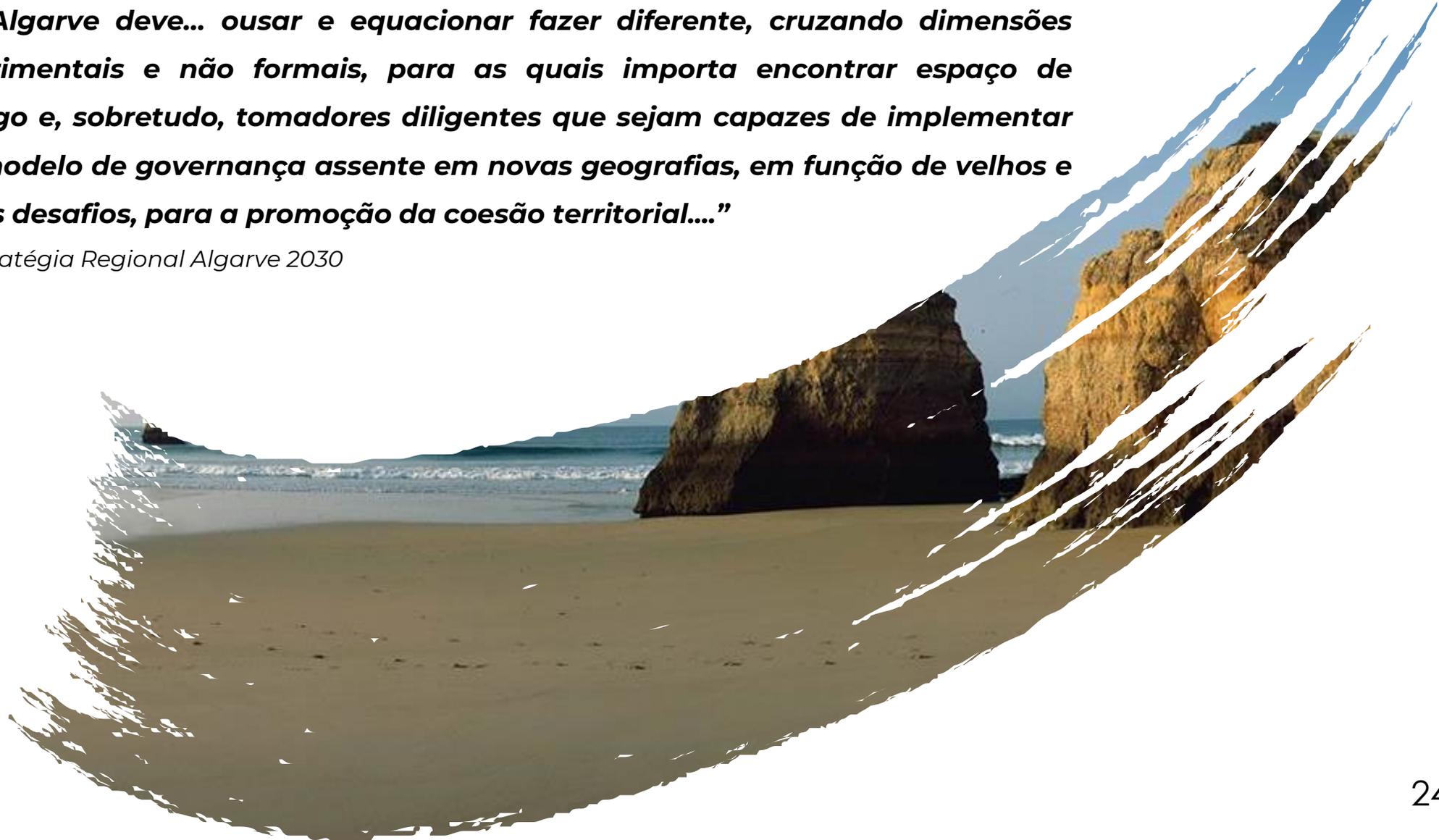
Modelo de Governança e Gestão Operacional





“ O Algarve deve... ousar e equacionar fazer diferente, cruzando dimensões experimentais e não formais, para as quais importa encontrar espaço de diálogo e, sobretudo, tomadores diligentes que sejam capazes de implementar um modelo de governança assente em novas geografias, em função de velhos e novos desafios, para a promoção da coesão territorial...”

In: Estratégia Regional Algarve 2030



Enquadramento

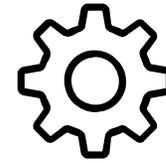
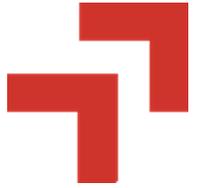
O Relatório de Alinhamento "Operacionalização e Governança da Estratégia de Desenvolvimento Territorial para o horizonte 2030" (AMAL, 2022) aborda as questões relativas à Governança - Contratualização e Mecanismos de Gestão, situando as mesmas no contexto mais vasto das necessidades de capacitação da AMAL orientadas para a gestão dos instrumentos territoriais financiados pelos fundos comunitários.

Em concreto, trata-se de dotar a AMAL e os seus parceiros de competências que permitam fazer face, com eficácia e eficiência, a novas responsabilidades que decorrem do alargamento de competências e dos domínios a contratualizar em sede do instrumento ITI CIM. Esta evolução é caracterizada por uma heterogeneidade setorial de intervenções, novas em contexto de operacionalização de financiamentos Europeus e com exigências de (re)capacitação técnica da intervenção e reforços de recursos da CIM junto dos Municípios e de outros parceiros do território.

Enquadramento

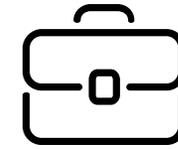
Uma leitura compreensiva dessa abordagem permite sistematizar um exercício simples em torno do binómio **Desafios e Necessidades**, no que pode constituir uma base de partida para equacionar os requisitos indispensáveis à gestão, **simultaneamente, estratégica e operacional** dos instrumentos territoriais com intervenção da AMAL, no quadro do seu papel de mediação política e técnica com os dezasseis Municípios e a CCDR Algarve.

No trabalho realizado no contexto da preparação do Plano de Ação da ITI CIM AMAL identificámos assimetrias de maturidade de projeto técnico para resposta às prioridades, que condicionam a boa execução e os equilíbrios de coesão que se impõem nas respostas às prioridades estratégicas identificadas. Estas questões não podem deixar de merecer reflexão no processo de governação da contratualização em curso.



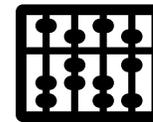
Novo Instrumento

Identificar os desafios colocados pela gestão do novo ITI CIM



Questões Operacionais

Identificar necessidades operacionais



SWOT

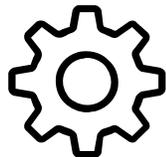
Identificar questões-chave



Propostas

Identificar âmbitos de intervenção

Novo Instrumento



Este é um exercício de alguma forma inovador para a AMAL. Pela primeira vez, vai estruturar um exercício de contratualização nos mesmos moldes das restantes 22 CIM/AM nacionais, com uma âmbito alargado de escolhas em função das dimensões estratégicas identificadas.

O exercício de contratualização com a Autoridade de Gestão (AG) não é inédito, uma vez que tem ocorrido nos diferentes quadros mas de forma limitada (e em contra sistema em relação às restantes regiões).

O desafio surge:

- Nas tipologias (grande foco nas dimensões ambientais, anteriormente na esfera do PO SEUR);
- Na dimensão financeira em causa (passando de cerca de 44M€ para 150M€);
- Na variedade de dimensões de intervenção em contexto de reforço de competências;
- Na esfera de intervenção da AMAL (podendo assumir a coordenação intermunicipal de projetos nos Objetivos Específicos, ou de parte da intervenção);
- Na articulação que as tipologias têm com outros instrumentos ou financiamentos (e.g. ITI Água e ecossistemas de paisagem, PADRE II, PRR...).

Questões Operacionais



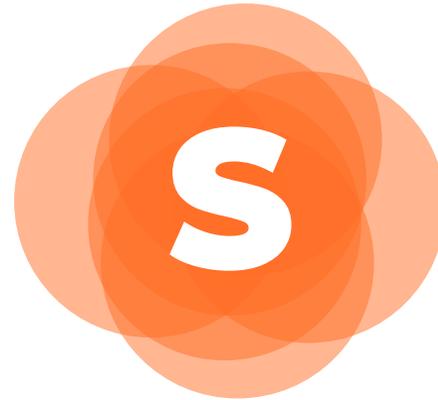
Tendo em conta os desafios do Instrumento, identificam-se necessidades operacionais:

- Necessidade de reforço da capacidade técnica e administrativa da AMAL para coordenação de projetos intermunicipais a submeter ao PO Algarve 2021-2027, envolvendo funções de acompanhamento e animação técnica desses projetos;
- Necessidade de fixação de novas competências técnicas em matéria de gestão, acompanhamento e animação de parcerias no território adequadas à mobilização de recursos orientados para o desenvolvimento socioeconómico do Algarve;
- Necessidade de uma abordagem qualificada de áreas-chave de carácter intermunicipal em domínios com prioridade no planeamento e programação estratégica setorial (Mobilidade, Ação Climática, Energia, Ciclo Urbano da Água, Circularidade, Digitalização, Habitação, ...).



Pontos Fortes

AMAL com histórico de coordenação de projetos supramunicipais

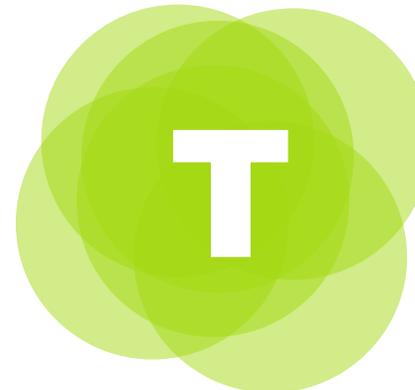
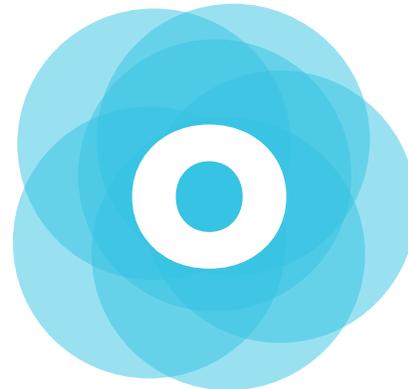


Pontos Fracos

Estrutura técnica com dedicação plena pouco robusta

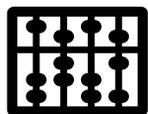
Oportunidades

1ª contratação de domínios de intervenção da esfera municipal num âmbito alargado e flexível



Ameaças

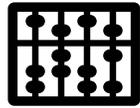
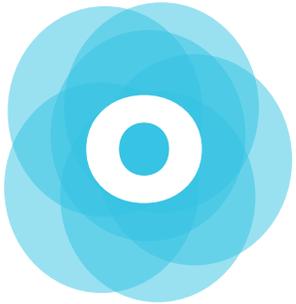
Maturidades de projeto assimétricas entre Municípios



Pontos Fortes

AMAL com histórico de coordenação de projetos supramunicipais

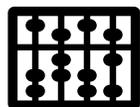
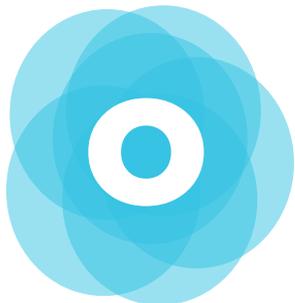
- Histórico de contratualizações de âmbito limitado, com capacidade adquirida na operacionalização e acompanhamento do ciclo de vida dos projetos;
- Reforço das competências e da esfera de intervenção supramunicipal;
- Reforço nos últimos anos do conhecimento técnico (coordenação de estudos temáticos de apoio à decisão e à intervenção);
- Ganho de competências na gestão de medidas supramunicipais (nomeadamente PPP – Plano Hídrico, Alterações Climáticas, Proteção Civil, Autoridade de Transportes);
- Reforço da notoriedade e credibilidade junto dos Municípios para liderar intervenções conjuntas (mesmo em domínios da esfera municipal);
- Segundo exercício de programação, com articulação regional na definição estratégica NUTS II/III.



Oportunidades

1ª contratação de domínios de intervenção da esfera municipal num âmbito alargado e flexível em linha com o reforço das competências municipais e intermunicipais (reforço do princípio da subsidiariedade)

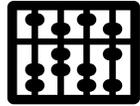
- Equacionar o quadro de competências transversais indispensáveis à implementação eficaz dos diversos instrumentos territoriais contemplados pelo Programa Regional Algarve 2021-27;
- Concretizar a transferência de competências abordadas pelo DL n.º 102/2018 (vertente económica), nomeadamente “definir, implementar e monitorizar programas de captação de investimento produtivo empresarial de dimensão sub-regional”;
- Reforçar a capacidade técnica e administrativa da AMAL para coordenação de projetos intermunicipais a submeter ao PO Algarve 2021-2027, envolvendo funções de acompanhamento e animação técnica desses projetos;
- Acompanhar a reorganização de atribuições e funcional da CCDR e participar e exercer competências nas instâncias de concertação regional (Conselho Regional, Conselho de Coordenação Intersectorial e Conselho Regional de Inovação);
- Desenvolver uma abordagem mais exigente nas matérias relacionadas com projetos europeus no domínio da cooperação inter-regional e das prioridades de financiamento, no quadro das orientações do novo ciclo da Política de Coesão.



Oportunidades

1ª contratação de domínios de intervenção da esfera municipal num âmbito alargado e flexível em linha com o reforço das competências municipais e intermunicipais (reforço do princípio da subsidiariedade)

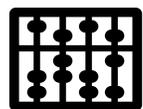
- Necessidade de fomentar condições de desenvolvimento de novas competências no tecido institucional de base local, no quadro da valorização das parcerias protagonizadas no passado no âmbito das intervenções DLBC. A relação com os atores do território, pela formulação do Acordo de Parceria e do Programa Regional, impõem um novo papel à AMAL;
- Necessidade de promover processos de capacitação de redes de partenariado regional e local, em domínios que proporcionem condições aprofundadas de participação das comunidades e populações locais.



Pontos Fracos

Estrutura técnica com dedicação plena pouco robusta

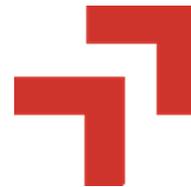
- A AMAL não tem estrutura de dedicação plena para este volume de projetos (cerca de 300 projetos repartidos por mais de 15 domínios de intervenção);
- Enorme assimetria de maturidades de projeto nos diferentes Municípios, o que reduz as condições de coesão no acesso a projetos;
- Baixa maturidade, o que pode resultar em arranque diferenciado de execução e aumentar as assimetrias entre Municípios “grandes” e “pequenos”, em particular entre os que têm maior e menor autonomia financeira;
- Reduzida capacidade técnica operativa para “fazer diferente” (processos que necessitam de maior dinâmica, acompanhamento mais próximo, desmonstração de boas práticas e teste de investimentos piloto).



Ameaças

Maturidades de projeto assimétricas entre Municípios

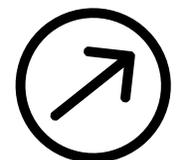
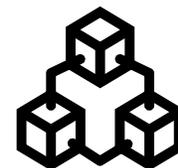
- Resistência à mudança no âmbito municipal. Reduzida capacidade de promover processos de reciclagem e desenvolvimento de novas competências dos recursos humanos dos Municípios, em resposta a novas necessidades das populações e agentes económicos em ajustamento às novas tipologias de projetos a promover - **Risco de limitar o impacto dos investimentos;**
- Perder escala capilar de entrega de políticas. A ausência de intervenção direta dos GAL e de outros atores locais com particular capacidade de ação territorial no contexto do Programa Regional obriga a nova abordagem de parcerias e a articulação entre instrumentos - **Risco de limitar a eficácia dos investimentos;**
- Níveis de maturidade estratégica e operacional muito assimétrica entre Municípios (com particular impacto nos Municípios com menor dimensão e autonomia financeira) - **Risco de aumentar a assimetria em termos de coesão.**





Propostas para a Governança

ITI AMAL



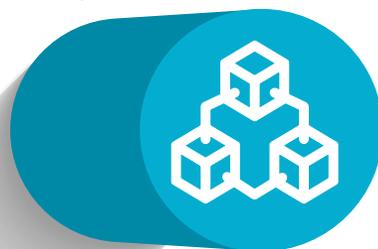


**“...ousar e
equacionar
fazer
diferente...”**



ESTRUTURA

(i) Reforço da estrutura técnica da AMAL, tendo por base uma (re)organização funcional que incorpore valências de natureza estratégica e operacional.



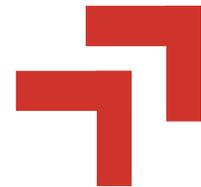
AGILIDADE OPERACIONAL

- (ii) Criação de GAT
- (iii) Contratação de serviços externos



VETOR MUDANÇA

- (iv) Liderança de projetos-bandeira
- (v) Liderança de objetivos de política
- (vi) Modelação da gestão operacional



(i) Reforço da estrutura técnica da AMAL, tendo por base uma (re)organização funcional que incorpore valências de natureza estratégica e operacional. A nova orgânica **deve combinar uma articulação amadurecida entre a gestão dos instrumentos territoriais, com suporte na montagem de mecanismos de monitorização** (base de dados, atualização e outputs regulares de reporte internos e para instâncias dos Programas), e dimensões técnicas setoriais decorrentes das temáticas abordadas nos Instrumentos Territoriais.

Estrutura de Coordenação:

- Coordenação Geral
 - Um coordenador para o eixo 1 e um coordenador para os eixos 2 e 3 (pode acumular funções operativas – desde que salvguarde a segregação de funções). - 2 elementos
 - Uma unidade de monitorização, e reporte e comunicação – 1 elementos
 - Controlo – 1 elemento (na dependência 1º Secretário)
 - Contração Pública - 1 elemento (na dependência 1º Coordenador Geral)
 - Secretariado

Competência delegada: **análise de candidaturas, gestão da procura (incluindo avisos e convites, se aplicável).**

Estrutura Operacional :

- **Eixo 1** – 2 elementos.

Perfis: um para as áreas ambientais e outro para as infraestruturas.

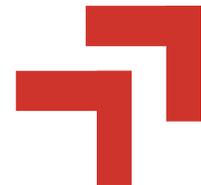
- **Eixo 2** – 1 elemento.

Perfil: dimensões urbanas (equipamentos/descarbonização).

- **Eixo 3** – 1 elemento.

Perfil: equipamentos/dimensão ambiental (proteção).

Competência delegada: **análise de candidaturas e acompanhamento de execução financeira e física (segregação cruzada)**



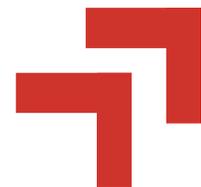
(ii) Criação de Gabinete (ou gabinetes) de Apoio Técnico (GAT) (e.g. Nordeste Algarvio e Costa Vicentina), com o objetivo de apoiar os Municípios com menores níveis de maturidade de projeto, ou com menor dimensão e capacidade de recursos técnicos adequados à fundamentação/preparação das operações, criando bases de interlocução técnica com as várias tutelas setoriais e a gestão do Programa Regional. Esta solução pode ser interessante no contexto da reestruturação da CCDR e das Direções Regionais, também em termos de reafecção de recursos humanos. As estruturas devem ser flexíveis e ajustar a sua existência ao ciclo de vida do arranque do programa (sujeito a avaliação de necessidades).

Estrutura de Coordenação:

- Coordenação geral (recrutamento municipal).

Estrutura Operacional :

- Estrutura(s) de projeto flexível e com experiência de obra pública.
- Serviços especializados (contratações externas).



(iii) Contratação de serviços externos para as funções indicadas em (i), para o horizonte da vigência dos Instrumentos Territoriais e separando as dimensões associadas à gestão (com interações acentuadas com os Municípios, opção que sugere reflexão aturada), das dimensões de “engenharia de processos” de modo a contribuir para colocar os projetos em patamares de maturidade suficiente para a contratualização.

Contratação pontua de serviços externos para suporte ao pensamento estratégico em domínios onde a AMAL não reúne competências, nomeadamente:

- **Ciclo Urbano da água**
- **Economia Circular e Resíduos**
- **Eficiência energética**

Desenho de avisos, teste à procura, teste a soluções inovadoras

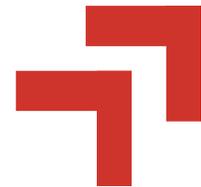


(iv) Liderança de projetos-bandeira

No contexto das novas agendas europeias, e em linha com as competências e intervenções que têm sido assumidas pela AMAL, fará sentido promover alguns projetos diferenciadores (reservando verba do Objetivo Específico (OE) para preparar um projeto emblemático).

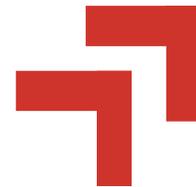
Domínios relevantes :

- Corredores Verdes (OE 2.7);
- Eficiência Energética (comunidades de energia) (OE 2.2 ainda em negociação);
- New European Bauhaus: *beautiful, sustainable, together* (talento e descarbonização) (OE1.2, 5.1);
- Ecovia 2ª Fase (OE 2.8 – medida em negociação);
- Alterações Climáticas (OE 2.4);
- Mobilidade a pedido;
- Planos intermunicipais (alterações climáticas, riscos, descarbonização, logística).

**(v) Liderança de objetivos de política**

Assumir os objetivos de política de todo o OE e assegurar dimensões transversais para todo o território.

OE	Objetivos Específicos – Eixo 1	Âmbito da Proposta	Objetivo Político
1.2	Digitalização na administração pública Local	CIM	OP1
2.4	Meios materiais para a proteção civil	CIM	OP2
4.11	Igualdade de acesso a serviços de educação	CIM	OP4
4.7	Programa de (re)qualificação de adultos	CIM	OP4
	Objetivos Específicos – Eixo 2		
2.7	Conservação da natureza e biodiversidade (pedreiras)	CIM	OP2



(vi) Modelação da gestão operacional

Tendo em conta a capacidade de operacionalização e os diferentes níveis de maturidade estratégica e operacional, é necessário garantir níveis de coesão adequados sem colocar em causa o desempenho do instrumento. Nesse sentido, em complemento com as medidas de agilidade operacional propostas, é preciso assegurar medidas de gestão que modelem o **desempenho operacional** (modelo concorrencial) com **salvaguarda de coesão**.

Assim, a construção do Plano de Ação seguiu o seguinte racional:





Identificação de projetos

Processo de Escolha



Projetos Âncora

Todos os Municípios identificaram projetos estruturantes (Prioridade 1 ou 2). Devem ser assumidos projetos estruturantes para a estratégia Municipal

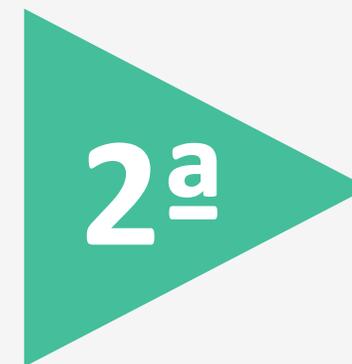


Projetos Prioridade 1

Projetos-chave na escolha dos Municípios, tendencialmente com elevada maturidade operacional

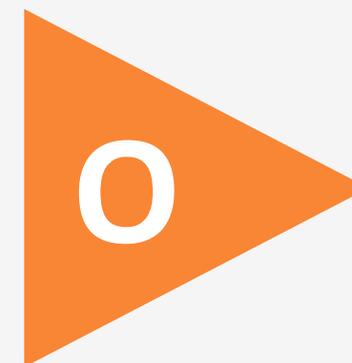
Projetos Prioridade 2

Projetos relevantes, normalmente com menor maturidade operacional, ou com dimensão estratégica menos premente (alguns com eventual enquadramento na ITI Temática ou no PADRE II)



Outros projetos

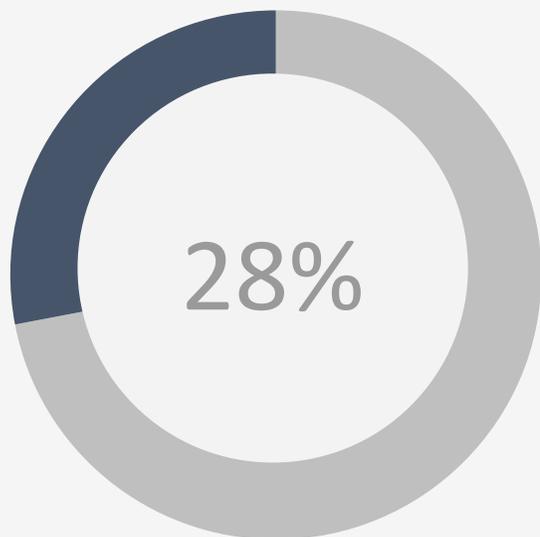
Projetos relevantes que ainda necessitam de debate para validar eventual enquadramento na ITI CIM ou noutros instrumentos



Projetos Prioridade 1 e Âncora Prioridade 1

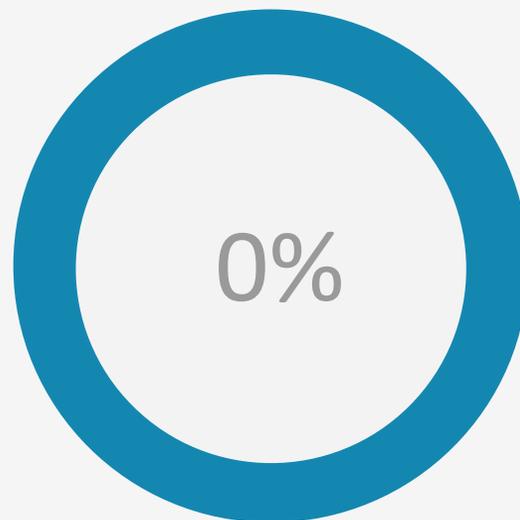
O exercício realizado no Plano de Ação teve em conta os Projetos com Prioridade 1 e os Projetos Âncora Prioridade 1.

Nesse contexto, alguns dados:



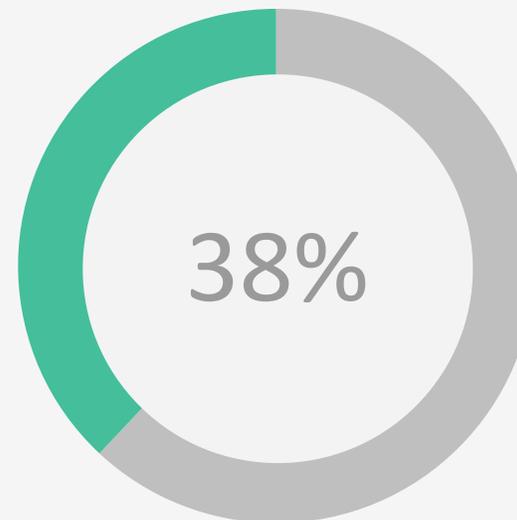
Projetos Âncora (P1)

Peso dos Projetos Âncora (P1) no total dos Projetos P1



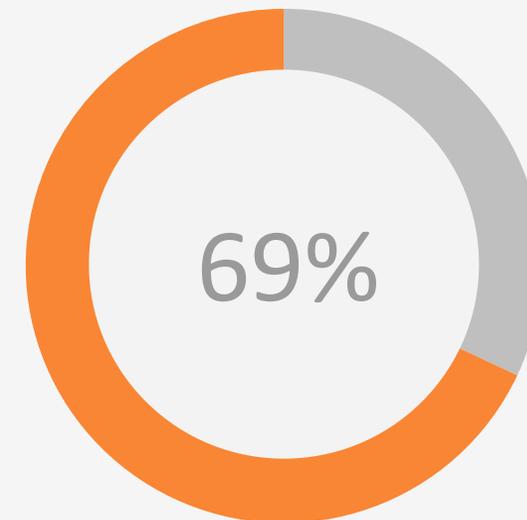
Projetos P1 e Âncora (P1)

Peso do excesso de procura face ao programado



Projetos P1 e Âncora (P1)

Peso dos Projetos com **Maturidade Alta**



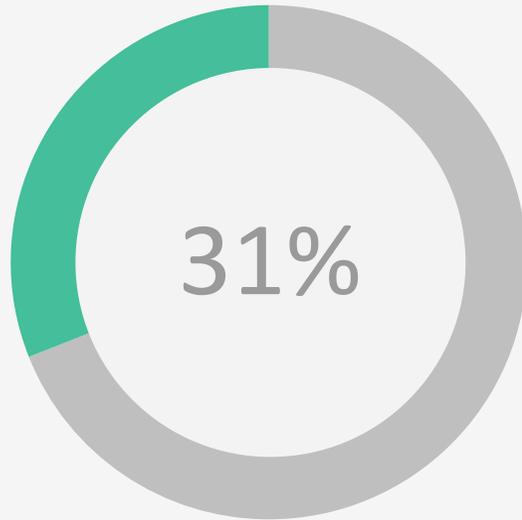
Projetos P1 e Âncora (P1)

Peso dos Projetos com **Arranque até 2024**

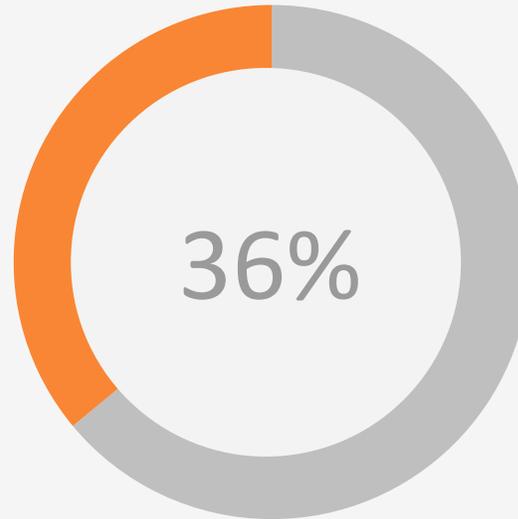
Projetos Âncora (P1) e Prioridade 1

O exercício realizado no Plano de Ação teve em conta os Projetos com Prioridade 1 e os Projetos Âncora Prioridade 1.

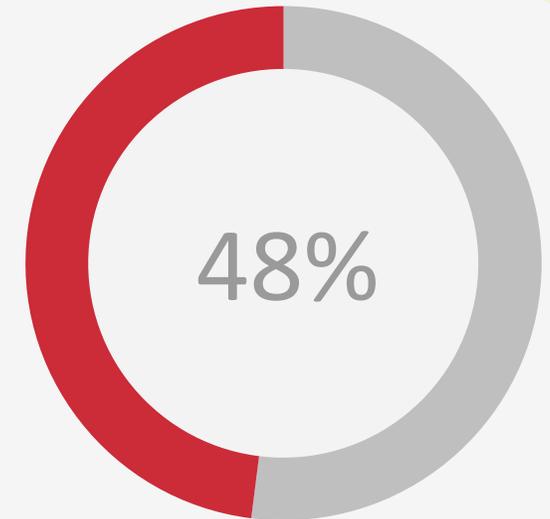
Nesse contexto, alguns dados:



Projetos Âncora (P1) e Prioridade 1
Taxa de Maturidade Alta de projetos em
Municípios Baixa Densidade
(Aljezur, Alcoutim, Monchique e Vila do Bispo)



Projetos Âncora (P1) e Prioridade 1
Taxa de Maturidade Alta de projetos em
Municípios Centro Urbano
(Castro Marim, Lagoa, Lagos, São Brás Alportel
e Vila Real Santo António)

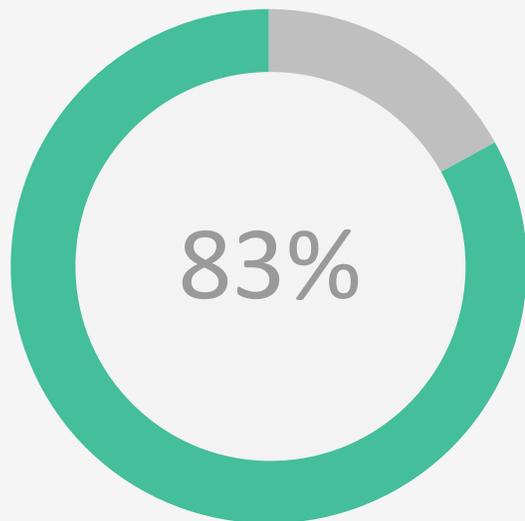


Projetos Âncora (P1) e Prioridade 1
Taxa de Maturidade Alta de projetos em
Municípios Centro Regional
(Albufeira, Faro, Loulé, Olhão, Portimão, Silves
e Tavira)

Projetos Âncora Prioridade 1

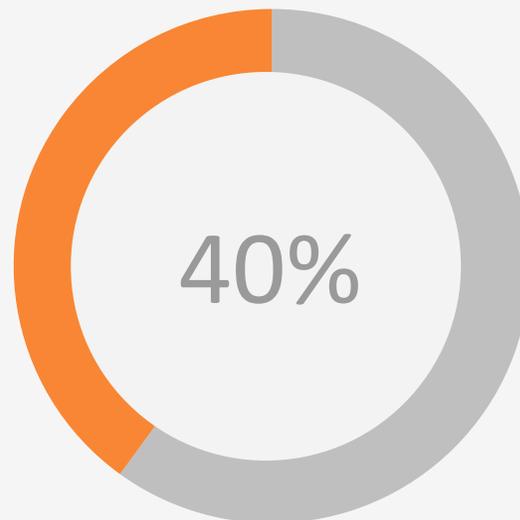
O exercício realizado no Plano de Ação teve em conta os Projetos com Prioridade 1 e os Projetos Âncora Prioridade 1.

Nesse contexto, alguns dados:



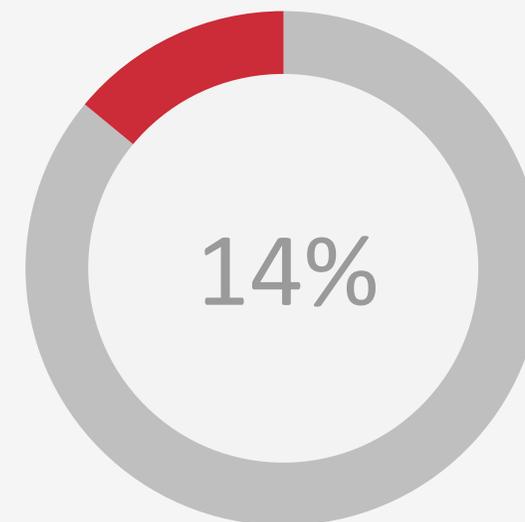
Projetos Âncora (P1)

Taxa de Maturidade Alta de projetos em
Municípios Acima da Média Regional
(Faro, Loulé, Olhão, Portimão, Silves)



Projetos Âncora (P1)

Taxa de Maturidade Alta de projetos em
Municípios na proximidade da Média
Regional
(Aljezur, Alcoutim, São Brás Alportel e Vila do
Bispo)



Projetos Âncora (P1)

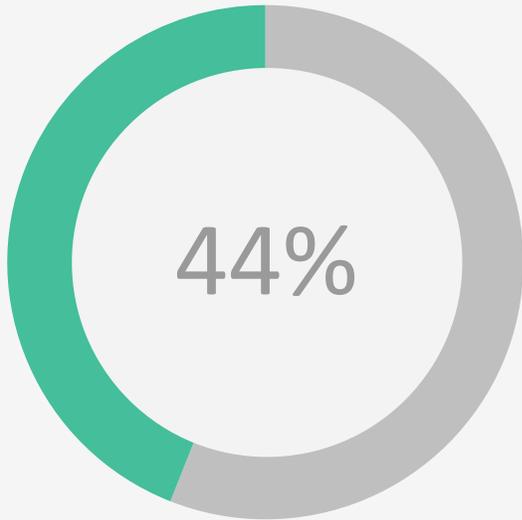
Taxa de Maturidade Alta de projetos em
Municípios abaixo da Média Regional
(Albufeira, Castro Marim, Lagos, Tavira, Vila
Real Santo António)

* Lagoa e Vila Real de Santo António não apresentam projetos âncora

Projetos Prioridade 1

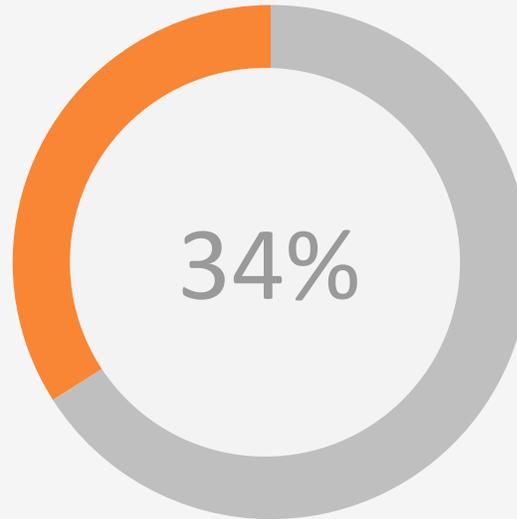
O exercício realizado no Plano de Ação teve em conta os Projetos com Prioridade 1 e os Projetos Âncora Prioridade 1.

Nesse contexto, alguns dados:



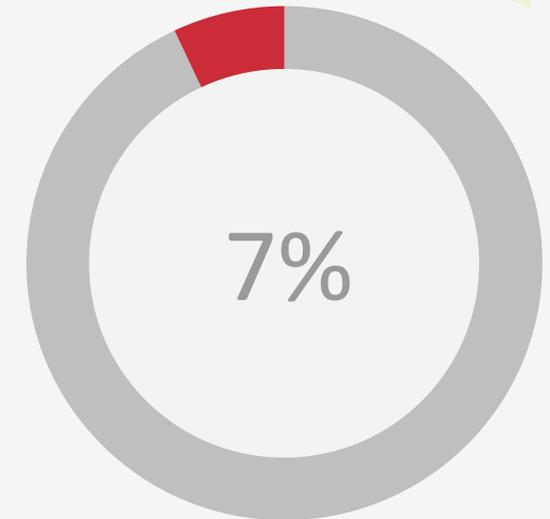
Projetos Prioridade 1

Taxa de Maturidade Alta de projetos em Municípios Acima da Média Regional (Lagoa, Loulé, Olhão, Portimão, Silves, Vila do Bispo)



Projetos Prioridade 1

Taxa de Maturidade Alta de projetos em Municípios na proximidade da Média Regional (Albufeira, Alcoutim, Castro Marim, Faro e Monchique)



Projetos Prioridade 1

Taxa de Maturidade Alta de projetos em Municípios abaixo da Média Regional (Tavira e Vila Real Santo António)

* Aljezur, Lagos e São Brás Alportel não apresentam projetos Prioridade 1 para além dos Âncora

Dimensão Política - Coesão



ÂNCORAS (P1)

45% do programado
(modelar % superior para
Municípios baixa densidade e
centros urbanos)



Municípios Centro Urbano

40% de maturidade alta
(modelar a taxa de
concorrência)



Municípios Centro Regionais

68% de maturidade alta
(modelar a taxa de
concorrência)

Dimensão Gestão

CONVITE/AVISO

Dependendo do grau
de concretização da
listagem de projetos



DIFERENCIAÇÃO

Abrir Avisos/Convites
para territórios
específicos

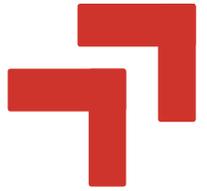


MECANISMOS EXECUÇÃO

Reforço por via de
avaliação 2025
Modelação de taxas



PROPOSTA GESTÃO
PROJETOS
LÓGICA-COESÃO



DIMENSÕES de POLÍTICA

Cenários de Intervenção

DIMENSÕES de GESTÃO

Cenários de Intervenção

MODELO PARTICIPATIVO

Proposta



Dimensões de Política

Âncora

Modelar % superior para Municípios baixa densidade e centros urbanos

Medida até 2025

Coesão

40% dos projetos âncora dos Municípios Baixa Densidade e com maturidade abaixo da média

30% dos projetos âncora dos Municípios Centro Urbanos

25% dos projetos âncora dos Municípios Centro Regionais

Objetivo

Descriminação positiva dos territórios menos desenvolvidos (que apresentam menor taxa de maturidade operacional)



Dimensões de Política

Centros Urbanos

Modelar a taxa de concorrência

Medida até 2025

Coesão

60% dos projetos P1 em concorrência nos Municípios de Baixa Densidade e com maturidade abaixo da Média Regional

70% projetos P1 em concorrência nos Municípios Centro Urbanos

Centros Regionais

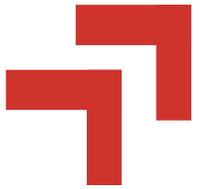
75% projetos P1 em concorrência nos Municípios Centro Urbanos

Objetivo

Assegurar dinâmica de execução, mantendo o foco nos resultados



Dimensões de Gestão



A identificação de uma lista fechada de projetos assegura com a aprovação do Plano uma gestão mais autónoma mas mais rígida (pode assumir este papel para alguns do OE). Isso não impede concorrência.

Não indicando a lista fechada de projetos, o regulamento refere: “*Caso a lista das operações a apoiar não tenha sido incluída na estratégia territorial, as autoridades ou entidades territoriais competentes selecionam essas operações ou são envolvidas na sua seleção.*”. Isto significa que a AMAL deve liderar o desenho e âmbito dos avisos, no contexto do calendário da AG e do PT 2030, mas também deve poder solicitar a abertura de avisos para responder à dinâmica da procura.

Os avisos para as dimensões estabilizadas deviam privilegiar abertura em contínuo com momentos de corte

Assegurando Ancoras P1, Prioridade 1 e se disponível Prioridade 2

Assegurar as modelações da decisão política

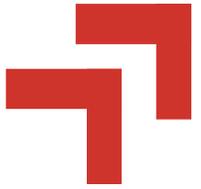
Assegurar o apoio ao reforço dos projetos técnicos dos Municípios com menor maturidade

DIFERENCIAÇÃO

Abrir Avisos/Convites
para territórios
específicos



Dimensões de Gestão



A AMAL poder solicitar a abertura de avisos para responder à dinâmica da procura, podendo incidir em subterritórios em função da diferenciação de intervenção que entenda mais pertinente. Neste contexto, a abertura de avisos diferenciados entre litoral e baixa densidade pode ser relevante, tendo em conta a coesão e as especificidades de intervenção. Este pode também ser o mecanismo para a dinâmica de projetos diferenciadores, com animação na CIM.

Os avisos devem valorizar as dinâmicas do território.

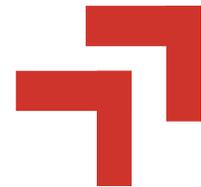
Dimensões urbanas inovadoras, descarbonização ou digitalização, podem necessitar de incidências diferenciadas e modeladas no tempo.

Não sujeito a modelações da decisão política.

Assegurar o apoio ao reforço dos projetos técnicos dos Municípios com menor maturidade.



Dimensões de Gestão



A AMAL, na sua dinâmica de gestão, pode propor à AG modelar taxas (inferiores a 60%) quando os Municípios decidirem assumir um valor de contrapartida superior para garantir o financiamento integral de projetos Âncora (P1 e P2) e Prioridade 1 (não ultrapassando o valor de fundo contratado).

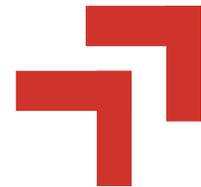
O contrato de gestão deve assumir a modelação de reforço para premiar os Municípios com melhor desempenho no exercício da avaliação de 2025 (tendo, para esse efeito, de ser assegurada aos Municípios igualdade de maturidade).

Abertura de avisos específicos para os Municípios com reforço (avaliação 2025).

Permitir modelação de taxas Âncoras (P1 e P2) e Prioridade 1.

Assegurar modelações da decisão política.

Assegurar o apoio ao reforço dos projetos técnicos dos Municípios com menor maturidade.



1. **Envolvimento das CIM numa fase mais prévia, contínua e de forma mais abrangente**, especialmente na definição de Regulamentos, Normas, Manuais de apoio, Avisos e demais documentação, bem como na arquitetura dos sistemas de informação (fundamental ter acesso direto ao sistema de informação para monitorização e controlo);
2. **As CIM deveriam assumir uma participação ativa na concertação sub-regional das operações**. Em particular em Instrumentos e Medidas complementares à ITI CIM;
3. Evitar a duplicações e redundância na análise de candidaturas, reprogramações, contratos, pedidos de pagamento e relatórios finais, **implementando-se verdadeiramente a supervisão por amostra (proporcionalidade relativa a montantes e risco)**.



Assistência Técnica

Recursos de Suporte às funções delegadas



- As funções delegadas na AMAL enquanto OI têm que ter suporte das Assistência técnica adequada à dimensão do instrumento e ao reforço das competências da CIM para este efeito
- A CIM vai operacionalizar cerca de **20,1%** do Programa Regional
- O Programa Regional vai ter 20 M€ para Assistência Técnica
- Face ao modelo proposto, devemos assegurar recursos para apoiar a estrutura nas suas atividades, nomeadamente:
 - Suporte dos recursos humanos (8 a 9 elementos) – tabela de imputação
 - Estudos, projetos e ações necessários à implementação das diversas tipologias de operações
 - Estrutura de apoio técnico e respetivo apoio logístico (custos operacionais, alugueres de viaturas, serviços especializados - incluindo a estruturação dos GAT)
 - Instalação e desenvolvimento de instrumentos eficazes e tecnologicamente adequados de recolha e tratamento da informação, necessária às tarefas de gestão, acompanhamento e monitorização
 - Formação e capacitação dos órgãos de gestão
 - Comunicação



Investimentos Territoriais Integrados AMAL



Algarve 2030



UNIÃO EUROPEIA

Fundo Europeu
de Desenvolvimento Regional



REPÚBLICA
PORTUGUESA